



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

João Matias de Oliveira Neto

**Cinzas dos Mortais, Chamas da Imortalidade:
um Estudo sobre Trajetórias e Sucessões na Academia
Paraibana de Letras**



Foto: J. Matias

Campina Grande
2013

**Cinzas dos Mortais, Chamas da Imortalidade:
um Estudo sobre Trajetórias e Sucessões na Academia
Paraibana de Letras**

João Matias de Oliveira Neto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal de Campina Grande,
para a obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva

Campina Grande
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48c

Oliveira Neto, João Matias de.

Cinzas dos mortais, chamas da imortalidade: um estudo sobre trajetórias e sucessões na Academia Paraibana de Letras / João Matias de Oliveira Neto. – Campina Grande, 2013.

160 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva".

Referências.

1. Intelectuais. 2. Instituições. 3. Nacionalismo Cultural. 4. Paraibanidade. 5. Pensamento Social Brasileiro. 6. Sociologia dos Intelectuais. I. Silva, Vanderlan Francisco da. II. Título.

CDU 316.343(813.3)(043)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva
(Orientador)

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino de Sales Júnior
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior
(Examinador Externo)

Profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista
(Examinadora Suplente)

Agradecimentos

Aos meus pais, Aluísio e Marta, à tia Dodora e minha irmã, Ana Virgínia: pelo apoio, o amor, a ajuda e toda a vida que transcende fronteiras, épocas e estados de espírito.

Ao meu orientador e amigo, professor Vanderlan Silva: sem sombras de dúvidas, um doutor na ciência da sociedade e na arte da vida.

Ao professor e irmão Luis Henrique Cunha, pela grande amizade, ensinamentos, críticas e convívio intelectual rico desde os primeiros dias no curso de Ciências Sociais até hoje.

Aos acadêmicos da Academia Paraibana de Letras: Gonzaga Rodrigues, Hildeberto Barbosa Filho, Sérgio de Castro Pinto, Juarez Farias, Damião Cavalcanti, José Octávio e às funcionárias Marilene, Tânia, Marileide e o Seu Valdemar, fontes preciosas e ricas para a construção do meu trabalho.

Aos professores e amigos queridos: Ramonildes Alves Gomes, Ronaldo Sales, Lemuel Guerra e todos os integrantes do LASAP – Laboratório de Sociologia Aplicada, do qual orgulhosamente faço parte, e em especial a Valdênio Gago, Aldo Ateu e Comunista, Giancarlo Galdino, Kaliane Maia, Jonatta Paulino, Lulinha Gamboa, Renata Almeida, Luan Fera, Diego Black Metal, Dr. Olimpio Rocha e todos os demais, entre a vida boêmia e o rico debate acadêmico-intelectual nas salas, seminários e convívios.

Aos professores e ex-professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande: em especial à Marilda Menezes, Gonzalo Rojas, Edgar Malagodi, Roberto Veras, Jesus Izquierdo, Mércia Batista, José Gabriel, Rodrigo Grunewald, João Martinho (ex-professor), Sandra Raquew, Bebete Lima, Fábio Machado, Saulo Pereira e todos os demais com quem falo pelos corredores, bancos, cafés e praças, influências sempre presentes para reflexões precisas.

Aos amigos e colegas do curso de pós-graduação em Ciências Sociais, destacando os “bembes” Banjaqui Nhaga, Nelson Djú e Leonel, sem falar nos amigos de 'Farra dos Mestrados', cafés, salas de aula e vida acadêmica, Alire Cavalcante, Jaqueline Martins, Inafran Ribeiro, Patrícia, Edgar, Itamar, Vanessa, Jeanne e o guru das conversas “viajosas” no Rio de Janeiro, Bruno Mota, entre muitos outros da minha sala.

Aos professores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro: André Botelho, Gláucia Villas-Bôas, Maria Laura Viveiros de Castro; ao amigo Mesalas Santos e ao carinho de Heloisa Lobo, além dos integrantes do grupo de debates “Discursos Políticos em Contextos Culturais”, sobretudo a André Bittencourt.

Aos integrantes do Núcleo de Sociologia da Cultura (IFCS-UFRJ), com destaque muito especial para Tatiana Siciliano, que me indicou uma parte significativa da bibliografia sobre a Academia Brasileira de Letras. Meu muito obrigado!

Aos amigos do curso de Ciências Sociais, os “bembes”: Rommel Souza, Queiroz Neto, Carlos Boemia, Diego “Bestinha”, Lucas Anarquista, Rafael Rato, Gilvan Tilápia, Renan, Carolzinha, Liginha, Samyr, e todos os outros, pelos corredores, livros e pela noite campinense.

Aos integrantes e amigos do Núcleo Literário Blecaute, Bruno Gaudêncio, Janailson Macêdo e Flaw Mendes: mais do que influências, grandes figuras e colegas com quem tenho o privilégio de trabalhar e conviver.

Aos integrantes e amigos do finado Núcleo Literário Caixa Baixa: em especial às figuras de Jairo César, Bruno Ribeiro e Wander Shirukaya, com agradecimento especial a Beto Menezes, por me ter propiciado acesso à Biblioteca da UFPB, e ao amigo Thiago Lia Fook, pelas conversas francas e o debate sempre amigável e cortês.

Aos amigos da vida, de sempre e por todos os caminhos: Helayne Cândido, Gilliard Oliveira (Primo), Júnior Rosa Cruz e Sávio Samuel.

À Sabrina Bezerra, minha leitora, crítica, companheira e amor certo nos últimos momentos deste trabalho e após ele.

A todo o PPGCS e ao REUNI, por me propiciarem a experiência inesquecível de sala de aula. E, sem dúvidas, um agradecimento especial à CAPES, diante da inestimável contribuição intelectual, pessoal e acadêmica a este trabalho e a mim através da experiência de intercâmbio na Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de me ter conseguido uma bolsa de estudos que em muito foi proveitosa no período que se encerrou entre a compra de livros, passagens, despesas diversas, pesquisas e congressos até a conclusão deste trabalho.

A Campina Grande, meu carinho franco e aberto:

“Hospitaleira e sincera,
Campina é sua, de graça.
Você saindo, ela espera.
Você voltando, ela abraça”

(R. C. L)

...não cultuamos as cinzas dos antepassados, mas sim a chama imortal que os animava e que nós devemos impunhar para levá-la adiante. (...). Assim, a partir deste momento, monto o Cavalo castanho que foi de meu pai. E, com a honraria que me foi concedida por meus conterrâneos – sem que qualquer discordância política turvasse o gesto de generosidade – é como se, sob o manto tutelar de Euclides da Cunha, o Presidente Suassuna, com seu Gibão e suas esporas de Cavaleiro, me passasse o dever sagrado de levar adiante a luta em favor do Brasil real que os dois tanto amaram.

*Ariano Villar Suassuna¹,
em discurso de posse na APL.*

É assim que entráis, nesta noite memorável e verdadeira, na Academia Paraibana de Letras, engrandecida com a vossa sereníssima presença. Estamos dispostos a lutar convosco pelo Brasil real: "...esse é bom, revela os melhores instintos; mas o País oficial, esse é caricato e burlesco." Empunhais a espada que Barbosa Lima Sobrinho vos entregou, concitando-nos a nos alinhar entre os seguidores "de vosso nacionalismo, de vosso correto, firme e coerente patriotismo". Sêde bem-vindo, excelso confrade! Vamos à luta.

Joacil de Brito Pereira

*em discurso de saudação a Ariano Villar Suassuna
(com citações do próprio)*

¹ Ariano Villar Suassuna pertence a quatro academias literárias: brasileira, taperoense, pernambucana e paraibana, sendo a última, até a conclusão do presente trabalho, a mais recente que conquistou em instituições do gênero.

RESUMO

O presente trabalho dissertativo traz uma reflexão sobre trajetórias e sucessões entre intelectuais na Academia Paraibana de Letras. Através de uma revisão histórica do tornar-se e ser acadêmico para, então, chegar às reflexões sobre como se articulam trajetórias e a formação do habitus intelectual para uma efetiva chegada à Academia Paraibana de Letras, nossa pretensão foi entender a que fins, por que meios e vivenciando quais experiências estes intelectuais se sentem motivados a adentrar uma instituição literária. Com uma abordagem contextualista dos grupos, grêmios e acúmulo de capitais específicos de dois intelectuais falecidos no ano de 2012, Ronaldo Cunha Lima e Joacil de Brito Pereira, comparou-se a trajetória de ambos com o objetivo de verificar, nelas, os pontos de confluência no que diz respeito à sua vida social, intelectual e política, bem como destacar, nas obras e nas tomadas de posição assumidas por cada um deles, um induto para refletir sobre quais as motivações destes intelectuais entre os anos de formação da Academia Paraibana de Letras e o de entrada destes acadêmicos nesta instituição. Reflexões, portanto, sobre os marcos institucionais da notabilidade intelectual na Paraíba dos anos de 1940 até 1990, a chamada paraibanidade e o nacionalismo cultural, associados a uma reflexão contextualista sobre academias e grupos literários, somam-se às performances e práticas incorporadas pelos intelectuais em suas estratégias de consagração, inclusive dentro daquilo que então se entende por “imortalidade”.

Palavras-chave: intelectuais; instituições; nacionalismo cultural; paraibanidade; pensamento social brasileiro; sociologia dos intelectuais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A construção do objeto	1
Procedimentos metodológicos	4
O desenho dos capítulos	9

CAPÍTULO 1

As Academias e o processo de tornar-se acadêmico: o passado e o presente	11
1.1 – Da França ao Brasil: A Academia Brasileira de Letras	19
1.2 – Do Brasil à Paraíba: a Academia Paraibana de Letras	25
1.3 – Os três tipos de acadêmicos: Boêmios, Literatos Respeitáveis e Grandes Senhores	31
1.4 – Literatura e política: tensões complementares sobre o escritor-cidadão	36
1.5 – A tradição da tradição: patronos, fundadores e sucessores	49

CAPÍTULO 2

Homens de letras e Homens de ação: os casos de Ronaldo e Joacil	54
2.1 – “Nosso líder cultural”: trajetória intelectual de Joacil de Brito Pereira	61
2.2 – “O poeta e o político”: trajetória intelectual de Ronaldo José da Cunha Lima	73
2.3 – O aprendiz do imortal: reflexões sobre o habitus acadêmico-intelectual	83
2.4 – Os imortais “predestinados”: sobre as vias de consagração e a vida acadêmica	95

CAPÍTULO 3

A lógica das sucessões: trajetórias a serviço da tradição	112
3.1 – Grêmios literários, nacionalismo e paraibanidade: a tradição antes das trajetórias.....	118
3.2 – Ação pública, escritores-cidadãos e intelectualismo cívico: a noção do “serviço prestado”.....	127
3.3 – A perspectiva da homenagem póstuma e o “teatro das Letras”	133
3.4 – A eleição do novo membro e o período de “imersão”	138
3.5 – A cerimônia de posse e o discurso acadêmico	146

À GUIA DE CONCLUSÃO

O silêncio entre os quadros	152
--	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 157 |

BIBLIOGRAFIAS E DISCURSOS DOS ACADÊMICOS	159
--	-----

BIBLIOGRAFIAS, DISCURSOS E REVISTAS	159
---	-----

JORNAIS – ACERVO ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS	160
---	-----

SITES, ACERVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADAS	160
--	-----

ANEXOS I

ANEXOS II

Introdução

I. A construção do objeto

O processo de construção do presente trabalho passou, no início desta pesquisa, por uma série de dissensões sobre sua natureza, bem como acerca de uma curiosidade própria, muito em devido minha formação como escritor e, igualmente, testemunha do modo como os intelectuais se relacionam com as instituições que os abrigam. De tal modo, foi-me bastante útil um aprofundamento nas ideias acerca de como a literatura e a política dialogavam na realização de uma academia literária, tanto através de conversas com o orientador, amigos, professores e demais incentivadores deste trabalho, como também das leituras feitas sobre academias literárias.

Procurei despir-me, ao longo do trabalho, de uma série de preconceitos acerca de academias literárias como palco para consagração de elites políticas, da lógica pressupostamente oportunista de tais instituições em consagrar escritores que, para o meu entender, muitos não eram escritores de fato. A noção sobre o fazer literário encontrava, pois, em minha própria atividade como escritor, o espelho, o padrão, a distinção e a regra que, segundo os olhos de um leigo, a Academia Paraibana somente deveria ser destinada a escritores de romances, contos, poesia e ensaios. Também a concepção sobre o fazer literário dentro da Academia Paraibana de Letras questionava o fato de muitos escritores, que admiro e conheço, estarem de fora desta agremiação; ao passo que, dentro das cátedras, estavam juízes, desembargadores, médicos, jornalistas e outros acadêmicos, cuja representatividade e influência para um jovem escritor, um “incendiário”, nas palavras do poeta Sérgio de Castro Pinto, era nenhuma, além de não fazer o mínimo sentido.

Reivindicava à noção do fazer literário aquilo que os livros de literatura, jornais e revistas de literatura concebem por ele: o exercício estético de uma arte através de suas práticas narrativas e poéticas mais conhecidas hoje. Mas será que a Academia Paraibana destina-se ao fazer literário? De tal modo, tanto não havia na Academia Paraibana escritores de romances, contos e poemas que admirasse, como havia o poeta Sérgio de Castro Pinto e o crítico literário Hildeberto Barbosa Filho, literatos que, à época em que iniciou tal pesquisa, até “entendia”, por este motivo, o fato de estarem lá. Ora, se dentro da Academia Paraibana estavam de fora romancistas reconhecidos nacionalmente, assim como dentro havia outros

reconhecidos nacionalmente, ao passo que profissionais liberais e não-literatos de carreira ocupavam uma vaga na Academia que consagrou Augusto dos Anjos como um de seus patronos, qual a lógica que governa tal instituição? O conceito de “imortalidade” ainda reluzia na consciência como aquele que se tem ao observar a Academia de longe.

O exercício intelectual de relativização buscou, ao longo da trajetória, analisar criticamente os conceitos atribuídos ao político e ao artístico dentro da Academia Paraibana de Letras, além de outros mais, e aprender a vê-los enquanto indissociáveis segundo a lógica dos campos dentro da teoria de Bourdieu, através de entrevistas, pesquisas bibliográficas, recortes de jornais, biografias, conversas e tudo o que, pouco a pouco, foi aproximando o pesquisador daquilo que os acadêmicos, sua história, seus funcionários e, também, as elites concebem por ser o verdadeiro valor da chamada “imortalidade”. A busca, mais do que pela razão do objeto, foi por transcender às noções características do senso-comum, da imprensa e das opiniões pessoais sobre o que significa ser um acadêmico, o que representa a Academia Paraibana de Letras e como saber o que a tal “imortalidade” tem a dizer em sua própria defesa.

O experimento saiu-se semelhante ao de inserção de Pierre Bourdieu entre os seus pares, ao tomar contato com diferentes posições dentro do campo intelectual e com posições não diametralmente semelhantes à que ele gostaria de ocupar dentro do próprio campo, avaliando tanto diferenças quanto afinidades entre o autor e os intelectuais objetos de sua análise (BOURDIEU, 2005). Passou-se, então, por um processo de “desnaturalização” dos preconceitos sobre a Academia Paraibana de Letras, com o objetivo de tornar o “exótico” em algo mais familiar, porém com a devida ressalva de um não-envolvimento afetivo com a instituição que pudesse redundar em um trabalho pouco objetivo: isto é, o esforço de objetivação esteve em desconstruir e reconstruir o próprio objeto, primeiro no pesquisador, depois na relativização dos conceitos e preconceitos, nos acadêmicos e, por fim, na Academia Paraibana.

Todo o esforço partiu de um desafio metodológico, mas também emotivo e subjetivo, haja vista o autor à época estar ligado a um grupo de escritores e poetas que “abominava” a Academia Paraibana de Letras, o Núcleo Literário Caixa Baixa, professando-se também uma alternativa de representação da literatura à instituição literária considerada um “cemitério” das Letras. O autor, então, precisou apartar-se das críticas primeiras ao trabalho, da influência de opiniões, das conclusões precipitadas, do fulgor “incendiário” de jovens envolvidos com o

fazer literário em reação às personalidades que simplesmente se “abominava” como representação do “atraso”.

Assim, tomando por base aquele que foi o último estudo em vida de Pierre Bourdieu (2005), seu esboço de auto-análise, sua própria trajetória intelectual, pôde-se observar no próprio autor desta pesquisa como se deu a construção do habitus primário, primeiramente como escritor, depois como sociólogo e, sobretudo, como um sociólogo e escritor que estudou duas trajetórias de dois dos seus pares. Tal contato fez-me refletir não apenas sobre as tomadas de posição e conduta nos acadêmicos, mais precisamente nos dois analisados, mas igualmente sobre minhas próprias tomadas de decisão dentro do campo intelectual, literário e científico.

O primeiro contato com a Academia Paraibana saiu-se tímido. A Academia passava por um processo de mudança de presidente e estava carente de muitos recursos. O presidente à época, Gonzaga Rodrigues, facilitou-me todo o acesso aos livros, documentos e entrevistas com as funcionárias e funcionários da instituição. A imprensa divulgava pouco a APL, ocorriam poucos eventos além das sessões solenes no caso da morte de um acadêmico ou outro. Primeiramente, meu interesse estava em pesquisar a relação entre literatura e política como conceitos diferentes e conflitantes. Tal premissa caiu por terra ao perceber que não seriam campos tão autônomos como os suponha. De outra feita, fui instado a pesquisar os rituais, a formação de elites e, por fim, cheguei à inter-relação que neste trabalho é usada para tentar compreender como a Academia Paraibana se mantém no tempo: a trajetória, símbolo do habitus acadêmico e de sua formação, com a sucessão, a tradição incorporada e reincorporada através das sucessões entre um acadêmico e outro, isto é, a “dança das cadeiras”.

No transcorrer da pesquisa, até a fase de qualificação, objetivou-se estudar a Academia Paraibana diante de um amplo leque de possibilidades que, ao final, centrou sua análise nas trajetórias de dois acadêmicos que haviam, coincidentemente, falecido no ano de 2012: o poeta e político paraibano Ronaldo José da Cunha Lima, e o político, advogado e escritor potiguar Joacil de Brito Pereira. Escolheu-se ambos, de tal modo, pela oportunidade de acompanhar as respectivas homenagens póstumas feitas pela Academia Paraibana em razão da morte dos acadêmicos, podendo, assim, fechar o ciclo de rituais em que eles se inserem: a eleição, a posse e a homenagem póstuma.

II. Procedimentos metodológicos

Em Weber (1982), um fenômeno só conserva sua qualidade própria na estrita medida em que o nosso interesse está exclusivamente centrado em seu significado. Isto é, a objetividade do conhecimento a ser tratada neste trabalho como um legado weberiano para a sociologia reflexiva encontra-se, em primeiro lugar, condicionado ou orientado pelo nosso interesse de conhecimento, e tal orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão. Ao se falar em relações objetivas, portanto, se está falando sobre os comparativos conceituais intrínsecos àquele objeto, fugindo dos julgamentos de valor, premissas subjetivas, com o fim de se atingir o que é cientificamente válido como um método de investigação. Neste sentido, se há um fato básico, e tal fato básico – através de elementos de sua especificidade, nos quais repousa um significado cultural próprio – contém ou pode contar um problema de ciência social, este será analisado à luz de um matiz de compreensão da realidade social que nos rodeia, significativo dentro de sua especificidade, contribuindo para uma reflexão compreensiva dentro de uma realidade própria.

Estabelecer, neste caso, uma ciência como método de investigação reflexivo e esforço de neutralidade axiológica é saber, à luz da experiência de Bourdieu em seu esboço de autoanálise, até onde vai o sujeito, nossas pré-noções sobre o objeto e qual a verdadeira objetivização para a “conquista” da realidade social, porém cultural ou subjetivamente orientada, observando a diferença entre ciência e juízo de valor, e deixando que os fatos “falem por si” (WEBER, 1974). Todo este esforço de observação e vigilância não apenas foi necessário para despir no pesquisador os preconceitos e observações precipitadas, mas também para relativizar, no próprio Bourdieu, e em seu “herdeiro” brasileiro, Sérgio Miceli, a concepção de retomar uma “sociologia dos intelectuais” dentro de um campo brasileiro, com especificidades brasileiras e formas de organização do campo artístico distintas e até contrastantes, seja com o campo artístico em Paris, seja na concepção sobre a formação dos intelectuais paulistas e cariocas (BASTOS e BOTELHO, 2010). No caso da referida pesquisa, buscou-se, à medida do possível, construir um campo do fazer intelectual paraibano distinto dos aspectos paulistas e cariocas, como se poderá ver neste texto.

Um dos principais desenvolvimentos metodológicos que houve no decorrer do presente trabalho diz respeito, sobretudo, à observação sobre a relativa autonomização dos campos que, na análise de Miceli (2001), sobre intelectuais e classes dirigentes, se pressupõe

que uma análise macrosociológica não daria conta de tudo a que o sociólogo se propôs. As discussões sobre a autonomia do campo intelectual, o público e o privado, influências do contexto sócio histórico e das ideias, além do caso brasileiro da formação de um campo intelectual, foram problematizadas por Bastos e Botelho (2010). Afinal, quais características intrínsecas ao ser brasileiro ou ser paraibano estariam relacionadas ao ser intelectual, o fazer intelectual e adentrar uma academia literária? A saber,

Assim, ao contrário do modelo francês analisado por Bourdieu (2002, por exemplo), Sergio Miceli está tratando de uma situação em que, na melhor das hipóteses, um "campo intelectual" estaria em vias de formação e ainda não inteiramente consolidado do ponto de vista sociológico. O que implica, ainda, deslocamentos e adaptações significativas das categorias analíticas do sociólogo francês quando aplicadas ao caso brasileiro. Nesse sentido seria um contrassenso em termos teóricos circunscrever a contribuição de *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)* como devedora exclusivamente da sociologia de Bourdieu. Se não faltam entre nós aplicações mecânicas da proposta metodológica do sociólogo francês, não se pode perder de vista, contudo, que as análises de Sergio Miceli surpreendem a expectativa da sempre difícil, mas às vezes fecunda, aclimação das chamadas ideias "importadas" ao contexto brasileiro. (BASTOS e BOTELHO, 2010, p.7)

Para chegar a estas características intrínsecas ao caso brasileiro, ou antes paraibano, partindo de uma análise 'macro' para uma 'micro', procedeu-se não apenas um comparativo de instituições, mas também um estudo de biografias nas trajetórias de dois intelectuais integrantes das cátedras acadêmicas, Ronaldo e Joacil, procurando tanto relativizar a suposta "coerência" nos discursos dos entrevistados e das biografias, distanciando-se pois da "ilusão biográfica", como também, no propósito, buscou-se aquilo que Miceli trata por ser um "retrato de corpo inteiro" da intelectualidade, isto é, "espaços de sociabilidade em que de fato se moviam e de onde extraíam a matéria-prima de suas obras e tomadas de posição" (MICELI, 2001, p. 411).

O trabalho não apresenta a intenção de uma ordem cronológica dos fatos narrados. De modo que os trabalhos referenciados e dados levantados revelam um apanhado sobre as instâncias do campo literário e político que se gostaria de observar. Primeiramente nos trabalhos anteriores sobre o tema, depois nas trajetórias estudadas. Isto é, os fatos apresentados configurando-se em datas por questão de referências, mas não possuem a pretensão de narrar histórias, problematizar a história ou mesmo de constituir-se enquanto um trabalho historiográfico. À relevância dos dados colhidos em jornais, revistas, entrevistas, atas de posse, discursos e livros dos acadêmicos (constando a devida relação nos anexos deste

trabalho), os fatos históricos apresentados serão analisados de acordo com estas referências para um exercício de reflexão empírico-documental sociológica.

Utilizou-se, ao longo desta pesquisa, de entrevistas cedidas por funcionários e acadêmicos, marcadas em ambientes que variavam entre a própria APL ou a casa destes entrevistados. Realizou-se, também, a observação de dois momentos importantes para as sucessões dentro da instituição: a homenagem póstuma feita para Joacil de Brito Pereira e a eleição do acadêmico à vaga deixada por este, sendo estes os únicos momentos que se apresentaram possíveis para a observação, dado o próprio tempo conferido à pesquisa.

Também a pesquisa em acervos bibliográficos na Academia nos deu acesso, por exemplo, à chamada “pasta dos mortos”, na qual estão todas as reportagens, recortes, correspondências e notícias publicadas sobre os acadêmicos quando de sua entrada na APL até a morte. Da biblioteca Álvaro de Carvalho, da APL, também foi possível retirar livros biográficos, livros de memórias e demais referências sobre os acadêmicos pesquisados, bem como sobre a Academia Paraibana de Letras, a exemplo dos livros de Luiz Hugo Guimarães (2001), José Rafael de Menezes (2000) e os livros do acadêmico Joacil de Brito Pereira.

A pesquisa teve significativa contribuição dos livros publicados acerca da Academia Brasileira de Letras. Servindo-se, em parte, através da biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde tive a chance cedida pela Capes/UFCEG de passar um estágio de meio período letivo fazendo pesquisas e participando, entre outras atividades, dos grupos de estudos do professor André Botelho e da professora Gláucia Villas-Boas. Entre os livros utilizados sobre a Academia Brasileira, encontram-se *A dança das cadeiras*, de J. P. Rodrigues (2001), *A encenação da imortalidade*, de A. El Far (2000), e *Estrutura Social da República das Letras*, de A. L. Machado Neto (1973). Além deles, encontrados na Biblioteca da Universidade Federal da Paraíba, sobre a vida literária no Brasil, estão: *Belle époque tropical*, de J. Needell (1993), e *Literatura como missão*, de N. Sevcenko (1995).

Para além dos caminhos teóricos trilhados e trabalhados, foram referências teóricas fundamentais neste trabalho o aporte teórico e metodológico de Pierre Bourdieu e Norbert Elias no estudo sobre trajetórias intelectuais, superação da aparente “dicotomia” entre agente e estrutura na concepção de acadêmicos e academias, aspectos sobre o “ser acadêmico” dentro e fora da instituição, a formação do habitus, da conduta e da tradição na inter-relação entre agente e estrutura.

Pierre Bourdieu apresenta-se não somente como fonte de inspiração para a realização deste trabalho, mas igualmente como um contributo teórico rico no estudo sobre a gênese e estrutura do campo literário, seus agentes, as relações de força nos campos e a forma como as posições ocupadas respondem às tomadas de decisão estruturadas pelo habitus. Entender a Academia Paraibana, neste sentido, também corresponde a refletir sobre que tipo de acadêmico ela busca para si, como este se formou e qual o seu legado para a instituição que engendra uma estruturação de práticas continuadas, recursivas e cristalizadas inclusive nas suas possibilidades de mudança.

O rigor metodológico formulado pelo sociólogo francês é também corolário da metodologia weberiana que define o campo literário como um espaço crivado de disputas pelo monopólio legítimo da violência simbólica, em que as posições e autoridades, muitas delas “invisíveis e surdas”, estão dentro de uma hierarquia de legitimidades e reconhecimentos, que se produz e reproduz de tempos em tempos. Entre o rigor de objetivação de Weber e a análise estrutural de Bourdieu (1999), o fato é um saber “conquistado contra a ilusão do saber imediato”.

Nesta perspectiva, a vigilância epistemológica leva em consideração que o universo do familiar é sempre perigoso para a ciência, uma vez que a linguagem corrente e as noções comuns buscam a todo tempo encobrir uma faceta ideológica ou sentimental na suposta “coerência narrativa” das trajetórias, na “comunidade sentimental” de uma academia literária ou no ideal heróico com que uma instituição do gênero se construiu e permaneceu no tempo. Os livros biográficos e descrições de época trazem muito este viés romântico e narrativo com que a Academia e suas personalidades são retratados.

Nestes casos, precisa-se, pois, superar as noções comuns através de “técnicas de objetivação” e substituir as primeiras noções do senso comum por uma “primeira noção científica”: superar as relações aparentes, o significado aparentemente universal da linguagem, os fatos como eles se apresentam a “olhos nus” para, enfim, chegar a uma objetiva relação entre os elementos. Fazendo isso, o pesquisador tomará contato com alguns dos princípios que regem as relações sociais: as condições e posições sociais que explicam as relações entre subjetividades animadas por intenções ou motivações, ou seja, a lógica objetiva por trás de uma “não-consciência” sobre o comportamento e as falas (BOURDIEU, 1999). Porém, se há uma tentativa de preencher todas as lacunas, esta tentativa pode ser inglória, tendo em vista a amplitude da abordagem e as muitas questões suscitadas por um campo tão

rico de formulações, referências e questões.

Neste imbricado sistema de relações, recusa-se a constatação de um fenômeno cultural deslocado do sistema de relações históricas e sociais no qual está inserido. Assim, fazer a “crítica da linguagem” e também refutar o saber dito “erudito”, algo que Bourdieu chama “sociologia espontânea” como aquela análise de “experts” sobre o mundo social, constituindo pré-noções dentro de um viés bastante particular e subjetivo de interesses e posições, foi também observado. Fazer o “corte epistemológico” dos saberes e estabelecer a separação entre a interpretação científica e todas as interpretações artificialistas e antropomórficas do funcionamento social é também parte deste trabalho de vigilância do sociólogo e esteve presente na construção do objeto que, para Bourdieu (1999), é o cerne da pesquisa científica.

Construímos, por fim, o objeto a partir da relação entre sucessões e trajetórias como uma inter-relação inseparável: os acadêmicos jamais existiriam sem a academia, e eles, sem ela, jamais seriam acadêmicos de uma instituição literária com os mesmos propósitos, história e princípios. Tomou-se, pois, cuidado em não assumir um tom dogmático, resultado da importação do discurso dos acadêmicos entrevistados, e nem nos deixamos levar pela interpretação dos próprios sobre a APL. Logo, procurou-se adequar objetos e técnicas de pesquisa à medida que tornar as coisas inteligíveis pressupõe um raciocínio por analogia, forma esta de construir o objeto com o trato dos dados e a relação em que estes se inserem com os objetivos que temos na comparação orientada pelas hipóteses. Então, o poder de ruptura com as pré-noções, as interpretações não-científicas, o cruzamento dos dados e a autovigilância com relação a um objeto que nos é familiar, entre outros aspectos, foi um dos cuidados desta pesquisa.

Ao final, e com o objetivo de enxergar as noções e saberes adquiridos em uma comparação feita a partir dos conceitos levantados e da realidade observada, comparada e analisada pelas trajetórias, discursos e bibliografias, o estudo sobre o ritual de sucessão teve no aporte teórico de Victor Turner uma consideração sobre os interstícios no ritual, a passagem de uma condição de intelectual à de “imortal”, as representações em torno do acadêmico e da academia, uma observação sobre a “aplicação” dos conceitos apreendidos, comparados e analisados com o aporte histórico e social das trajetórias estudadas e instituição que os representa.

É certo que toda tarefa de um pesquisador dá-se dentro de um risco da não realização, tendo em vista a quantidade de possibilidades tanto observadas como não observadas.

Escolheu-se, para este trabalho, estudar os intelectuais e uma academia literária a partir da perspectiva do sociólogo francês Pierre Bourdieu, ao que, se realizada a contento, já tornam os resultados uma vitória. Outros teóricos utilizados, leitores de Bourdieu ou dos estudos sobre intelectuais, são vinculados para auxiliar uma perspectiva estruturadora das práticas sociais e, diga-se de passagem, contribuinte para a reflexão sobre o habitus, o campo e sua estruturação nas trajetórias e sucessões. Caso a leitura torne-se demasiado difícil ou cansativa, foi porque, no desenvolvimento da pesquisa, houve uma preocupação em não fugir aos conceitos, à voz do objeto e às reflexões sobre tais inter-relações. Tudo isso, entretanto, partiu de uma escolha própria do pesquisador que, já um leitor do sociólogo francês, foi desde o início um desafio. A complexidade dos conceitos apreendidos, e também da pesquisa realizada, valeu todo o esforço presente na linguagem, nas referências e na volta às questões levantadas desde o princípio. Considera-se, contudo, esta uma pesquisa feita para ser levada em conta nos estudos sobre instituições do gênero.

III. O desenho dos capítulos

O desenho dos capítulos apresenta-se, inicialmente, dentro de um recorte acerca da influência francesa sobre a criação da Academia Brasileira de Letras e, posteriormente, da Academia Brasileira sobre esta. Neste capítulo, será abordado o histórico do tornar-se acadêmico na Academia Brasileira e na Academia Paraibana, no passado e no presente, fazendo sempre um comparativo sobre o comportamento dos acadêmicos, suas características, as tensões complementares entre literatura e política, os tipos de acadêmicos e intelectuais sociologicamente estudados e qual a relação destes com um dos sistemas mais antigos e característicos de tais instituições: o patronato e as sucessões. Neste ponto, surgem referências de análise para algumas das categorias que irão se discutir mais adiante, bem como aponta para estudos já realizados sobre academias literárias e intelectuais.

No segundo capítulo, a abordagem empírico-documental parte para os casos específicos de Ronaldo Cunha Lima e Joacil de Brito Pereira. É abordada a análise de trajetórias dos dois acadêmicos em consonância com o contexto social e político da época, suas discussões, características, oportunidades e formas de ascensão intelectual, política e literária. Nele, a ordem segue segundo a entrada na instituição literária: o primeiro a chegar à APL, Joacil Pereira, em 1972; o segundo, Ronaldo Cunha Lima, em 1994. Ao final, uma análise própria sobre o ser acadêmico e as vias de consagração que os levaram às cátedras 14 e 17 será

considerada, tendo em vista reportagens, bibliografias, documentos, entrevistas e registros memorialísticos sobre ambos.

Ao fim, e unindo os conceitos e dados trabalhados nos dois capítulos iniciais, uma análise geral e conceitual sobre como as trajetórias se articulam para chegar às sucessões, por um ideal de tradição a ser preservada ou contraposta. Nele, é ressaltada a importância dos grupos frequentados pelos acadêmicos, os ideais cívicos por trás dos valores defendidos pela instituição e o sentido de ser acadêmico não apenas na conduta, nas letras e nas ações, mas na concretização destes nas performances, representações e discursos impressos dentro do ritual de sucessão para a entrada de um novo membro.

Concluído o trabalho, tem-se a certeza de que um olhar direcionado para as práticas sociais em documentos, entrevistas, observações e demais registros não foi despropositada. Embora este trabalho não tenha a pretensão de constituir-se como referência única e fechada para o estudo de uma instituição literária como a Academia Paraibana, certamente abrirá portas, apontará caminhos e sugerirá questões para os interessados no estudo e formação de elites intelectuais na Paraíba.

Capítulo 1

As Academias e o processo de tornar-se acadêmico: o passado e o presente

Lévi-Strauss, na ocasião do seu discurso de recepção na Academia Francesa, disse que instituições como estas somente adquirem legitimidade e são capazes de desempenhar alguma função no seio do corpo social quando põem em prática dois princípios: o da “constância” e o da “exigência de filiação”. O princípio da constância remete à maneira pela qual a unidade dos valores interagem entre si, estando, por isso, acima dos valores individuais. O segundo é aquilo que vai manter a existência desta agremiação, pois seria necessário fixar uma linha temporal que ligasse as pessoas numa mesma vertente genealógica, isto é, uma filiação (EL FAR, 2000).

Em uma academia de Letras o tornar-se acadêmico responde por situações diversas da que se encontra em outras instituições. Guardadas as devidas particularidades de cada instituição em relação à outra, o candidato eleito ao cargo passa por um processo seletivo em que precisa pôr à prova suas qualidades enquanto merecedor à vaga pleiteada. Os critérios para a aceitação de um novo membro são descritos aos moldes mais diversos. Para a Academia Paraibana de Letras, a exigência, conforme consta do estatuto, é ser uma pessoa idônea, em completo cumprimento com as exigências formais para com a pátria e que tenha escrito um livro. As razões para a aceitação, entretanto, utilizadas na escolha, atendem a fatores sociais progressos e típicos de um lugar dividido por grupos diferentes, cujas normas e valores remetem à lógica da instituição, aos símbolos e valores cultuados por ela, ao modo como os acadêmicos relacionam-se entre si e dentro das filiações na qual se encontram.

Este trabalho reflete sobre as tradições enquanto trajetórias de indivíduos que culminam com a maneira através da qual eles se sucedem dentro da Academia Paraibana de Letras. Isto é, como as trajetórias se unificam em torno de um projeto dos indivíduos para a Academia Paraibana e dela para com eles, igualmente com o objetivo de tentar compreender como tais fatores se influenciam mutuamente e permanecem no tempo. Situamos, assim, três momentos específicos: o de surgimento da Academia Brasileira de Letras, em 1897, o de aparecimento da Academia Paraibana de Letras, em 1941, e o momento atual ou recente por

que passa a APL, buscando comparar conceitos, declarações e interpretações já desenvolvidas por outros estudiosos sobre academias literárias e que possam revelar algo sobre o processo de sucessão atual a partir das trajetórias e da tradição da própria instituição em aceitá-las.

Todas essas questões passam pela produção dos diferentes sentidos sobre o que é tornar-se acadêmico. Como se verá mais profundamente adiante, o tornar-se acadêmico em contextos históricos e sociais diferentes, do Rio de Janeiro de 1890 à Paraíba de 1941, época da criação de ambas as academias, possuem particularidades não apenas conferidas pelo tempo, mas também pelas normas vigorantes nas instituições que não são, totalmente, a importação do modelo uma da outra, assim como os tipos de acadêmicos, que ora se digladiam e ora confluem para interesses comuns acima dos valores individuais, serão mais detidamente analisados segundo a lógica que predomina na sucessão dos patronos aos sucessores.

Em 1890, o tornar-se acadêmico ou, antes, ser acadêmico, significava essencialmente ser “gente polida”. Estas são as palavras de José Veríssimo, escritor e crítico literário carioca, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Ao que continua, nas palavras de El Far,

Para Veríssimo, as relações literárias deveriam pautar-se por regras de conduta, pois só assim os escritores conseguiriam trazer à profissão das letras o reconhecimento social desejado. Afinal, as letras necessitavam de uma sociedade polida que soubesse apreciá-las, estimá-las e acolhê-las. Era preciso combater os vícios de linguagem, “o abuso do palavreado”, as deturpações da língua, as expressões de má índole, as injúrias trocadas entre os literatos, dentre “mil outras formas de mau gosto”. (EL FAR, 2000, p.71)

A chamada *belle époque*, no final do século XIX e início do XX, imprimia prestígio aos homens de letras à medida que o Rio de Janeiro “civilizava-se” (SEVCENKO, 1983). A literatura, para os literatos e acadêmicos, assim, passou por uma missão civilizatória em uma terra de analfabetos, na qual buscava-se não apenas propiciar um fetiche para o consumo entre as elites, mas ainda um refinamento do gosto propício a uma aproximação dos costumes cariocas com os franceses, tidos por referência naquele período (NEEDELL, 1993). Tornar-se acadêmico, nesta época, não era apenas pertencer ao círculo de Machado de Assis, assíduo frequentador dos cafés e salões literários, mas amargar a dor de não ser reconhecido enquanto literato pelas elites locais, nem pelos empregadores nos jornais, na publicidade e nos governos. Fator este que mudaria à medida que a Academia Brasileira fosse se inserindo no

cotidiano da elite local, os chamados *grands seigneurs* fossem tomando acento nas cadeiras e os jornais alardeassem as concorridas sessões solenes de recepção dos novos membros (EL FAR, 2000).

Embora se possa comparar a origem oriunda de “camadas sociais mais favorecidas” nestes primeiros acadêmicos com a dos primeiros acadêmicos da Academia Paraibana de Letras, o tornar-se acadêmico atravessou as mesmas barreiras de reconhecimento da instituição perante os setores da opinião pública local. De 1880, data do primeiro clube literário da Paraíba, até 1941, fundação da Academia Paraibana de Letras, literatos oriundos de grupos literários diversos e com vida útil mínima, tais como a Academia Paraibana dos Novos e a Associação D'Homens de Letras, reuniam-se a outros, geralmente jornalistas ou advogados, para constituir uma sociedade cujos interesses voltavam-se para a literatura (GUIMARÃES, 2001), então entendida como uma esfera distinta do que praticavam os membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Registros históricos em Martins (1978) e Guimarães (2001) indicam ser o objeto das atividades nos clubes literários desenvolvidos pelos intelectuais o fim educacional, porque ligado à educação popular, instrução e movimentação de atividades artísticas e culturais em escolas e no famoso Liceu Paraibano, além do viés cívico, pois também se organizava passeatas cívicas, a exemplo do Clube Literário Benjamin Constant. O empecilho da falta de apoio governamental, entretanto, era uma constante tanto para todos estes clubes literários da Paraíba, como para a Academia Paraibana e a Academia Brasileira, quando da proposição de sua criação e no funcionamento dos primeiros anos. Buscava-se uma movimentação cívica no meio intelectual, pressupostamente porque o campo de disputas, sobretudo, ainda não diferenciava o fazer intelectual do fazer político, sendo os intelectuais obrigados a enveredar pelas duas áreas para obter reconhecimento.

O tornar-se acadêmico, em 1941, dentro da Paraíba, ligava-se a pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, tendo em vista que 16 dos 20 primeiros sócios da agremiação literária que deu origem à Academia Paraibana pertenciam ao IHGP, adotando, inclusive, esquema semelhante de sucessão, além de pertencer ao mesmo grupo ciceroneado pelos fundadores. Ainda segundo registros de Guimarães (2001), o meio intelectual paraibano entre 1907 e 1941 ligava-se à participação com publicações em jornais e revistas, a exemplo da revista Era Nova, de 1921, sendo esta uma equivalente paraibana à Revista Brasileira, que reunia Machado de Assis e os fundadores da Academia Brasileira. Desenvolver atividades

pedagógicas de incentivo à cultura paraibana, à leitura e uma espécie de “catecismo civilizatório”, à medida que associado ao ato de reconhecer a atividade intelectual como símbolo de desenvolvimento, também contaria para o ato de tornar-se acadêmico. Vincular-se à sociedade através de um ideal de contribuição seria a tônica, por exemplo, da fala do crítico literário, Hildeberto Barbosa, ao descrever a Academia Paraibana:

Eu acho que a academia é uma instituição que presta um serviço, sabe, público, literário, histórico, ela tem essa natureza. Claro, que é como eu tô lhe dizendo, ela não é homogênea, mas nenhuma instituição é homogênea. Existem acadêmicos que realmente dão uma contribuição, e existem acadêmicos que talvez não contribuam, talvez não percebam o significado deste elo que existe entre a instituição como a academia com a própria sociedade. (Entrevista com Hildeberto Barbosa Filho)

Contemporaneamente, no geral, ser acadêmico passa por processos distintos na instituição nacional e na academia regional. Mais à frente se verá como estes processos dialogam na construção de uma tradição herdada e como, por motivos históricos e sociais, eles se diferenciam dentro das espacialidades específicas e das trajetórias intelectuais.

Ao passo que as eleições na Academia Brasileira são feitas por indicações dos próprios membros sobre possíveis candidatos, e na Academia Paraibana de Letras consta do estatuto da instituição que “qualquer um” pode vir a se candidatar, desde que possua um livro publicado, a importação do modelo brasileiro de academia obedeceu a algumas regras e outras não, como será observado neste capítulo. Na descrição do ex-presidente da Academia Paraibana de Letras, Juarez Farias, os critérios do tornar-se acadêmico assim se inserem:

O que pesa mais na escolha é verificar se tem atributos suficientes para ser acadêmico. Se você não é um leviano ao escrever. Se você não tem uma obra pouco respeitável. Se você não demonstra uma visão geral da cultura, da literatura, da administração pública, essas coisas pesam. Quer dizer, devem pesar, eu imagino que pesem. Às vezes existem lócus, dados por afinidade familiar, dados ideológicos, isso sempre existe. Mas não são a regra. A regra seria, se você estudar o espírito de criação da academia, a regra seria a consagração de uma obra, literária, artística ou acadêmica em geral. (Entrevista com Juarez Farias)

Outro acadêmico, ainda frequentador do Centro Cultural “Augusto dos Anjos”, em 1939, época, pois, da fundação da Academia Paraibana, Joacil de Brito Pereira, uma das trajetórias que serão analisadas mais à frente, em seu primeiro discurso de posse afirma: “A

vulgaridade não assenta com o espírito literário”, quando em trecho do discurso se justifica por zelar, dentro da instituição, o “respeito” pelo idioma e as tradições literárias paraibanas, afastando o mau uso da língua e os “maus costumes”².

Comparando-se as três falas, a do fundador da Academia Brasileira, José Veríssimo, em 1907, e a de ambos os ex-presidentes da Academia Paraibana, Joacil de Brito e Juarez Farias, o sentido para o ser acadêmico remete não somente à chamada boa conduta nas ações, mas também a um necessário regramento, polidez dos gestos e controle das emoções, conforme Norbert Elias (2011) assinala a diferenciação entre cultura e civilização a partir do regramento da conduta, dos modos e dos limites comparativos entre civilização e barbárie a partir da coação externa em determinado ambientes. Isto é, descreve-se como elementar, ao fato de a academia aceitar um membro dentro de seus sócios, este não ser um “leviano ao escrever”, nem ter uma “obra pouco respeitável”, semelhante ao que José Veríssimo falou sobre “o abuso do palavreado, as deturpações da língua, as expressões de má índole, as injúrias trocadas entre os literatos” enquanto provas de uma postura não condizente com o princípio de uma Academia de Letras.

Duas instâncias do “ser acadêmico” serão levadas em conta nesta introdução do capítulo que se apresenta sobre o processo de tornar-se acadêmico: o viés educacional dado à literatura e o entusiasmo cívico empreendido pelos intelectuais paraibanos à época da criação da Academia Paraibana. Referências à Academia Brasileira de Letras serão utilizadas neste trabalho como um sumo comparativo para refletir sobre algumas categorias e conceitos apreendidos por estudiosos de academias literárias e, porventura, comparáveis à realidade do modelo regional da Academia Paraibana de Letras no princípio de sua formação e no presente em que este trabalho se aloca.

Na Academia Paraibana de Letras, a afluência de jornalistas, advogados e políticos encontra desde os primeiros clubes literários um apelo ao Estado para, por exemplo, propiciar que estes intelectuais possam guiar o rumo de uma missão educacional a ser empreendida por aqueles que participavam de revistas literárias, clubes estudantis e associações de adolescentes para a leitura e a escrita. Conforme se registra, era o chamado “movimento surgido com as revistas editadas nas escolas”:

2. Revista da Academia Paraibana de Letras N°13, Maio de 1999.

O Liceu com o seu 'Centro Estudantil Paraibano', que publica o jornal Classe, a Escola Normal com o Centro Normalista de Cultura, o Colégio das Neves com a revista A Flor das Neves, o Colégio Diocesano com a revista Pio X, o Instituto Comercial 'João Pessoa' com seu clube literário 'Ruy Barbosa', a Academia do Comércio com o 'Centro Estudantil do Estado da Paraíba', que publica a revista Movimento, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino com suas festas de artes, palestras literárias e Página Feminina, publicada no órgão oficial do Estado. (GUIMARÃES, 2001, p.18)

Vale salientar, neste ponto, que os dois intelectuais cujas trajetórias serão analisadas mais detidamente no capítulo 2, Joacil de Brito Pereira e Ronaldo José da Cunha Lima, participaram ativamente do Centro Estudantil Paraibano e do Centro Estudantil, além de terem participado de outros grêmios literários. Levando-se em conta que os fundadores eram, na sua maioria, poetas, professores e jornalistas, o tornar-se acadêmico, durante estas primeiras décadas, ligava-se a ter uma atividade militante na imprensa, na cultura através das revistas pedagógica nas salas de aula, centros culturais e literários de época e ter contribuído, de tal forma, para criar, dentro do território paraibano, um maior consumo do mercado de livros.

A noção de serviço prestado à comunidade reflete ainda a necessidade destes intelectuais de incorporar um rigor 'cívico' à missão civilizatória da literatura, antes praticada pessoalmente no âmbito dos clubes literários, no caso paraibano, e informalmente na imprensa, no caso carioca. Conforme é descrito por Sevcenko (1995, p. 93), a respeito dos intelectuais que se abrigaram sob o teto seguro da Academia Brasileira à medida que os intelectuais conquistaram o poder de ação social:

Pregam reiteradamente a difusão da alfabetização para a “redenção das massas miseráveis”. Desligados da elite social e econômica, descrentes da casta política, mal encobrem o seu desejo de exercer tutela sobre uma larga base social que se lhes traduzisse em poder de fato.

Conforme descreve o autor, tornar-se acadêmico, tanto no final do século XIX do Rio de Janeiro, como nos anos de 1941 na Paraíba, aparentava basicamente atribuir uma função à literatura, um “viés utilitário” com vistas seja à “redenção das massas miseráveis”, como a “perpetuar as tradições literárias da Paraíba” (GUIMARÃES, 2001), no que talvez seja esta a principal distinção, no caso paraibano, entre o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Academia Paraibana de Letras: o viés educacional e cívico. Mais à frente, as definições sobre

esse “Homem de Letras”, que seria a do intelectual voltado para o engajamento como uma condição ética, gozando de um utilitarismo intelectual voltado para “atribuir validade às formas de criação e reprodução cultural”, será mais detalhadamente trabalhado (SEVCENKO, 1983).

No momento atual por que passa a Academia Paraibana de Letras, o tornar-se acadêmico movido pelo entusiasmo cívico se constitui por contribuir com a noção de “serviço prestado” ao desenvolver uma reflexão sobre a localidade, a terra ou mesmo a crítica literária de autores locais. Ainda segundo Sevcenko (1995), o estudo de aspectos da realidade social brasileira ou local foi uma constante entre os autores engajados. A descrição de um dos acadêmicos atuais, entre outros que, nas entrevistas realizadas, enfatizaram o legado cultural ou social dado à Paraíba como motivo para terem entrado na Academia Paraibana, revela aquilo que os estudiosos de academias literárias no começo do século XX chamariam de “nacionalismo intelectual” aplicado à realidade local. Isto é, uma parte das chamadas “particularidades locais” de adaptação do modelo da Academia Brasileira às academias regionais seria exatamente o apelo e o amor à terra, como é o depoimento que se sucede, do poeta e crítico literário Hildeberto Barbosa, enfatizando sua produção como crítico literário militante, inclusive em sua tese de doutorado sobre o grupo Sanhauá, grupo surgido nos anos de 1960, fundado por poetas paraibanos:

Na tese, fiz uma história crítica da poesia paraibana. Creio que esse esforço de ter criado um estudo sobre uma produção local, associado a uma militância crítica, contínua, permanente, nos jornais locais e até de fora, isso foi criando uma repercussão, foi gerando de certa forma a meu ver no público que lia aquela ideia de que havia uma preocupação mais ou menos sistemática com a produção local. Vejo isso como um serviço prestado. (Entrevista com Hildeberto Barbosa Filho)

O chamado “entusiasmo cívico”, neste ponto, apresenta-se sob duas vertentes: uma antes da institucionalização da atividade de militantes das letras pelas academias literárias, através da imprensa e dos clubes literários, outra depois da institucionalização e reconhecimento da atividade. Primeiro na tentativa de emancipação da academia literária, depois no reconhecimento dela pelo Estado e pelas elites políticas e econômicas locais, conforme registros de Needell (1993) sobre o processo de a literatura tornar-se uma atividade distinta e aceita pela elite como um legado do romantismo.

Agrupar os interesses dos intelectuais paraibanos em ter uma instituição que

preservasse intactos esses desígnios sobre um legado de tradições literárias e também do esforço de educação e instrução das massas, ao mesmo tempo que tais intelectuais gostariam de ser reconhecidos pela tarefa exercida na imprensa e nos meios literários, foi tarefa mister para haver uma Academia Paraibana de Letras, pelo menos no plano pessoal. Daí, o tornar-se acadêmico era diretamente proporcional, neste momento inicial, ao reconhecimento de atividades já praticadas: o jornalismo, a militância nos clubes literários, a influência das revistas de literatura nas escolas e a movimentação artística e cultural local (GUIMARÃES, 2001).

Segundo El Far (2000), no final do século XIX as academias literárias surgiram, ao mesmo tempo, de uma atenção individual de indivíduos para com os próprios interesses, isto é, conquistar um bom emprego no funcionalismo e na imprensa, dada a visibilidade que uma academia literária conferiria, e também seria para muitos um “refúgio ideal” das desilusões políticas, como foi o caso de Machado de Assis e do Visconde de Taunay, bem como reforço para garantir o “crédito” e o “prestígio social” que as obras, em si, não podiam oferecer, dado o amplo analfabetismo da sociedade brasileira.

Veremos, mais à frente, que a tradução de um modelo de academia de letras a partir do modelo nacional já existente, embora fosse uma demanda do grupo ciceroneado pelo jornalista Coriolano de Medeiros, não foi uma importação completa, pois atendeu a particularidades locais características da sede. Além disso, o tornar-se acadêmico, contemporaneamente e em outras épocas, produziu sentidos distintos sobre a atividade, mas não necessariamente distantes no tempo e no espaço que o conceito de Lévi-Strauss acerca da exigência de filiação não pudesse descrever.

O essencial é pensar que o ser acadêmico atende não apenas às demandas da tradição incorporada na tradução de um modelo já existente, mas também de épocas diferentes sobre o que significa ser acadêmico e no que este legado é capaz de influenciar dentro dos critérios avaliados para ser um acadêmico hoje na Academia Paraibana de Letras. Atualmente, de acordo com as entrevistas, fala-se em “paraibanidade” para descrever o perfil das obras dos intelectuais aptos a entrar; também se fala na representatividade para o cenário local, isto é, ter pessoas “ilustres” e de reconhecido mérito contributivo com a Paraíba em diversos setores. Aparentemente, no afã de preservar a memória, os aptos a adentrar para a Academia são aqueles capazes de desenvolver um estudo sobre a obra dos antecessores, chegando mesmo a se aproximar as semelhanças em termos de trajetória entre uns e outros. Nos capítulos

posteriores, tais discussões serão aprofundadas.

Tomando-se as palavras de Bourdieu (1999) sobre como o trabalho do sociólogo, através de um esforço de compreensão e crítica da linguagem como o saber imediato a ser contraposto, “pré-construções inconscientes e incontroladas” do senso comum para as primeiras noções do saber científico, é que se tem o devido cuidado com as referências utilizadas pelos acadêmicos, suas narrativas sobre si, respostas e categorias elencadas como definidoras de tipos sociais, ou mesmo de uma tradição para a Academia. Para Bourdieu (1999), a fala de um intelectual responde também por um saber apreendido pela prática, um saber construído pela sujeição ao vivido de forma “ingênua”, ao mesmo tempo em que se constitui, a partir daí, uma sociologia espontânea a ser trabalhada atentamente pelos olhos do crítico da linguagem e do comportamento.

Nas respectivas residências, foram entrevistados Hildeberto Barbosa e Sérgio de Castro, cuja aproximação fora feita pela proximidade do pesquisador para com ambos os poetas. Na APL, as entrevistas realizadas foram com o jornalista Gonzaga Rodrigues, ex-presidente da instituição, Juliana, ex-secretária e “organizadora” do ritual de sucessão, Marileide, a bibliotecária; Tânia e Marinele, as duas atuais secretárias da APL. No escritório, foi entrevistado Juarez Farias, vice-presidente da APL nos últimos oito anos, e o historiador José Octávio de Arruda Mello, em sua casa. Todo o procedimento de chegada aos referidos entrevistados contou com uma recepção através de hora marcada via telefone, no que o pesquisador não encontrou empecilhos à realização das referidas entrevistas.

1.1 – Da França ao Brasil: A Academia Brasileira de Letras

Uma academia literária, em tempos de seu surgimento, talvez tenha sua primeira reunião em uma biblioteca pública para, posteriormente, galgar os mais inusitados locais até ter a sua tutela subvencionada pelo governo, desde a sala da casa de um de seus membros até escritórios ou mesmo ginásios. Não foi diferente com a Academia Brasileira de Letras nem com a Academia Paraibana de Letras. Ambas passaram pela mesma dificuldade de reconhecimento por parte não apenas da sociedade como também dos governos.

Todo esse esforço de emancipação abre uma reflexão do intelectual acadêmico

enquanto um ente público, haja vista a busca constante por um reconhecimento público de atividades que até então se realizavam no âmbito privado: a imprensa, as revistas literárias, os saraus e clubes literários. Buscava-se, no caso brasileiro e no paraibano, uma maior guarida do governo para o custeio de atividades intelectuais, inserção no mercado editorial através da edição de revistas e também custeio dos próprios livros.

Historicamente situando a análise deste tópico na ABL, a proposta inicial da Academia Brasileira, segundo registros acerca de um de seus membros, o advogado, jornalista e escritor carioca Lúcio de Mendonça, era constituir-se em um ambiente “neutro” de paixões políticas (EL FAR, 2000, p.23). Para o acadêmico, era importante a convivência de monarquistas e republicanos para garantir esse viés neutro, conforme a própria El Far descreve: “formada por nomes indicados pela república e membros eleitos por seus próprios pares, a academia garantiria ao mesmo tempo o que até então se julgava impossível: uma instituição apoiada pelo governo, neutra de paixões políticas” (idem, p.23).

Registra-se também que, antes de a Academia Brasileira vir a lume, dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já existia uma demanda interna para a consagração intelectual ou literária dos seus membros. Esta, portanto, também é uma reflexão sobre o “saber institucionalizado”, pois esta Academia de Letras surge no momento em que o foro de discussão e interpretação da realidade nacional pertencia a faculdades, museus e institutos. Havia, por exemplo, reflexões médicas sobre a saúde pública em tempos no qual o “progresso” e a “civilização” brasileira urgiam acontecer. Destes institutos provinham, por exemplo, as principais produções científicas e culturais do país, buscando consolidar um conhecimento próprio sobre o Brasil e a realidade brasileira. Entretanto, a autoridade em relação ao discurso literário, ainda que com o mesmo viés nacionalista, seria algo que somente uma academia de letras poderia propiciar, e com uma projeção intelectual jamais alcançada (EL FAR, 2000, p.64-65).

A proposta desta instituição recém-criada era de um projeto inteiramente voltado para abrigar os homens de letras, que na época significava ter uma inclinação literária para o “cultivo da língua e da literatura brasileira”. O nacional, aqui, se encontra presente desde as primeiras falas dos acadêmicos até as resoluções do estatuto. Posteriormente, será ao longo da história da Academia Brasileira que esta noção sobre o “nacional” na língua ganhará interpretações as mais diversas. Interpretações estas que acabariam levando a academia para patamares que não eram aqueles que alguns dos fundadores entendiam por ser um “homem de

letras”, isto é, sujeito apto a entrar para uma Academia Brasileira que teria como propósito inicial o “cultivo da língua e da literatura brasileira”. Nas palavras do jornalista e escritor carioca Valentim Magalhães, destacada do jornal A Notícia por El Far (2000, p.25):

E é principalmente para a realização desse nobilíssimo escopo que ela necessita do bafejo oficial, do patriotismo do governo. Facilitando a publicação de obras úteis, que são todas as obras de séria ciência e boa arte, oferecendo prêmios às melhores produções do engenho ou do estudo nacional, o governo bem merecerá da sua pátria e amplamente justificado há de ficar por ter criado e protegido uma academia de letras.

O estudo nacional, conforme a fala de Valentim assevera, deveria ser estimulado. Porém, a qual governo se apelava? A Academia Brasileira foi descrita por Lúcio Mendonça em texto publicado no O Estado de São Paulo como uma “filha da república” (EL FAR, 2000, p. 26). Desta forma, inspiração do modelo francês do século 17 não apenas por legar ao Brasil, no campo literário e cultural, o ideal civilizatório característico da *belle époque* em sintonia com todas as transformações urbanísticas, políticas e sociais no Rio de Janeiro do final do século XIX, a Academia Brasileira de Letras já nascia dentro de uma República; ao contrário da Francesa, em plena monarquia absolutista (NEEDEL, 1993).

Pelo fato de a Academia Brasileira ter sido criada em plena república, mais do que uma confluência de fatos históricos e personagens, era questionada pela imprensa republicana o real significado da institucionalização de uma “aristocracia intelectual”. Não havendo um “processo seletivo democrático e igualitário” de seleção dos membros, uma vez que, “com a Revolução Francesa, foi decretada a supressão de todas as academias, tornava-se incompreensível uma instituição hierarquizante num regime que se pretendia democrático” (EL FAR, 2000, p.26-27).

A defesa, por parte da própria academia, tinha em Lúcio Mendonça o seu principal árbitro, ao afirmar que o terreno das artes seria um terreno de exceção. Para ele, conforme artigo divulgado em *O Estado de São Paulo* de 1896, era preciso “conferir solenidade à futura associação, respeito aos homens de letras, o que, numa civilização imperfeita como a nossa, ainda não se alcançava pelo esforço individual ou pelas meras sociedades literárias” (EL FAR, 2000, p.27). Por esta época, entretanto, os mesmos registros indicam que a ajuda do governo não apenas daria estrutura, casa e dinheiro à Academia Brasileira, mas igualmente legitimidade nos pronunciamentos e também nas atuações, isto é, uma posição de destaque na

sociedade da época.

Em uma época na qual a literatura era parte de um fetichismo do consumo e da civilização, associada a padrões estabelecidos de bom gosto e refinamento conforme o consumo das elites, priorizava-se basicamente os escritores franceses nas importações de livros, segundo registros de Needell (1993). A questão é que os homens de letras buscavam àquela época estabilidade e reconhecimento no universo do trabalho. Logo, o interesse pela pureza, distinção e culto ao idioma e à literatura respondia tanto por uma forma de ser um “escritor-cidadão”, conforme caracteriza Sevcenko (1995), como também garantir os interesses de ascensão social e econômica daqueles primeiros acadêmicos. Os jornais, neste sentido, constituíam-se como um importante meio de consagração à medida que conferia legitimidade e “autoridade cívica” aos intelectuais, tratando de questões sociais e políticas no Brasil recém republicano. Vê-se aqui algo que será discutido nos capítulos posteriores: o campo acadêmico das academias literárias como um campo de estabilização de conflitos externos e disputas por capital simbólico.

Ainda sobre as aproximações entre a *Académie Française de Lettres* e a Academia Brasileira de Letras, foi em 1897 que, reunidos com toda a pompa possível, e com precárias condições existentes, veio a lume a Academia Brasileira de Letras. Isto é, quando os acadêmicos conheceram-se e reuniram-se em torno de uma publicação editada por José Veríssimo, intitulada *Revista Brasileira*, do final do século XIX, para dar lume aos ideais de institucionalizar a tarefa destes literatos *à la française*. Sobre a adoção de rituais e da estrutura organizacional, Needell (1993, p.226) destaca:

Os quarenta “imortais” tiraram seu número da instituição de Richelieu e adaptaram o mesmo ritual das cadeiras que passavam de ocupante para ocupante, batizando-as com o nome dos “fundadores” e fabricando, deste modo, a linha literária das cadeiras. Também adotaram o costume francês de receber e saudar os novos membros com discursos celebrando sucessores e predecessores. A praxe acadêmica sublinhava o que os discursos inaugurais explicitavam – tratava-se de uma organização *à la française*, criada para fortalecer a tradição literária, preservar a pureza da língua e promover, na nação recém-nascida, o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional.

Nascendo, pois, como uma instituição que, segundo Needell (1993, p. 227), teve na declaração de Machado de Assis de que “a tradição é o seu primeiro voto” sua característica fundante, firmou-se a praxe maior encontrada na maioria, senão em todas, as academias

literárias vigorantes no país: as sucessões e o sistema de patronato. Sobre o patronato, nas palavras do próprio Machado de Assis: “o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais”. A gênese destes patronos e sua relação com a tradição é o princípio e o fim das sucessões.

Ora, a Academia Brasileira de Letras, além da preocupação inicial com a língua e a ortografia, propunha também o cultivo da literatura nacional, de modo que o “batismo” ao qual se refere o primeiro presidente da Academia Brasileira, diz respeito à criação de uma “história oficial das obras e dos autores mais importantes para a nação” (EL FAR, 2000, p. 59). Os patronos seriam os “vultos da literatura nacional”, os “heróis” de uma dada localidade. Ou seja, para conquistar respeito, a academia precisava construir um “passado que a sustentasse”. Antepassados, então, criados com o objetivo de conferir uma noção de tradição e identidade da Academia Brasileira para com o Brasil, algo que seria contado e recontado de tempos em tempos através dos discursos.

Estes mitos fundantes de uma suposta tradição em comum para a academia, na época do seu nascimento, são as figuras em torno das quais cada uma das 40 cadeiras girariam, escolhidas por critérios mais subjetivos do que impessoais, por cada um dos fundadores da academia. O certo é que cada um dos 10 fundadores da Academia Brasileira, e todos os outros que vieram após, escolheram cada um as figuras que admiravam, entre professores, amigos de infância, parentes e, claro, os heróis literários de sua infância ou adolescência (EL FAR, 2000).

Voltando à importância do significado da literatura e dos patronos literários para a sociedade carioca, desta vez, época de já formada a Academia Brasileira, no princípio do século XX, a literatura não apenas representava a concessão brasileira a um costume já arraigado da cultura francesa. A literatura transformava tais intelectuais em “mosqueteiros-intelectuais”; sua luta, “voltar-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação.” (SEVCENKO, 1983, p.78). Segundo os mesmos registros dizia-se, pois, que o espírito humano era “centralista” e encontrava-se do outro lado do Atlântico.

A missão civilizatória de que se incumbia a literatura, e diante da qual os intelectuais-mosqueteiros consideravam-se não apenas “agentes dessa corrente transformadora, como a própria condição precípua de seu desencadeamento e realização” (SEVCENKO, 1983, p.80), respondia igualmente a um viés de luta pela ampliação do mercado editorial, algo que viria a se aproximar do esforço por alfabetização entre os intelectuais paraibanos dos anos de 1940.

Ora, se uma das principais questões da época, por parte da imprensa opositora à Academia Brasileira, era a de constituir-se uma academia literária em uma terra de analfabetos, na qual o mercado editorial praticamente não encontrava consumidores, o nacionalismo destes mosqueteiros não intentava somente criar um saber próprio sobre o Brasil, mas contribuir para mudanças estruturais. Segundo Sevcenko (1995), este é um fenômeno constante em sociedades arcaicas e assoladas por elevadas taxas de analfabetismo.

Era praticamente em vão que os primeiros intelectuais, ao capitanear uma luta pelo Brasil e pelo culto às letras brasileiras, mudassem a realidade estrutural brasileira dentro das elevadas taxas de analfabetismo que invisibilizava o trabalho junto às obras literárias. Vendo-se nesta impossibilidade, foi-lhes mais seguro garantir estabilidade profissional e prestígio social perante, sobretudo, o governo e o funcionalismo público. Em suma, a visibilidade de um legado intelectual voltado para, desta vez, criar condições de o Brasil ou antes o Rio “civilizar-se”, pelo menos entre as elites políticas e econômicas à medida que estas, também, gostariam de dividir com os literatos um mesmo panteão “sagrado” da literatura, coisa que viria a se concretizar com a inclusão dos chamados *grands seigneurs*.

Ao longo do século XX, à medida que os intelectuais da Academia Brasileira foram se inserindo na vida social e almejando a conquista de sedes específicas, do cais da Lapa, no Rio de Janeiro, ao atual *Petit Trianon*, sede da ABL, estes “escritores-cidadãos” incumbiam-se não somente de escrever e de mostrar seus escritos, mas também de ocupar cargos no funcionalismo público e mesmo representar o Brasil em expedições estrangeiras. Neste início de século, a Academia Brasileira foi tomada por polêmicas quanto à legitimidade da identidade de seus membros, quando começou a incluir médicos, políticos e juristas que não apresentavam obras literárias tidas como de grande importância. Fez-se concessões, respondeu-se a polêmicas, mantendo como sempre o tom polido; criou-se teorias de viés nacionalista para aceitar a inclusão desses tipos e, o mais importante, as sessões solenes de recepção de novos membros consagravam uma academia que pouco a pouco galgava os degraus da fama e do reconhecimento social na elite política e econômica da época.

Resta, pois, compreender até que ponto tais influências podem ser vistas no caso paraibano, quais conceitos giram em torno do nacionalismo intelectual, da construção de uma tradição acadêmica e da formação dos escritores-cidadãos dentro deste contexto.

1.2 – Do Brasil à Paraíba: a Academia Paraibana de Letras

A confluência em termos de dificuldades de emancipação de uma academia literária foi realidade no Brasil em que se situou historicamente a Academia Brasileira de Letras, como também na Paraíba, no ano de 1941, em que foi fundada a Academia Paraibana de Letras. Entre as proximidades já relatadas, a confluência de intelectuais vindos da Revista Era Nova e, portanto, de um meio impresso já divulgador dos propósitos literários para uma época e sua respectiva influência no âmbito literário e intelectual de 1921, publicação que congregava, senão todos, mas quase todos os fundadores da Academia Paraibana e até uma parte dos patronos; a influência do IHGP, tendo recorrido a ela os desígnios para criação da Academia Paraibana de Letras, vindo da Federação das Academias de Letras do Brasil; as dificuldades de emancipação da academia perante o governo e a sociedade local, tendo em vista que diversas reuniões e sessões solenes vieram a ocorrer em locais os mais diversos; a realização de sessões solenes em lugares tradicionais e antigos, como é o caso do Teatro Santa Roza em João Pessoa (GUIMARÃES, 2001) e, no caso brasileiro, do Palácio Monroe na praça da Cinelândia, Rio de Janeiro (EL FAR, 2000); e, por fim, o sistema de patronato, a disponibilidade de 40 assentos aos acadêmicos e a organização do ritual de sucessão centrado em discursos de saudação, recepção e posse também se aproximam.

Segundo os registros históricos coletados no único livro escrito sobre a Academia Paraibana de Letras, Guimarães (2001) afirma que clubes literários então surgiam e desapareciam, mas apenas uma instituição forte guardava o acervo de todos eles e se mantinha no tempo, e este era o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Deste modo, fundado em setembro de 1905, o IHGP foi sede e referência para todos os então conhecidos intelectuais e “homens de letras” da Paraíba do início do século, berço das ideias de fundação de uma instituição “especificamente literária”, da criação de uma “identidade paraibana” através de seus intelectuais e de idealizações surgidas sobre o nome, como Academia Paraibana dos Novos, que ficou somente no plano ideal e, em julho de 1917, a agremiação Associação D'Homens de Letras constituía-se como sendo a primeira associação com feição acadêmica com 20 sócios.

Pelo sistema organizacional e de patronato, a Associação D'Homens de Letras podia ser considerada o embrião da Academia Paraibana de Letras, coincidindo mesmo na escolha de alguns patronos que, logo mais, seriam também patronos de cadeiras da Academia

Paraibana. Porém, conforme dito, dos 20 sócios, 16 pertenciam ao Instituto do Patrimônio Histórico e Geográfico, segundo dados de Guimarães (2001, p.17).

Foi criada, após o fim da referida agremiação literária, a Academia dos Novos, com objetivos semelhantes, e igualmente atrelada ao IHGP. Grupos de escritores, intelectuais e representantes dos interesses de se criar uma agremiação “genuinamente” para fins “literários e científicos” margearam por publicações na imprensa, revistas e jornais das escolas e nos clubes literários. O IHGP, por sua vez, durante 40 anos, segundo registros, contribuiu com intelectuais integrantes de suas cátedras para idealizar revistas, publicações, centros culturais, academias e demais associações, sendo também influência preponderante na criação da Academia Paraibana de Letras. Conforme El Far (2001) destacou, os institutos, museus e faculdades constituíam-se como o abrigo intelectual através do qual se lia e interpretava o Brasil, porém, no caso paraibano, embora os membros do IHGP fossem os fundadores da Academia Paraibana, os estudos dentro desta instituição voltavam-se para um saber institucionalizado mais especializado, atendendo muitas vezes a demandas governamentais, e menos educacional, instrucional ou cultural se comparada às associações literárias.

Assim, nos registros de Guimarães (2001), Maurício de Medeiros Furtado, em 1939, presidente do IHGP, recebe ofício da Federação das Academias de Letras do Brasil, sediada no Rio de Janeiro, para que este designasse uma comissão de sócios do IHGP para fundar a Academia Paraibana de Letras. As demandas visavam a atender uma “necessidade premente”, tendo em vista a Paraíba ser o único Estado que não possuía Academia de Letras. Em carta ao acadêmico Luís Pinto, o escritor Mário Melo relata que “se congratulava” por a Paraíba ter saído “duma exceção vergonhosa”, ao que arremata: “é preciso um pouco de cautela, para o barco não ir ao fundo (...). É perigoso escancarar muito as portas. Igualmente não devem ficar de fora os bons elementos residentes no Estado. Também é preciso ver que o barco não deixe muita gente à praia” (MARTINS, 1984, p.218).

Em 1941, embora uma comissão tivesse sido nomeada pelo IHGP, a fundação da Academia Paraibana de Letras foi de iniciativa de Coriolano de Medeiros, jornalista e ex-presidente do IHGP, tendo renunciado segundo o “propósito” de fundação daquela instituição, cujas primeiras reuniões realizaram-se entre confrades do fundador e em prédios públicos, a exemplo da Biblioteca Pública do Estado. O primeiro número de cadeiras fechou em 30, sendo indicados para o patronato de cada uma delas “paraibanos ilustres já desaparecidos”, conforme conta Guimarães (2001). Classificado pelo historiador como “comedido em ampliar

o quadro social”, Coriolano de Medeiros não atendeu à demanda para atualizar o número de cadeiras ao total de 40 cadeiras, isto é, o mesmo número de cátedras da Academia Brasileira de Letras, cabendo ao cônego e poeta, Mathias Freire, na ocasião em que se viu como presidente da instituição, ampliar o quadro social para o número de 40 cadeiras.

Os primeiros membros indicados para ocupar as vagas criadas até o número de 40 cadeiras, com seus respectivos patronos e fundadores, foram empossados por indicação do presidente Coriolano de Medeiros, na situação de “informalidade”, conforme narra Celso Mariz (1976), um dos fundadores. Mais à frente, a lógica que aproxima patronos, fundadores e sucessores será mais detalhada. Entretanto, registros históricos já demonstram a opção de acadêmicos pela vaga ofertada em determinadas cadeiras de sua predileção, conforme descrito:

Horácio de Almeida solicitou a mudança do seu patrono Joaquim da Silva, grande latinista areiense, para Pedro Américo, uma vez que não conseguira entre os familiares do primeiro qualquer subsídio sobre Joaquim da Silva. Justificou também que no ano seguinte se passaria o centenário de nascimento de Pedro Américo e não era justo que a cadeira que ele patrocinava estivesse vaga. Caberia então a ele, apresentar substancial trabalho, em abril de 1943, sobre a vida e obra do grande pintor areiense. (GUIMARÃES, 2001, p. 25)

Por esta época, ainda segundo os registros de Guimarães (2001), ser um acadêmico já constituía um motivo de orgulho para a intelectualidade e, em particular, para os membros do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Muito atrelado à Academia Paraibana, a relação do IHGP com ela demonstrava “admiração recíproca” entre as qualidades “histórico-geográficas” de um para com os pendores “literários” de outro. Se a dificuldade, no início da proposta de uma instituição “estritamente” literária, e para aquela época, era completar o número de membros titulares, despertou-se nos pretendentes uma pretensão acima daquela em pertencer simplesmente ao IHGP, aos clubes literários, centros culturais e demais agremiações dos homens de letras.

Para os pretendentes, a Academia tornava-se uma instituição cobiçada a partir do incipiente “aparelhamento” concedido pelo Estado, do sistema de patronato que exaltava as “tradições literárias da Paraíba”, de ser uma derivação local da Academia Francesa e da Academia Brasileira de Letras, de ter sido criada sob os desígnios da Federação de Academias do Brasil e sob a influência do próprio IHGP. A trajetória da Academia Paraibana, então,

começou com um apanhado de concessões a grupos externos, grupos estes que congregavam indivíduos imbuídos de uma vontade em ter no Estado uma Academia inteiramente dedicada a “qualidades artísticas e científicas”. Diferentemente do IHGP, que produzia um saber institucionalizado especializado e voltado a demandas governamentais, a APL era mais engajada nas qualidades de ser educacional e, ao mesmo tempo, cívica, ou, antes, “civilizatória” – conforme iremos nos debruçar mais detidamente depois.

Em suma, uma instituição que se distinguisse do IHGP, cuja representatividade já era grande para a época em que fora fundada a APL, mas que dialogasse de forma mais aproximada com um movimento nacional para a criação de academias de letras em todos os estados. Aliás, não foi outra a função da Federação das Academias de Letras do Brasil, a qual ofereceu todo o suporte para a fundação da APL: traduzir um pouco da experiência de “sucesso” da Academia Brasileira de Letras para as mais variadas regiões do Brasil.

No primeiro biênio desde a fundação da APL, a ampliação do quadro social foi feita toda por indicação. Não era de espantar que o Estado, à época, também indicasse patronos e nomes para compor seus quadros (GUIMARÃES, 2001). Também vale observar que, mesmo a partir dos patronos, a Academia Paraibana mantinha-se relacionada a outras instituições, tendo em vista que o patrono da cadeira ocupada pelo Cônego Mathias Freire, um dos fundadores, é o Padre Inácio Rolim, representante de grande expressão para a Igreja Católica e para a educação na Paraíba. Para os acadêmicos paraibanos, mais importante do que constituir seus quadros de “homens de letras” era preenchê-los com intelectuais de renome acumulado entre os clubes literário, revistas e jornais, inaugurando eles próprios, em seus nomes, uma história de militância e civilização em prol da educação e do civismo.

Entre os primeiros patronos e os respectivos membros fundadores das cadeiras destacam-se: Irineu Joffily (bispo), patrono da cadeira de Hortênsio Ribeiro (jornalista, atuante nos grêmios literários da época); Artur Achilles (jornalista), patrono da cadeira de Coriolano de Medeiros (jornalista, fundador da APL); Joaquim da Silva (advogado e político), patrono da cadeira de Horácio de Almeida (advogado, político e historiador); Diogo Velho (escritor, professor e político), patrono da cadeira de J. Veiga Júnior (autodidata); Coelho Lisboa (político), patrono da cadeira de Luiz Pinto (jornalista e funcionário público); Antônio Gomes de Arruda Barreto (professor, jornalista e político), patrono da cadeira de A. Rocha Barreto (jornalista); Neves Júnior (escritor e professor), patrono da cadeira de Álvaro de Carvalho (político, jornalista e escritor); Eugênio Toscano (médico, professor e jornalista),

patrono da cadeira de Celso Mariz (jornalista, professor e político); e Irineu Pinto (jornalista e escritor), patrono da cadeira de Durval de Albuquerque (político, advogado e jornalista).

Pela quantidade de jornalistas e professores entre os fundadores, pode-se subentender a participação de cada um deles nos clubes literários, nos colégios, na imprensa e no jornalismo da época, como também constata-se de suas biografias no arquivo histórico da Academia Paraibana de Letras. As revistas educacionais, na Paraíba, tiveram a chance de revelar à sociedade “pequenos talentos” e futuros integrantes de clubes literários e de organizações culturais ou científicas e, pelo serviço prestado à movimentação artística e literária pregressa nestes núcleos, sua capacidade de integrar os quadros da Academia Paraibana de Letras.

Situando historicamente a Academia Paraibana diante da realidade sócio-cultural da época, inclusive entre os acadêmicos supracitados, afirma o historiador José Octávio de Arruda Mello que a modernização da cultura na Paraíba dos anos de 1920 e 1930 respondia por uma “fusão de elementos populares e eruditos”, o qual “processou-se pelo Estado que, institucionalizando a cultura, a atraiu para a órbita do poder público, desde entidades como o Liceu Paraibano, A União e Rádio Tabajara” (MELLO, 2002, p.271-272). Membro da Academia Paraibana de Letras, o historiador também destaca que tal “modelo artístico-literário e cultural culminou na contribuição de entidades como o centenário Teatro Santa Roza” e estendeu o peso de sua influência para à “música, dança, folclore e artes plásticas”.

Não é à toa, pois que, segundo o autor, a educação na Paraíba teve um ganho significativo com a criação da Universidade Federal da Paraíba, em 1960, além de outras instituições de ensino. A Academia Paraibana surgiu como resultado da confluência de fatores propícios para, se não o seu reconhecimento, mas pelo menos a idealização, uma vez que,

A cultura que daí resulta, laica e especializada, possui raízes na década de vinte deste século – uma das mais dinâmicas da História da Paraíba. Nela, a conversão dos antigos engenhos em usinas e a hegemonia do algodão, do qual a Paraíba chegou a ser o maior produtor nacional, lastrearam a reorientação ideológica, propiciada pelos ecos da Escola do Recife e positivismo italiano de Ferri e Lombroso. (MELLO, 2002, p. 272)

Para o historiador, a publicação da Revista Era Nova, congregadora da classe intelectual que daria origem à Academia Paraibana de Letras, além de outras movimentações culturais às vésperas da Revolução de 30, propiciou uma das fases culturalmente mais ativas

na Paraíba. A saber,

Nela despontaram algumas das mais importantes obras do pensamento paraibano, tais o prefácio de Orris Soares ao livro *Eu*, de Augusto dos Anjos, *A Paraíba e seus problemas* e *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, *Apanhados históricos da Paraíba*, de Celso Mariz, *Ensaio de Crítica e Estética*, de Álvaro de Carvalho, *Ensaio de Crítica e Filosofia*, de Alcides Bezerra e poesia de Perilo D'Oliveira, Raul Machado, Silvino Olavo e Américo Falcão. (MELLO, 2002, p. 273)

Outros aspectos culturais destes alardeados anos 20 e do que sucedeu aos anos de 1930 em diante foi “a progressiva urbanização da sociedade paraibana” que, segundo Mello (2002), “não tardou a deslocar as manifestações culturais do campo para a cidade e das feiras e vaquejadas para os grêmios literários”. A imprensa também se dinamizou no intervalo entre 1920 e 1950: a transição da chamada “feição artesanal e pasquineira” para a “grande empresa que assegurou a expansão do rádio, com os anos sessenta e setenta, e consolidação da televisão na década de oitenta” também foi uma característica dos anos que imediatamente sucederam ao de criação da Academia Paraibana de Letras.

Neste quadro, em meados de 1950, um dos conceitos importantes levantados por Mello (2002), em uma época na qual o cinema, com diversas casas exibidoras espalhadas pelo Estado e a modernização da cultura paraibana vindo à reboque em todas as instâncias, inclusive com cineclubes e a Associação dos Críticos Cinematográficos da Paraíba progressivamente tomando o lugar outrora pertencente aos grêmios literários e academias na ordem de importância social, é o seguinte: “A cultura perdeu, então, sabor de belle-époque, assumindo maior comprometimento com a realidade. Passou-se a falar em cultura participante e conscientização” (idem, p.273). Qual seria, então, o legado e o papel destinado aos intelectuais integrantes da Academia Paraibana de Letras nos anos que viriam à dita modernização desta cultura e o esmaecimento dos grêmios literários?

Através de estudos empreendidos acerca da Academia Brasileira de Letras, sobretudo do lugar de pertencimento dos acadêmicos dentro delas, pôde-se chegar a conceitos que dizem muito sobre o tornar-se acadêmico tanto no Rio de Janeiro de 1895, como noções aproximativas destes conceitos para a Paraíba de 1941 e, claro, imediatamente o que podiam significar nos casos a serem estudados, dentro da tradição acadêmica. Por terem vários aspectos em comum, inclusive vindos da importação de um modelo já existente, a *Académie Française*, faremos então uma análise dos principais tipos de intelectuais que surgiram com o

modelo brasileiro.

1.3 – Os três tipos de acadêmicos: Boêmios, Literatos Respeitáveis e Grandes Senhores

Apreendidos dos trabalhos já escritos sobre academias literárias, três perfis de acadêmicos podem ser destacados como registrados e analisados para, no capítulo seguinte, servir de referência àqueles que serão traçados com relação aos acadêmicos paraibanos. Antes disso, uma breve análise histórica sobre a origem da literatura enquanto símbolo do reconhecimento e do fazer intelectual deve ser apreciada.

Sobre os literatos da geração romântica, que viriam a culminar, em termos de legado intelectual aos intelectuais que deram origem à Academia Brasileira de Letras, e de cuja inspiração veio a ideia de se criar uma Academia baseada na *Academie Française*, Needell (1993, p.218) destaca ao analisar o legado cultural da *belle époque* carioca:

É preciso observar, entretanto, que a literatura não era apenas o passatempo desses diletantes. (...) Em lugar de vidas obscuras e desprezadas, o romantismo oferecia-lhes a glória de serem as vozes da nação e os favorecimentos que acompanhavam o talento literário consagrado. Assim, para os que estavam à margem dos privilégios, a literatura era não apenas um prazer, mas sobretudo uma saída.

Deste modo, encarada como a saída para conseguir cargos públicos, títulos, vagas de professor em colégios ou até uma cadeira no Senado, a literatura galgava os degraus do que futuramente seria um fetiche de consumo e de civilização. O Estado atuava como “mecenas”, mas as tentativas de institucionalização da atividade de intelectual não foram então oficializadas porque a literatura era considerada: “marginal para a sociedade de elite”, representando nos círculos da elite uma “fase juvenil dos jovens”, “recreação comum às mulheres” e “paixão adulta para alguns homens” (NEEDELL, 1993, p. 219). A literatura era distinta e aceita, porém não institucionalizada dentro de uma “sociedade oficial” brasileira, sobretudo entre essa elite do romantismo.

Diante das condições de sobrevivência ameaçadas, os intelectuais da fase situada como sendo o romantismo carioca voltavam-se quase que inteiramente para o jornalismo e o

apadrinhamento político em baixos escalões, a depender do grau de proximidade dos intelectuais com os agentes do império e o próprio imperador. A figura do intelectual boêmio surge exatamente como uma “breve fase do aprendizado literário” no caso de São Paulo, onde muitos viviam “exclusivamente” da literatura, estudando, bebendo e frequentando prostíbulos como um “intervalo agradável antes de garantir o diploma, necessário para uma carreira respeitável” (NEEDELL, 1993, p.221).

No Rio, entretanto, tais boêmios “moravam juntos, trabalhavam nos jornais de grande circulação e davam um novo impulso à vida dos cafés e das confeitarias. Eles viviam a fantasia da Paris com que todos sonhavam”. Torna-se importante neste trabalho a figura do boêmio porque foi justamente ela que combateu a regeneração nacional através do ataque às “instituições decadentes da Monarquia”, entre elas a futura criação de uma instituição tida por aristocrática, como a Academia Brasileira de Letras, muito embora parte considerável destes boêmios fossem, primeiramente, reformados e depois adquirissem a postura ereta e polida suficiente para serem mesmo fundadores daquela instituição. Ora, o escritor, político e professor carioca, Coelho Neto, um dos mais simbólicos defensores da instituição que então se formalizaria em 1897, foi um típico caso de boêmio reformado, onde, nas páginas de uma famosa revista de época, a Revista Careta (25-5-1912), disse: “Aquela desordem antiga desapareceu – o caos da minha vida teve seu fiat-lux!” (apud., EL FAR, 2000).

O boêmio, uma figura distinta do chamado “homem de letras” que então surgiria nos quadros da Academia Brasileira de Letras, diferenciava-se dos intelectuais românticos da época por escrever “romances naturalistas escandalosos” e “versos parnasianos puros e burilados” (NEEDELL, 1993, p.222). Enquanto, em 1880, os intelectuais românticos tradicionais tinham a ambição de se “integrar à elite, buscando avidamente cargos diplomáticos e ministeriais, cobiçando comendas e títulos aristocráticos”, tais boêmios “fizeram da literatura séria e dos movimentos políticos sua única preocupação e se identificavam com a existência marginal que tais interesses asseguravam” (idem, p. 223).

Os mais “respeitáveis” entre tais boêmios exerciam suas profissões, muitos como advogados, deputados e professores, mais ainda irmanados do espírito de “modernização das instituições básicas da Monarquia” e pela “regeneração da pátria”. Porém, a figura do Intelectual Respeitável é aquela que, como um fator de transição de uma juventude boêmia para a ascensão enquanto homens “respeitáveis” deu-se da seguinte forma:

Os literatos não mais consideravam ter um papel na regeneração política.

Eles haviam se retirado para o reduto romântico. Sua missão voltara a ser, antes de tudo, literária, no sentido estrito. Sua tarefa, como a das primeiras gerações literárias, era definir a alma nacional por intermédio de sua vigorosa expressão literária. (NEEDELL, 1993, p. 227)

Também entra nessa característica do Literato Respeitável o sujeito polido, a postura séria, formal, elegante e austera de homem de letras, conforme se verá, a partir da perspectiva de Norbert Elias (2001), ao tratar do regramento da conduta como uma característica de coações externas internalizadas pelos acadêmicos. Isto é, entra em cena, desta maneira, o comportamento regrado, a ponderação no falar, o despreço pelas polêmicas e, claro, a “preparação” para o fardão ornado com folhas de louros brilhantes, com a pompa dos discursos solenes, e da vida literária na *belle-époque*, conforme já se descreveu. Sobre o fardão, conforme artigo de Valentim Magalhães de 1896 sobre as solenidades, a distinção e importância deste: “O hábito faz muito mais o monge do que se pensa. (...) Não concebo militar sem farda, magistrado sem toga, advogado sem beca. (...) O parecer é um modo de ser” (apud. EL FAR, 2000). Na academia paraibana, entretanto, buscou ser instituído um fardão, chamado “beca acadêmica” que, entretanto, foi rechaçado pela maioria do corpo de acadêmicos, restando como distinção o medalhão que cada um deles recebe ao ser eleito e empossado.

Havia um natural “distanciamento” em relação ao ativismo político e o “desejo de reconhecimento enquanto árbitros e produtores de cultura” que, então, “implicavam a aceitação dos valores dominantes na sociedade, ou seja, dos valores da elite”. Segundo Needell (1993), ficava claro no comportamento e na “respeitabilidade” que a “glória” da boêmia havia passado. A Academia era de “boa companhia”, adaptava-se perfeitamente a “literatos de hábitos e gostos mais sóbrios”, de modo que “nenhum bêbado, irreverente e descabelado concorreu a uma vaga durante a presidência de Machado” (NEEDELL, 1993, p.228-229).

Na Academia Brasileira deste período havia um nacionalismo “apolítico”, ao se cultivar a ode às letras e à literatura nacional, sobretudo na reforma ortográfica de 1907, que visava reformar a língua portuguesa, tornando-a mais brasileira e legitimamente nacional (EL FAR, 2000). Entendia-se o “político” como o estágio anterior de luta pelas reformas modernas da Monarquia e movimentos políticos pela democracia. Deste modo, conforme volta a afirmar Needell (1993, p.228),

os novos acadêmicos esperavam reconhecimento, respeito e... recursos. Eles aceitavam que se moviam em uma esfera a certa distância da sociedade, mas não aceitavam uma condição de marginalidade, fosse bem-comportada ou combatente. Como notou José Veríssimo, agora eram dignos de mais. Questionavam se “há numa nacionalidade algum órgão mais essencial que a literatura, que é a expressão superior às contingências da política e da história, da própria nacionalidade”.

A proposta inicial era realmente uma instituição que abrigasse “homens de letras”, aqui interpretado como aqueles que cultivavam “a pureza do idioma brasileiro”. Porém, como tem a demonstrar El Far (2000), as letras muitas vezes foram representadas como um “refúgio ideal para as desilusões políticas”, um “revés na carreira de funcionário público”, sendo às vezes considerada uma espécie de “aposentadoria” política ou intelectual. É basicamente neste quadro que os chamados Grandes Senhores se inserem, ao deixar a produção intelectual em um segundo plano e, por força de pertencerem a uma elite econômica e política, não apenas se utilizarem da Academia como forma de projeção e prestígio social, mas de iniciarem uma atividade cultural, desta vez dentro de um mesmo panteão, no qual estavam desde literatos de renome até outras autoridades.

O termo Grandes Senhores foi cunhado pela antropóloga Alessandra El Far (2000), citada muitas vezes neste trabalho, ao designar o termo *grands seigneurs* para os membros da Academia Brasileira originários da chamada teoria dos expoentes de Joaquim Nabuco. Segundo essa teoria, era preciso “ampliar o conceito de homens de letras, elegendo para a Academia personalidades de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira” (apud., EL FAR, 2000). Basicamente, para Nabuco, popularizar as letras significava propagá-las entre as elites de todo o país.

Antes de estes Grandes Senhores entrarem para as academias literárias, foram elas, no entanto, que acabaram por aceitá-los, tendo em vista o prestígio social e político com o Estado que as elites econômicas e políticas da época poderiam lhe propiciar. As academias se “ajustaram” para a realidade do lugar em que elas estão ou, antes, para a realidade dos acadêmicos. Ainda segundo o estudo de El Far (2000), os Literatos Respeitáveis barganhavam prestígio social, econômico e político para a Academia, colocando-a nos patamares “respeitáveis” da elite da época, ao incluir os Grandes Senhores e, estes, por sua vez, tinham a oportunidade de dividir um mesmo teto com literatos já reconhecidos no âmbito literário brasileiro, como é o caso de Machado de Assis, Olavo Bilac e José Veríssimo. Ao mesmo tempo, os Literatos Respeitáveis obtinham cargos públicos, comendas, titulações e

oportunidades de emprego nos grandes jornais e no Estado. A chamada “dignidade oficial”, incompatível com os “desmandos da boemia”, era condição essencial para adentrar tal âmbito e, conseqüentemente, também a Academia.

O discurso do real interesse por trabalho e prestígio social empreendido pelos Literatos Respeitáveis era bem claro. Há duas acepções ou, antes, conceitos sobre os Literatos Respeitáveis. Uma delas é a do “mosqueteiro-intelectual”, que tinha o “engajamento como condição essencial do homem de letras”, ou seja, “assumir a tarefa de guardar a língua e a literatura em prol da nacionalidade brasileira” como uma identidade para o homem de letras (EL FAR, 2000, p.69). Outra acepção está mais próxima de quando a Academia se consolidou social, política e economicamente, que é a dos “escritores-cidadãos”, quando “a literatura passou a ser o veículo de um projeto próprio de Estado, buscando influir sobre as elites políticas, ou forçar uma reformulação da ação executiva das instituições”, apagando-se assim as fronteiras entre o “homem de letras” e o “homem de ação”, entre o “escritor profissional” e o “homem público” (SEVCENKO, 1983, p.232). Eis, então, a ampliação do conceito de “homens de letras” que se criou para aceitar os Grandes Senhores nos quadros acadêmicos. Depois de consolidada a Academia e assentada a elite social e econômica nas cátedras, os homens de letras já não são mais Grandes Senhores ou Literatos Respeitáveis: passariam a ser todos, igualmente ou não, escritores-cidadãos.

Neste quadro foi que personalidades como o médico Osvaldo Cruz e o militar Lauro Muller foram eleitos, com apenas um folheto escrito no caso do militar, às custas de polêmicas e da renúncia do cargo de secretário geral por José Veríssimo, sob a alegação de que a Academia já não era um espaço reservado aos “homens de letras” e às artes (EL FAR, 2000). Na defesa da eleição do médico Osvaldo Cruz para a Academia Brasileira, por sua vez, Joaquim Nabuco foi o mais entusiasmado, conquanto se narra: “Mas se alguns acadêmicos consideravam ilegítima a candidatura de Osvaldo Cruz, outros destacam os serviços por ele prestados à nação brasileira e o valor literário de seus tratados médicos” (idem, p.112). Vale ressaltar que o prestígio literário, advindo do romantismo, era para muitos, em particular aos Grandes Senhores, um “sinônimo de cultura”, isto é, “todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar” (SEVCENKO, 1983, p.226).

No caso paraibano, entretanto, pela exiguidade em completar os quadros de acadêmicos na fundação da Academia Paraibana em 1941, o preenchimento das cátedras com

peças que sequer publicaram livros, mas que tinham uma atuação relevante nas revistas das escolas, jornais e grêmios literários da época foi aparentemente encarada como normalidade. Como a atuação dos intelectuais deste período não era basicamente a de homens de letras aos moldes do “mosqueteiro-intelectual”, já nos primeiros anos era comum a inclusão de personalidades que, para a realidade da Academia Brasileira, poderiam ser considerados Grandes Senhores (GUIMARÃES, 2001).

Na Paraíba de 1941, os chamados “intelectuais cívicos” não precisavam ter um livro publicado para chegar aos assentos acadêmicos. Eram mosqueteiros-intelectuais à medida que militavam culturalmente nas escolas e nos grêmios literários antes das academias e civicamente nas revistas e na imprensa, quando, segundo Martins (2001), davam vazão a exaltar as letras e tradições literárias paraibanas. Tornaram-se, também, escritores-cidadãos quando a Academia Paraibana passou a garantir-lhes prestígio social e político ao mesmo tempo que houve a preocupação de produzir uma obra regionalmente engajada.

Exigia-se, igualmente, destes escritores-cidadãos um comportamento acadêmico. Também na instituição paraibana os discursos sobre regramento da conduta estarão presentes, como se verá mais adiante, entre menções ao comportamento do acadêmico que, nas palavras de Joacil Pereira³, deve esquivar-se de “animosidades” ou condutas “pouco fleumáticas” ou nas do acadêmico e historiador José Octávio, a respeito do não gosto da Academia pelo “excesso de espontaneidade”, em entrevista concedida para esta pesquisa.

1.4 – Literatura e política: tensões complementares sobre o escritor-cidadão

Não havendo mais uma fronteira entre o chamado “homem de letras” e o “homem de ação”, sendo inclusive alguns acadêmicos reconhecidos como uma “excelência” na sua respectiva área, com obras publicadas nos mais diversos campos, a Academia recebia os acadêmicos que eram um “expoente em si”, conforme a teoria de Joaquim Nabuco. A atuação

3 Jornal O Norte, 15 de Janeiro de 2009.

no Estado, na política, na medicina ou no exército, símbolos nacionalistas, eram considerados como destaque para as academias literárias, além, claro, da atuação na crítica literária e na literatura, seja através de crônicas jornalísticas ou de livros publicados. Era o chamado “nacionalismo intelectual”, que tinha uma conotação tanto de ação, através de realizações e feitos, como de estudo de aspectos da realidade social de um determinado local (SEVCENKO, 1983). Eram, também, os escritores-cidadãos ou intelectuais cívicos estes acadêmicos que, indiferenciadamente, agiam política e literariamente se utilizando da aparelhagem do Estado e da elite da época quando a Academia ganha reconhecimento.

Mas, se o projeto inicial entre uma e outra academia era, então, literário, cultural ou educacional, podemos, mesmo assim, entender ou traçar um histórico de como as coisas culminaram em um denominador comum que, para a realidade das academias literárias, criou-se símbolos, discussões e uma lógica própria para a realidade de uma instituição desse tipo.

Para os rigores de uma instituição atravessada por diferentes formas de pertencimento dos próprios membros, as Academias de Letras resistiram ao tempo, à medida que certo bastião do nacionalismo, do patriotismo, do culto a um ofício e a preservação da língua portuguesa se erigia ao sabor do momento e das tensões. Mesmo na chamada “panelinha”, grupo a que pertenceu Machado de Assis (o termo “panelinha” é criação do próprio), a política de inclusão dos expoentes de todas as áreas era “velada” e, ao mesmo tempo, abertamente “combatida”. Aspectos ligados à tradição nos símbolos, valores, normas e formas de consagração dos acadêmicos serão mais detidamente analisados nos capítulos posteriores e nas duas trajetórias escolhidas. Vamos, neste momento, nos deter em uma análise sobre a origem dos conceitos e os primeiros estudos sobre academias literárias já desenvolvidos até então, particularmente na relação entre literatura e política.

O projeto de Lúcio de Mendonça para a Academia Brasileira do início do século XX justifica uma alegada importância progressiva das “letras” sobre a “política”, aquela entendida como o culto às formas tradicionais de cultivo do idioma, tais como a poesia, o romance, a crônica, a crítica e o ensaio; a outra, como o posicionamento acerca de questões sociais e políticas do tempo, a exemplo do movimento republicano e da exacerbação de espírito típica do romantismo. Entretanto, sabia-se que Lúcio de Mendonça, ao separar literatura e política, não conseguiria distanciar as duas paixões tão decisivas para uma época de definição de interesses.

No Brasil, a “associação literária” propiciava a “atmosfera estimulante” para a vida

intelectual, favorecendo o desenvolvimento de uma “consciência de grupo” entre os homens cultos. Para Cândido (2006), a agremiação era uma oportunidade para se ressaltar a especificidade “virtual” do escritor, elevando-o acima das funções que definiam sua posição social, seja como funcionário público, seja como magistrado. Tal agremiação cultural surgia também como modo de “superação das diferenças de classe”, igualando pessoas das “mais diversas origens, em um esboço da inteligência desvinculada da sua origem de classe”. Essa atmosfera estimulante seria, pois, a “comunidade sentimental”, destacada por Weber (apud. BOTELHO, 2011) como “recurso fundamental na criação e recriação de formas de solidariedade social e comunidades de sentimento”.

Ao definir as razões pelas quais a Academia Brasileira de Letras se manteria no tempo ou seria mesmo uma entidade importante, Lúcio de Mendonça, define-a de forma comum a um típico mosqueteiro-intelectual, “um patriotismo apolítico, que se expressa no progresso intelectual e nos interesses artísticos comuns a todos os escritores” (RODRIGUES, 2003, p.57), para, em outro momento, justificar a escolha de Machado de Assis como primeiro presidente da instituição e artífice das escolhas primeiras para as cátedras que seriam então ocupadas, “alguém que pudesse representar na sua trajetória e importância o significado da instituição” (idem, p. 60).

Sobre a Academia Brasileira do começo do século XX, a experiência das sucessões dos membros causou conflitos perenes à história da instituição. Havia, sobretudo, uma tensão entre a “despolíticação dentro dos limites da Academia” (RODRIGUES, 2003, p.67) e o fato de o verdadeiro objetivo da mesma, o “cultivo do idioma e do vocabulário” (idem, p.68), não poder ser exercido por todos. Duas conclusões que, na análise de Rodrigues (2003), são elucidativas: o “político pelo político” enquanto aliado às disputas em torno da República, disputas externas, portanto; e o “político pelo artístico” como uma forma de cultuar aquilo que, na intenção de Joaquim Nabuco e Lúcio de Mendonça, seriam a literatura como “expressão e consagração da nacionalidade e da cultura brasileira” (idem, p.68), cuja interpretação de uma “ferramenta de crítica da realidade” era o que dava a exata medida entre os conceitos de “não-envolvimento” e o de “isolamento” com a política. Mais adiante, voltaremos a essa reflexão em se tratando de como político e literatura são, também, tensões complementares nas trajetórias acadêmicas e no modo de conceber as letras pela Academia Paraibana de Letras.

Neste começo de século, política e literatura eram unidades próximas, ao mesmo

tempo que conflituosas, porque situavam-se na passagem do mosqueteiro-intelectual para o escritor-cidadão, balizado pela inclusão de Grandes Senhores que, a um certo tempo, definiam o resultado da eleição para novos membros (SEVCENKO, 1983). Embora instâncias divididas dentro do estudo feito pelo historiador José Paulo Rodrigues sobre a Academia Brasileira de Letras, política e literatura podem ser interpretados como campos autônomos no Brasil à medida que se lhes dê a devida parcela de influência de um sobre outro. Isto é, não seriam campos tão autônomos como aqueles subentendidos por Bourdieu ao estudar o campo da arte na França, dada as condições que os intelectuais do início do século tiveram de se submeter para galgar posições de prestígio, isto é, a obtenção de cargos públicos, a entrada para a Academia Brasileira, as comendas e títulos ofertados pelo Estado (MICELI, 2001), sendo então indultos de que as relações de força em busca do devido reconhecimento neste período não dependiam somente da literatura. Tais análises, no que diz respeito à Academia Paraibana, serão ainda detalhadas.

Desta forma, o cultivo do idioma e do vocabulário não era “suficiente” para uma instituição como a Academia Brasileira. Era preciso que a Academia, mesmo não sendo “política”, no entender dos acadêmicos, fosse um “crítico atento do que ocorria no mundo exterior” (RODRIGUES, 2003, p.68), de modo que um projeto “estritamente literário” ocorreria de ser demasiado fechado para os leques de uma instituição a qual, porventura, dividisse o ofício de culto às letras sem uma “responsabilidade social” com o seu tempo.

Voltando à Academia Paraibana de Letras, é porventura ilustrativa a colocação dada por um de seus membros titulares, o poeta e crítico Hildeberto Barbosa, acerca da denominação semântica ao significado da palavra “Letras”, bem como à sua visão sobre a pluralidade dentro uma Academia de Letras:

Eu acho que a Academia não é de Letras no sentido literário. Esse modelo dela é o modelo francês, quer dizer, as Letras aí, essa palavra, ela está no sentido mais largo possível, como expressão da cultura científica, artística e literária. Então, faz parte da academia um historiador, um jurista, um economista, médicos, tudo bem, desde que estas figuras realmente tenham dado contribuição efetiva na área do seu saber. Muitos estão na Academia porque são poderosos, pelo jogo político do poder, mas não porque deram contribuição efetiva na área do seu saber. (Entrevista com Hildeberto Barbosa Filho)

Em um de seus discursos, Joaquim Nabuco oculta a “política”, mas não deixa de admitir certa importância relativa a ela, atacando os que para ele se utilizam dela para

combater desafetos e adversários políticos ou literários. Há uma compreensão da parte de Nabuco sobre as grandes divisões, não só políticas, mas “estéticas” entre os próprios colegas de letras, porém oculta-as falando de “escolas e tendências” (RODRIGUES, 2003, p.74), disfarçando, para o historiador, “uma política por trás da literatura”. E, sobre o ofício da política em si, é certo que o diplomata e escritor não nega que seria preciso, além da “evolução” que une os literatos em torno de um projeto, uma “política para as artes” que não se encerrasse em torno de si, sob o risco de criar um “parlamento”. A saber,

Eu sei bem que a política, ou tomando-a em sua forma mais pura, o espírito público, é inseparável de todas as grandes obras: a política dos Faraós reflete-se nas pirâmides tanto quanto a política ateniense no Parthenon. [...] A política, isto é, o sentimento do perigo e da glória, da grandeza ou da queda do país, é uma fonte de inspiração de que se ressente em cada povo a literatura toda de uma época, mas para a política pertencer à literatura e entrar na Academia é preciso que ela não seja o seu próprio objeto; que desapareça na criação que produziu, como o mercúrio nos amálgamas de ouro e prata. Só assim não seríamos um parlamento. (Op. Cit. RODRIGUES, 2003, p.76)

Nesta perspectiva, Nabuco lança um olhar sobre o “trabalho intelectual” enquanto um fator unificante entre trajetórias dentro das Academias de Letras e, não apenas ele, mas também conceitos recorrentes nos discursos dos acadêmicos acerca das noções de “patriotismo”, “nação” e “expressão da cultura nacional”.

Usando o exemplo anteriormente destacado, conforme cita Joaquim Nabuco no mesmo discurso, “nós não pretendemos matar no literato o patriota, porque sem a pátria, sem a nação, não há escritor, e com ela há forçosamente o político” (RODRIGUES, 2003). Para Machado de Assis, a política era “algo intrínseco à percepção da realidade”; e a política do escritor, uma “literatura para além dos livros”, uma representatividade que não estaria necessariamente ligada a obras literárias. Ou seja, o “espírito público” do escritor seria a chancela do escritor-cidadão, algo que viria ser muito visto na Academia Paraibana de Letras também.

O projeto de uma agremiação literária pode ser vislumbrado sob os mais diversos ângulos. De inteligência desvinculada das suas origens de classe em torno de uma “atmosfera produtiva” a proporcionar a “formação de um público leitor” para suas produções (CÂNDIDO, 2006). Outra delas seria, ainda nas palavras de Cândido (2006, p. 79), “atenção marcada às coisas do Brasil, reforçando o nativismo e contribuindo para despertar o

sentimento nacional”.

A “panelinha” é o termo usado pelo grupo iniciado por Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Joaquim Nabuco e os dez primeiros representantes da Academia Brasileira em tempos de sua fundação, também responsável pela Revista Brasileira e pelas reuniões literárias em sua sede. Conforme explicita Machado Neto (1973), as igrejinhas ou “coterias” literárias eram comuns à época da fundação desta academia. Os principais ataques eram feitos às figuras de proa do grupo dominante rival, cujas relações mútuas realizavam-se através de elogios mútuos e ataques aos inimigos.

Machado Neto (1973) historiciza os embates entre igrejinhas e *coterias*, descrevendo também as circunstâncias em que foi criada a Academia Brasileira de Letras na situação de mero “formalismo institucional”, ou seja, um resultado “natural” da união de intelectuais cuja projeção àquela época tornava-se urgente, muito embora o “monopólio” sobre o projeto acadêmico fosse objeto de “críticas” daqueles que ficaram de fora. Relativiza-se, então, a construção algo “heróica” do historiador sobre a “natural” união de escritores em torno deste projeto. Como se sabe, a Academia Brasileira esteve sujeita à necessidade de institucionalização do trabalho intelectual para propiciar que ele fosse reconhecido, sobretudo pelas elites dominantes, também com o intento de conseguir títulos e um meio de sustento para alguns daqueles escritores (MICELI, 2001).

Na Academia Paraibana de Letras, por sua vez, os relatos historiográficos apenas informam de clubes literários e associações que surgiram e desapareceram no tempo, não havendo menções a “inimigos” ou “opositores” do grupo liderado por Coriolano de Medeiros. Embora se saiba da existência de vários grêmios literários antes mesmo da fundação, todos eles foram, à sua maneira, contribuidores com intelectuais e revistas para criar um clima de debate intelectual, por exemplo através da Revista Era Nova, na qual contribuíram alguns fundadores da instituição, entre apoiadores e supostos opositores que porventura tenham surgido.

Ressalta-se ainda, do estudo desenvolvido por Machado Neto (1973) sobre a Academia Brasileira, o potencial rivalizante dos elogios e ataques, as disputas em torno de “projetos distintos” e visões diferentes sobre uma “organização institucional” em torno da literatura. A *coterie* contrária ao grupo que dera origem à Academia Brasileira era tida como uma “igreja da contestação”. Funcionava segundo a lógica de que “os elogios para os nossos significava o ataque para os deles”. Para as *coterias*, os membros do próprio grupo eram “um

talento bonito, um escritor de talento, um artista de rara sensibilidade.” (MACHADO NETO, 1973, p.137).

Em suma, aos literatos ofendia-se a sua qualidade enquanto beletristas, poetas e escritores; aos políticos, se envolvidos tais como os literatos nas disputas entre igrejinhas rivais, ressaltava-se o caráter contraditório de estar dentro de um âmbito de e para literatos. A título de reflexão fica, ainda, o elogio feito à escolha de Machado de Assis como presidente da instituição: “freqüenta livrarias, jantares de grupos e sociedades de letras, o Grêmio de Letras e Artes, a Petalógica, o Clube Literário Fluminense, os jantares da Panelinha e do Clube Rabelais” (MACHADO NETO, 1973, p.130). O capital social conquistado para se chegar a uma academia literária também será uma constatação presente nas trajetórias ou casos escolhidos para análise da Academia Paraibana.

Voltando ao tema das tensões complementares, a idéia de “não envolvimento”, destacada por Rodrigues (2003) como o comportamento de Machado de Assis diante das “notabilidades” eleitas para as cátedras e que não possuíam o mesmo “relevo literário” do próprio, de Olavo Bilac ou José de Alencar: havia certa “tolerância” do grupo da panelinha em relação a uma “política aceitável até o ponto em que não maculasse a instituição e sua imagem” (idem, p.130). Assim, o “não envolvimento” teria sido uma atitude de “distanciamento, não de isolamento” (ibidem, p.134) atribuída pelo historiador ao grupo de Machado de Assis, por quem José Veríssimo nutrirá, nos discursos justificativos de seu abandono da Academia Brasileira, um “saudosismo romântico”.

Machado de Assis, à vista dos acadêmicos que restaram da panelinha, era visto como um sujeito hábil em ter relações de cunho pessoal, além de pouco formal ou burocrático. Segundo dados historiográficos, Machado era próximo de cada um dos acadêmicos ao ponto de ser-lhes um “amparo confessional”. O escritor sabia como ninguém não se envolver nas querelas políticas do período, mas também não se isolar de um projeto que mantinha com sutileza. A chamada “política para as artes” era não apenas uma “amenidade” deste período, mas uma “estratégia sutil” que não se sobressaía, dado o maior grau de “envolvimento pessoal” entre os acadêmicos, ou seja, de um grupo de amigos.

Entre o círculo de amigos de Coriolano de Medeiros, este também considerado um presidente comedido, sobretudo em ampliar os quadros da instituição em sua presidência, os convidados reuniram-se em um clima “informal” para uma conversa sobre a Academia Paraibana de Letras, depois de já feita a tentativa de fundá-la por decreto constitucional que,

entretanto, não vingou. Este momento Celso Mariz (1976, p.16) registra da seguinte forma:

Foi na Biblioteca Pública. Luiz Pinto era o Diretor da casa e estava à mão. Coriolano havia convidado pessoalmente alguns e telefonado a outros que foram chegando. Nós fomos avistados na esquina do 'Cabo Branco', ouvimos um psiu e atendemos. Quando somávamos 10, Coriolano sentou-se ao centro da mesa grande e declarou que passamos a constituir a Academia Paraibana de Letras, nada havendo a discutir. Nomeou comissão para redigir os Estatutos e tudo seguiu com pressa e em ordem até o fim.

A característica de grupos iniciais de instituições literárias não são diferentes, tendo em vista que partem de uma *coterie*. Porém, não raro a eleição para preenchimento de uma vaga tinha nas *coteries* literárias um momento de calorosa disputa. Se o projeto da Academia era ampliar os quadros com pessoas renomadas que os representasse, as polêmicas em torno de quem colocar naturalmente haviam e o Estado, sobretudo no caso da Academia Paraibana, muitas vezes assumia este trabalho.

É natural que à medida que o primeiro presidente seja sucedido por outro, o projeto inicial sofra um certo abalo. No caso da Academia Brasileira, com a morte de Machado de Assis já não seria tão fácil manter a instituição dentro do mesmo significado e projeto voltado unicamente para o cultivo do idioma e da língua nacional. Conforme dito anteriormente, com base nos relatos históricos, “rachas” entre grupos distintos podiam significar um abalo no projeto que até então se vinha discutindo, mantendo e articulando.

Mas a tal panelinha de Machado de Assis, ainda que “preocupada com a missão literária” da instituição, ela própria trouxe, e a seu modo, a “política” para dentro da Academia Paraibana. Segundo Rodrigues (2003), a explicitação de um processo que seria aparentemente “inevitável”, o de “abertura” da ABL para os “não-literários”, foi a tônica do projeto posterior após a morte dos membros fundadores. A panelinha, em suma, tinha poder suficiente para administrar suas escolhas sem muita oposição, dado os laços de pertencimento e pessoalidade de um “grupo de amigos”.

Já com a Academia Paraibana, que foi progressivamente aumentando seu quadro de sócios para o de 40 ocupantes, atendendo a critérios semelhantes ao da teoria dos expoentes de Nabuco, já havia desde sempre uma vontade de legitimar a Academia Paraibana perante o Estado e a sociedade da época, não medindo esforços, por exemplo, para eleger secretários e funcionários de Estado para seus quadros. O grupo inicial, liderado pelo jornalista Coriolano de Medeiros, após ter adquirido a sede oficial, não mediu esforços para incluir em seus

quadros aqueles que, para a realidade da época, constituíam para a lógica da Academia Paraibana um legado para as letras. Pela pesquisa histórica feita, a associação entre literatura, educação e nacionalismo – este considerado como “paraibanidade” – continua presente nos critérios para definir o que é ser um “homem de letras” na Paraíba (GUIMARÃES, 2001).

Dentro do universo da literatura, a arte seria entendida, segundo Rodrigues (2003), como “instrumento de culto a um ofício”, uma deusa, era também “elevação espiritual, dos literatos e da própria nação”. A caracterização deste ofício, segundo a fala de acadêmicos como José Veríssimo, pairaria sobre “coisas mesquinhas da vida, da política e do jogo de interesses” (apud. RODRIGUES, 2003). A arte teria o adjetivo de algo “sacro”, elevado demais para pertencer ao mundo dos políticos.

Analisando toda a produção literária da Academia Paraibana de Letras nos dois primeiros decênios de sua gestão, observa-se a quase completa ausência de romances, livros de poesia e obras consideradas, para os padrões em que põe José Veríssimo, obras de literatura e arte, ressaltando o caráter mais ensaístico, biográfico, histórico e “paraibano” nos livros publicados neste período. A lógica que predomina entre os literatos dos dois primeiros decênios da Academia Paraibana de Letras encontra-se mais em assegurar um conhecimento instrutivo sobre a Paraíba, em livros que falam sobre lugares, como o de Coriolano de Medeiros, “Tambá de Minha Infância”; sobre personalidades públicas da Paraíba e do Brasil, a exemplo do livro do historiador Horácio de Almeida, “Pedro Américo: ligeira notícia biográfica do genial pintor paraibano”; ou de especificidades do ofício daquele que integra o quadro de membros da Academia, a exemplo de Padre Manoel Otaviano, “A origem e a evolução da paróquia e do município de Pombal”. Tal premissa se repete com relação às publicações nas revistas acadêmicas deste mesmo período. Mais adiante se verá que também as duas trajetórias analisadas, Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima, têm produções neste gênero.

A ideia da literatura como perspectiva de conhecimento da formação nacional é reveladora para o entendimento das tensões em que se encerram e se complementam, historicamente, e, no caso específico das academias literárias, o culto a um ofício que é, ao mesmo tempo, político e também literário.

No caso dos grupos e grêmios literários, dois literatos da Academia Brasileira também investigaram qual a lógica operante nessas instituições e épocas para definir o que é e o que não é literatura. São, em suma, contraditórias no período marcado pelo início do século XX,

as perspectivas de José Veríssimo e a de Silvio Romero, levantando duas propostas distintas sobre o que é literatura. Uma é tida por “arte literária feita com propósito para tal, somente escrita com propósito e a intuição da arte, com artifícios de invenção e a composição que constituem literatura” (BOTELHO, 2003); e outro, a perspectiva de Romero, “influências das teses deterministas e do cientificismo naturalista” (idem, 2003), responsável pela coerência no discurso de uma literatura como “questões científicas e evolução formal do intelecto”.

Debates como o de Veríssimo e Romero, marcantes no primeiro período em que a Academia Brasileira se formava sob o jugo da panelinha machadiana, seriam discussões preliminares para uma “unidade literária” mais integrada. Segundo Rodrigues (2003), esta unidade seria a mesma propugnada por Lúcio de Mendonça na definição do “significado” de uma academia de letras, mas também uma disputa por definição e autonomia dos diferentes campos da cultura, conforme afirmou Botelho (2003) em seu estudo sobre Ronald de Carvalho e o modernismo.

Dada a escassez de obras “puramente estéticas” no período retratado, Botelho (2003) ainda demonstra que as preocupações sobre a definição do “literário” passam pelas mesmas proposições tratadas antes: a conexão do linguístico com o “sentimento nacional”, ou seja, a língua enquanto elemento de “articulação da nacionalidade” e, por tabela, “a formação da literatura e da sociedade brasileira como inteiramente congruentes, incluindo seus dilemas formativos” (idem, p.26).

Contextualizando com a Academia Paraibana de Letras, a instituição que nasceu sob os desígnios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano teve como predileção por seu projeto um viés voltado para obras científicas, literárias e artísticas, não constando estudos mais aprofundados sobre tensões entre o literário e o não-literário, talvez justamente pelo caráter instrutivo e cívico dado a obras que se assemelhavam no culto à Paraíba e sua intelectualidade. Neste ponto, vale citar o estatuto de 1996 da própria instituição e a afirmação de seus objetivos:

registrar, difundir, preservar e estimular a cultura e as realizações literárias e artísticas do Estado da Paraíba, notadamente pelo estudo e divulgação das obras e realizações culturais de personalidades, nascidas no Estado ou não, importantes para realização daqueles objetivos. (Estatuto da Academia Paraibana de Letras)

Neste ponto do estudo, há mais uma proposição sobre a inexistência de uma

autonomia total dos campos ou dos limites da esfera do literário e do político. A literatura, pois, torna-se um gênero importante na discussão do conceito de campo porque articula, na história brasileira, um produto cultural cujo objeto encarna “projeções humanas” em seu tempo e espaço, além de “significações tanto individuais como coletivas” (BOTELHO, 2011), o que confere a ela vários domínios: o científico, em ensaios filosóficos, historiográficos e científicos; e o literário, em romance, poesia, dramaturgia, entre outros.

A poesia, nos estudos historiográficos sobre a Academia Brasileira, e conforme definida por Olavo Bilac, era intrinsecamente “social”, não porque falava da história ou da sociedade, mas porque escapava a ela através do transcendental, do belo e “do sonho que todo ser humano tinha” (RODRIGUES, 2003, p.95). Em outro aspecto, conforme ainda destaca Rodrigues (2003), ao antepor arte e ciência, na ocasião da entrada de Osvaldo Cruz para a cátedra número cinco, Olavo Bilac defende sua posição ao dizer que “a arte jamais poderia se submeter à ciência”. Nas palavras do poeta, a “arte” não seria um domínio racional que tratasse os problemas de forma “instrumental e objetiva”, servindo então para “tratar dos problemas psicológicos e emocionais” (idem, p.97).

Nota-se, pelos dados historiográficos, que os discursos sobre o “beletrismo” e a “grande arte”, entre teorias acerca do ofício, afastam a arte da política, enquanto um campo da pureza, da elevação e do espírito, ao mesmo tempo em que dialoga com ela em sua “função social intrínseca”. Para o escritor e também acadêmico Euclides da Cunha, artista ou obra só seriam compreensíveis se “inseridos em seu contexto histórico e com uma certa função social” (RODRIGUES, 2003, p.99), tensões que nos levam novamente à concepção de que o próprio significado de produção literária é historicamente datado, bailando de acordo com as concepções de membros inseridos em grupos, épocas e trajetórias distintas.

O significado nas academias de letras concorre com uma forma de cultivar e “fixar” a língua portuguesa. Algo maior que uma política institucional e, portanto, entendida como “instrumento e portador de um conjunto compartilhado de práticas e valores”, além de “articulação dos valores simbólicos que permitiriam àquela coletividade se identificar e se expressar como nação” (BOTELHO, 2011, p.8). Na Academia Paraibana, tais conceitos serão atribuídos ao intelectualismo cívico retratado na forma como os indivíduos veem o serviço prestado à terra através de ações públicas, civismo, respeito às instituições e à chamada paraibanidade.

No caso da Academia Brasileira, mais polêmico do que na Academia Paraibana em relação à separação entre arte e política, esse termo “política”, mesmo que pretensamente

distante em alguns momentos e outros não, mesmo impuro, mesquinho ou amaldiçoado por José Veríssimo, não se verificava somente nas adesões a grupos, na disputa por visões diferentes sobre o projeto inicial, na reformulação de conceitos, mas principalmente nas entrelinhas do beletismo dos discursos. Afinal, conforme se percebe na leitura dos dados históricos, os próprios acadêmicos nacionais, entre sinalizações beneméritas e opiniões ferinas, escondiam o fazer literário como uma forma de também fazer política. Para Rodrigues (2003), o caráter político e conflituoso de disputas internas, algumas delas resultantes de posições politicamente engajadas, tornava os discursos ou elogios verdadeiros campos de batalha.

Para citar novamente, como exemplo, um dos acadêmicos pertencentes nas duas instituições literárias, a posse de Ariano Suassuna foi adiada na Academia Paraibana por uma censura de muitos anos, desde a sua indicação, em meados da década de 70, pelo fato de o discurso de posse conter “menções críticas” ao regime militar brasileiro (PEREIRA, 2000). Exemplo de uso do discurso de posse para fins de esclarecimento político, são recorrentes neles as referências ao passado mesmo como uma forma de contribuição aos fatos políticos e históricos da Paraíba ou do Brasil, estando presente, de toda forma, uma reflexão sobre o país.

O discurso de Suassuna à posse na Academia Paraibana de Letras é uma condensação do discurso feito na ABL e o acréscimo de informações políticas relevantes para o momento em que o próprio assumia a vaga. Ao longo de todo ele, o legado cultural dos patronos, antecessores e romancistas do chamado ciclo de 30, tais como Rachel de Queiroz, José Américo de Almeida e José Lins do Rego são exaltados e lembrados como destaques da tradição literária paraibana, além do papel das academias e acadêmicos em sempre revisitá-lo.

Alguns dos principais polemistas da Academia Brasileira eram responsáveis pela interlocução com a ideia de que o fio condutor da literatura à política seria o próprio ato de “escrever a história do Brasil”, isto é, “separar a boa da má política”. Isso implica considerar a política, segundo Francisco de Castro – acadêmico de imensa carreira política, falecido sem ter tomado posse –, não como uma atividade que lida com “interesses mesquinhos”, mas “uma profissão intelectual e científica que aponta de forma neutra o caminho a ser seguido pela sociedade” (RODRIGUES, 2003, p.116).

O que antes era “mesquinhez”, “maldição” e “impureza”, na visão, por exemplo, de um dos tradicionais defensores da “vocação para as letras” da Academia Brasileira, José Veríssimo, na concepção de Afrânio Peixoto e outros membros pós-machadianos era agora

uma “elevação racional” enquanto “personalidade cívica” (RODRIGUES, 2003). Os mosqueteiros-intelectuais aos poucos iam se tornando escritores-cidadãos. A concepção da “boa política” visava despolitizar a “política institucional”. Deu-se nome aos bois, e, diante daquele antigo reflexo altruístico do poeta Olavo Bilac, em solucionar “os dramas e receios psicológicos e emotivos”, fazendo a realidade “desvanecer em poesia”, a concepção evolucionista sobre nação, intelecto e percepção social estaria em encarar a realidade em seus conflitos de natureza intrinsecamente política. Os acadêmicos paraibanos, pelo visto, já pegaram esta fase.

Aparentemente, a política foi por muito tempo um tabu na Academia Brasileira, porém não na retórica nem nos discursos. Em várias situações, tanto na história da Academia Brasileira como nos relatos dos acadêmicos na Academia Paraibana, a política é um campo intocado, impuro e segregador. Os acadêmicos preferem, portanto, ser reconhecidos pela literatura do que pela política como condição de entrada para as academias. A política, sendo tabu, associada ao campo do impuro e, correlatamente, havendo a concepção de “pureza” atribuída às letras, dialoga com as concepções desenvolvidas pela antropóloga britânica Mary Douglas (1966), ao traçar um panorama sobre a estabilidade e a desestabilização social associada ao risco contra as impurezas e poluições. Isto é, ordem e pureza caminham juntas no sentido de assegurar aos indivíduos um nível de consenso, legitimidade, ordenação e segurança perante aquilo que, supostamente, mancha todo um tecido de cooperações e manutenção de símbolos e valores puros. No caso retratado, a política, entendida em seu sentido mais externo às academias, pressupostamente macularia a aura sagrada da literatura, daí o temor por associações do gênero.

Na Academia Paraibana, a política sempre foi parte intrínseca das atividades em prol da instrução e do civismo nacionalista. O tal nivelamento entre o abertamente político, ou politicamente institucional, e a chamada boa política, isto é, aquela que se convence de sua natureza evolucionista e intelectualmente tributária da nacionalidade, nunca existiu. Para a realidade da Academia Paraibana, nenhuma frase descreve melhor que a do Visconde de Taunay, “não se vê incompatibilidade entre a figura de um literato e a de um estadista, desde que patriota” (RODRIGUES, 2003, p.119).

1.5 – A tradição da tradição: patronos, fundadores e sucessores

O sistema de patronato já existia antes de as academias de letras virem a lume. Tanto no caso brasileiro como no paraibano, há patronos tanto no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como no paraibano e, no caso específico da Paraíba, a Associação D'Homens de Letras, em 1917, já possuía este sistema. Sendo esta última considerada a precursora da Academia Paraibana, alguns dos fundadores coincidem mesmo com os fundadores da Academia Paraibana e, como se disse antes, 20 dos 16 sócios desta agremiação literária pertenciam ao IHGP. A importância destes patronos, conforme já foi demonstrado, é parte de uma “tradição inventada” com o objetivo de legitimar uma narrativa heroica para indivíduos ilustres que teriam feito as tradições literárias e culturais da Paraíba antes de a própria existir. Em uma instituição na qual “a tradição é o seu primeiro voto”, não seria de espantar que uma “tradição da tradição” não buscasse se repetir desde seus patronos até os sucessores sob o pretexto de cultivar a memória, os antepassados e seus feitos.

A necessidade de oficializar uma instituição literária também vem junto com a oficialização do fim a que ela se pretende, no sentido que colocam os próprios acadêmicos em seu estatuto: “preservar e cultivar as tradições literárias”. No caso das academias brasileira e paraibana, os fins são semelhantes, apesar de não completamente iguais. Uma era empenhada em cultivar o idioma, oficializar a língua portuguesa e a tradição para com as letras; a outra, perpetuar as tradições literárias, artísticas e científicas da Paraíba, disposição oriunda de um legado educacional ligado ao fazer literário em revistas e grêmios estudantis. Oficializar este fim significa criar ou, antes, recriar uma determinada “história da literatura”, ou mesmo do que se entende por “tradições literárias, científicas e artísticas” (EL FAR, 2000, p.59).

A preocupação da Academia Brasileira com a ortografia respondia a demandas de época. Por isso, para a escolha do patronato, foi mais importante elaborar uma “história oficial das obras e dos autores mais importantes para a nação”, porém, como se sabe, dentro destes “vultos da literatura nacional”, com o objetivo de conquistar o respeito da sociedade a partir de uma tradição que o sustentasse, transcendeu-se aos critérios “literários” e se caiu em motivos particulares (EL FAR, 2000). A escolha dos “vultos”, como assim eram chamados os patronos, deu-se por predileções afetivas, sendo priorizadas a relação de estima, familiar ou intelectual dos fundadores, para com os personagens escolhidos para patronos de suas respectivas cadeiras. Para ficar em um exemplo único, a escolha do escritor cearense José de

Alencar para patrono de Machado de Assis assim se definiu, além de outras:

A indicação de José de Alencar para patrono da cadeira de Machado de Assis pareceu algo perfeitamente justificável, pois se tratava de um romancista escolhendo um dos maiores prosadores brasileiros. O mesmo poderíamos dizer das indicações de Martins Pena, primeiro comediógrafo brasileiro, para a cadeira de Artur Azevedo, do teatrólogo França Júnior para a cadeira de Urbano Duarte, e de Gonçalves Dias para a cadeira de Olavo Bilac. (EL FAR, 2000, p.61)

Considerando-se que Martins Pena e Artur Azevedo são dois dramaturgos cariocas, França Junior e Urbano Duarte igualmente dramaturgos, Gonçalves Dias e Olavo Bilac dois dos mais conhecidos poetas, além de Machado de Assis e José de Alencar, dois grandes romancistas da literatura brasileira, pode-se compreender que, não apenas no início, a Academia Brasileira buscava uma predileção por tipos que se equivalham naquilo pelo qual mais conhecidos se tornaram, mas, à medida que foi possível, “honrar” o nome daqueles que lhe inspiraram.

No caso paraibano, descreveu-se brevemente a mudança no patrono do acadêmico e historiador Horácio de Almeida para o pintor Pedro Américo, haja vista que o latinista areense, Joaquim da Silva, já havia sido escolhido por ele. O pedido de mudança foi não apenas circunstancial, devido o centenário de Pedro Américo que se realizaria naquele ano, mas uma forma de Horácio de Almeida render um trabalho biográfico à personalidade que admirava (GUIMARÃES, 2001). Outros casos, não apenas de ligação, como de identidade e pertencimento fica também a exemplo do patrono escolhido pelo fundador da APL, Cônego Mathias Freire: o Padre Inácio Rolim, conhecido educador da Paraíba. Já o jornalista e cronista Coriolano de Medeiros, optou para seu patrono Artur Achilles, outro conhecido jornalista, rendendo-lhe inclusive uma homenagem através de ensaio na revista número 3 da Academia Paraibana, em 1948. Sobre o primeiro número da revista, há que se observar o elogio aos patronos:

Estão na revista nº1 os traços biográficos de figuras como o naturalista Arruda Câmara, o médico Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, o poeta e jurista Rodrigues de Carvalho, o grande Augusto dos Anjos (...). Novamente, o conteúdo da Revista está centrado nos traços biográficos dos patronos das cadeiras que foram ocupadas e se referem a Perilo Oliveira, por João Lélis Luna Freire; Irineu Joffily por Epaminondas Câmara; e Pedro Américo por Horácio de Almeida. (GUIMARÃES, 2001, p.45-46)

O objetivo destes acadêmicos e dos acadêmicos da Academia Brasileira, segundo El

Far (2000), seria inventar uma tradição, isto é, institucionalizar um passado glorioso da literatura ou da cultura de um lugar, reafirmando-se periodicamente através de rituais, como por exemplo as menções nos discursos de um sucessor para outro, e assim buscar, eventualmente, reafirmar a escolha de determinado patrono como importante para as “tradições literárias” ou corrigir as falhas da não indicação de certos patronos dentro das chamadas homenagens especiais. Os patronos seriam, pois, o “patrimônio fundamental desta instituição” e, se distantes da concepção que cada um tem sobre a tradição, os acadêmicos têm a chance de corrigir estes erros em sessões à parte, de homenagem quando da morte ou nascimento de um e outro.

O tema da tradição de práticas associadas a rituais simbólicos e sua relação com os valores e normas de comportamento dentro de uma instituição serão tratados, sobretudo, ao se detalhar mais acerca da trajetória dos dois acadêmicos escolhidos para um estudo mais demorado e na descrição do ritual de sucessão em suas diversas etapas. Nesta pesquisa, fez-se também observação a todos os eventos promovidos pela Academia Paraibana de Letras, sobretudo aqueles destinados a preservar a memória que, para a Academia em particular, interessa manter.

Os rituais nas academias literárias estão profundamente integrados com os discursos dos acadêmicos, posto que cada acadêmico, ao ser eleito, precisa preparar um discurso, geralmente um discurso sobre a obra ou a vida dos antecessores, desde o patrono até o último sucessor, no qual, em tais sessões solenes, busca-se reafirmar o prestígio ou, antes, a tradição que o passado dessa instituição representa e qual a participação do patrono, fundador e antecessor do acadêmico nesta história. Esta, sobretudo, é a prova de que as academias ajustam-se cotidianamente à realidade do seu tempo e do lugar, preservando diuturnamente uma tradição que, a critério dos que adentram o seio dela, é reafirmada ou não. Neste sentido, todos os componentes, simbólicos e não-simbólicos são úteis para compreender a relação do sucessor com a tradição de ocupar cadeiras e render homenagem ao seu antecessor.

Contemporaneamente, saindo do passado em que se encontram os patronos e fundadores e localizando-se entre os acadêmicos do presente, as relações entre sucessor, antecessor, fundador e patrono, significativas no sentido de que, segundo alguns acadêmicos, ainda se escolhe a vaga deixada em aberto após a morte de um acadêmico, bem como é também importante a “representatividade” da cadeira deixada vaga.

Nas entrevistas, como foi o caso do poeta e crítico Hildeberto Barbosa, do poeta

Sérgio de Castro e do economista e ex-presidente da APL, Juarez Farias, os acadêmicos demonstraram um apreço pelo seu antecessor, uma predileção pela cadeira que ocupam e, afirma-se, houve um princípio de disposição em concorrer à vaga por um motivo pregresso, isto é, ora mais voltado pelos ocupantes da cadeira desde o patrono, ora pelo seu antecessor. Conforme descreve o poeta Sérgio de Castro,

E eu sempre tive pra ser sincero, tenho ainda hoje, um espírito anti-acadêmico por natureza, apesar de pertencer à APL em uma cadeira que muito me honra, que é a cadeira cujo patrono é José Lins do Rego, e uma cadeira pela qual já passaram Luciano Ribeiro de Moraes, inclusive pai de três amigos meus, depois Juarez da Gama Batista, que era um ensaísta paraibano de muita força e de muito valor, exegeta da obra de Jorge Amado e Gilberto Freyre, ganhando vários prêmios importantes inclusive da Academia Brasileira de Letras. E quem também ocupou essa cadeira foi Edilberto Coutinho, paraibano de bananeiras, grande ficcionista, grande contista. (Entrevista com Sérgio de Castro Pinto)

O entrevistado, a todo momento, ressalta não apenas a proximidade da trajetória dele com a de outros literatos, ocupantes da cátedra de número 39, mas ainda uma proximidade pessoal com o último ocupante, de quem foi amigo e, afirma, concorreu à vaga pela “contingência de ter sido convidado muitas vezes” e por ser amigo do antecessor. Também afirma o entrevistado que possui um espírito “não-acadêmico”, porque “anárquico, muito pouco metódico, muito pouco caxias, minha maneira de ser, minha boemia”. Conclusões que remetem não apenas ao grau de familiaridade entre ocupantes da cadeira, mas também à postura do ser acadêmico. Porém, sabe-se que estes discursos devem ser relativizados, pois raramente um imortal falaria mal do seu antecessor e soma-se, desta forma, bem mais o peso da tradição agindo sobre as sucessões do que uma lógica racional e individual em concorrer à determinada vaga. Por mais que os acadêmicos justifiquem sua escolha, a tradição da instituição já estará presente no próprio ato da escolha por concorrer.

Trajetórias tidas por semelhantes são descritas pelo poeta e crítico Hildeberto Barbosa, afirmando ter concorrido à vaga deixada em aberto com a morte do acadêmico, político e escritor Ivan Bichara pela “atividade dele enquanto romancista, e não como político”, tendo em vista que Bichara despertava a “admiração” do entrevistado, e “só por isso” ele quis concorrer. Ao passo que Juarez Farias, administrador público, concorre e vence a vaga que era ocupada pelo ex-governador e também acadêmico Tarcísio Burity, concorrendo com a esposa do acadêmico falecido que, à época, pleiteava a mesma vaga por “proximidade” com o acadêmico morto. Note-se, todavia, que as relações de proximidade são utilizadas pelos

acadêmicos como mais uma justificativa para o que, no terceiro capítulo, ao se tratar do ritual de sucessão, será concebido como “predestinação”, ou antes a “dádiva de ser acadêmico”, tendo em vista a elaboração de argumentos que justifiquem sua entrada para a instituição serem esperados depois que entram, além de circunstanciais para o momento em que angariam votos.

Para o trabalho em curso, e no capítulo posterior, vamos refletir sobre o quanto a trajetória pregressa do intelectual é capaz de confluir em termos de vida, comportamento, obras e representatividade para sua entrada em uma instituição como a Academia Paraibana de Letras.

Capítulo 2

Homens de letras e Homens de ação: os casos de Ronaldo e Joacil

Neste capítulo, escolheu-se fazer uma análise da trajetória de dois acadêmicos recentemente falecidos da Academia Paraibana de Letras, sendo eles: o advogado, político e escritor, Joacil de Brito Pereira, e o poeta, advogado e político, Ronaldo José da Cunha Lima. A escolha deveu-se ao fato de ambos terem vivido em épocas aproximadas, com contextos históricos semelhantes, além do fato de que, dentro do ritual de sucessão, seria a única chance de presenciar os três, por assim dizer, “grandes” momentos do acadêmico nas Academias de Letras: o discurso de posse, a saudação e a homenagem póstuma. Assim, recolheu-se amplo material em recortes de imprensa sobre a chegada dos acadêmicos à Academia Paraibana e sua estada dentro dela; livros de homenagem e de memórias dos próprios e uma entrevista concedida pelo biógrafo de Ronaldo Cunha Lima que, em si, muito contribuiu para a compreensão de aspectos não só da Academia Paraibana, mas da realidade enfrentada pelos dois ex-acadêmicos escolhidos, sendo, o próprio também um integrante da Academia Paraibana de Letras.

Para um melhor entendimento sobre as sucessões dentro de uma academia de letras, são insuficientes os relatos históricos sobre os grupos que se sucedem, seja na formação da Academia Brasileira de Letras, berço e “referência” para as academias que vieram após, seja da Academia Paraibana de Letras, cuja fundação deu-se por “indicações” e causalidades externas já descritas. Torna-se necessário levar o debate sobre as sucessões ao âmago das histórias dos membros titulares, marcando traços transparentes de semelhanças que, muitas vezes, definem trajetórias comuns para entender algo sobre a estruturação das práticas sociais e do campo acadêmico ao longo do tempo.

Antes de iniciar as reflexões sobre as trajetórias destes dois membros, destaco como importante na concepção deste trabalho a perspectiva tomada por Michele Asmar Fanini (2009), ao analisar a trajetória de Júlia Lopes de Almeida, primeira pretendente do sexo feminino a pleitear uma vaga na Academia Brasileira de Letras e, igualmente, a ter sido preterida. A reflexão, igualmente com base na sociologia reflexiva bourdieusiana, como

também na reconfiguração da relação intrínseca entre agente e estrutura, tomada pela perspectiva de Norbert Elias, foi essencial para a pesquisadora identificar as interferências no conjunto das práticas e do campo que impediram a entrada não apenas de Júlia Lopes de Almeida, mas de escritoras neste âmbito dominado por homens. A escolha pelo método de análise da trajetória biográfica pela autora foi-me auxiliar na percepção da construção biográfica como “um método que supõe encontrar respaldo no fato de a descontinuidade, a imprevisibilidade e a aleatoriedade” serem características do real, e de as “reconstruções biográficas” serem, portanto, procedimentos artificiais à medida que buscam uma cronologia mais afeita a instâncias afetivas, ideológicas e políticas do que reais (FANINI, 2009).

Para um melhor entendimento das pretensões a que se chega neste ponto, são ilustrativas as palavras do entrevistado, Juarez Farias, presidente por oito anos da APL, sobre o processo de sucessão de que participou:

Sou sucessor do governador Burity. Coincidências: ambos fomos estudantes de Direito, professores de Direito; ambos fomos administradores públicos; isso acaba 'marcando' alguma afinidade entre as pessoas, mas não é 'exigido'. (...). Não se pode pensar em afinidade, mas às vezes há coincidências de opiniões, de visão, de gênero. Mas, são coisas meramente ocasionais, não são obrigatórias. (Entrevista com Juarez Farias)

A compreensão dos traços importantes que aproximam dois membros imediatamente ligados a fatores que não são apenas simbólicos e subjetivos dos rituais de sucessão, mas também objetivamente sincronizados em termos de origem social, capitais acumulados e, enfim, “forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados” (WACQUANT, 2004), tornando o estudo do habitus acadêmico um auxílio para a chegada às objetividades que se “encontram” dentro de uma trajetória e, por fim, de um quadro geral das sucessões que fazem e mantêm uma Academia de Letras no tempo. O conceito de habitus, pois, abrange as mesmas disposições aqui explicitadas e, mais, “constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1998), em se tratando da confluência de membros titulares para grupos que, porventura, pesem em termos de regularidades para o processo de sucessão.

Antes de problematizá-los, atestamos que, ao longo dos dois capítulos que virão, serão destacados os conceitos de habitus, campo e trajetórias como um pressuposto reflexivo para pensar no modo como as trajetórias dos acadêmicos encontram, nas sucessões, um modo de

continuidade das práticas sociais e do modo como os acadêmicos se organizam em torno delas. Logo, o conceito de campo remete a um espaço estruturado de posições entre dominantes e dominados, possuindo características que lhe são específicas de acordo com a área em que se colocam. No nosso caso, o campo trabalhado é o campo intelectual paraibano, embora se remeta vez após vez que os campos da política ou da literatura não sejam autônomos e, no mais das vezes, isso ocasiona conflitos e também orienta tomadas de posição por parte dos integrantes deste campo. A Academia Paraibana de Letras insere-se em um campo acadêmico muito particular, dentro de um campo maior que é o do meio intelectual paraibano, que buscaremos analisar ao longo da presente pesquisa.

O conceito de habitus, por sua vez, recupera a dimensão individual e simbólica dos fenômenos sociais, conferindo aos indivíduos, através de “lacunas” ou diferenciações no processo de estruturação de suas práticas sociais, gozar de certa “liberdade criativa” para, eles também, influenciarem a estrutura em que habitam. Assim sendo, mais do que ser o princípio gerador de nossas práticas, de nossas ações e ser um fundamento de regularidade das condutas, o habitus também possui, dentro da estrutura na qual engendra e por ele é engendrada, sua capacidade intrínseca de mudança. Ao abordar este conceito de habitus, tem-se em mente que os intelectuais são sujeitos de um todo estruturado no qual cresceram, estudaram, interagiram e, por sua vez, afiliaram-se às mais diversas instituições, ações e tomadas de posição. Entender até que ponto a estrutura viu a “liberdade criativa” de um deles para, de certa forma, repetir as tomadas de posição e de julgamento dos membros de uma academia literária, como também “inovar” em algumas disposições apreendidas também será do nosso interesse.

Conferir o lugar destinado aos habitus estruturados e estruturantes dos dois intelectuais dentro de um campo interseccionado por influências diversas, entre grêmios, escolas, grupos estudantis, universidades e ciclos intelectuais, entre tantos que influenciaram os círculos intelectuais, e vendo nisso sua influência para chegarem à Academia Paraibana, é que as trajetórias são uma articulação ou estruturação do habitus para propiciar as condições de chegada às mesmas cátedras ou cadeiras que outros chegaram. Já as sucessões, sua concretização.

No presente trabalho, a razão de fazer uma análise das sucessões a partir de uma confluência de trajetórias descreve uma necessária “objetivação dos habitus”, tendo em vista que o estudo de pelo menos duas trajetórias relevantes para a instituição busca “traços quase

transparentes que, quando unidos a todos os outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, feixes de percursos muito semelhantes, ou afinal, uma trajetória” (MONTAGNE, 2007, p.253). Nesta pesquisa, que lança mão de biógrafos e biografias, atenta-se para os riscos de tais histórias dos membros da APL resultarem da sequência cronológica, supostamente coerente e lógica dos acontecimentos da vida de uma pessoa, sendo estas também “construções afetivas” ou “ideológicas” do discurso naquilo que ele se propõe a ser, constituindo a chamada “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 1989), uma das armadilhas ao tratar temas tão subjetivamente delineados de forma objetiva.

Ora, trata-se aqui de um procedimento em que a “objetivação do habitus” atenta para a impossibilidade de dar um sentido a “um todo que escapa ao próprio sujeito”, depositando a análise da estruturação das práticas sociais em grupo a um processo de interiorização do social e de estruturação ou incorporação de determinadas práticas não atentadas para uma lógica racional plausível e que, porventura, contribuem com práticas renovadas ou questionadas para uma reforma ou mesmo continuidade no campo acadêmico. A lógica da prática escapa, desta maneira, às escolhas individuais e, ao mesmo tempo, coletivas do membro pretendente. Conforme as escolhas dos membros, traça-se uma analogia entre práticas inventivas à medida que estas são contribuintes diante de situações específicas para uma alteração da estrutura (práticas estruturantes), ao mesmo tempo em que, diante da previsibilidade da lógica estruturada com as determinações do campo (prática estruturada), são esperadas. A saber,

Como história individual e grupal sedimentada no corpo, estrutura social tornada estrutura mental, o habitus pode ser pensado em analogia com a “gramática generativa” de Noam Chomsky, que permite aos falantes proficientes de uma dada língua produzir impensadamente atos de discurso corretos de acordo com regras partilhadas de um modo inventivo, mas, não obstante, previsível. (WACQUANT, 2004, p.66)

Por “práticas estruturadas”, entende-se que, para Bourdieu (1996), em termos de trajetórias, elas se encaixam em uma “objetivação da relação entre os agentes e as forças presentes no campo”. Logo, “objetivação das trajetórias” significaria o resultado da análise de trajetórias que descrevem as variações de “preferências” dos escritores segundo estados sucessivos do campo acadêmico em que estão inseridos. A expressão desta manifestação do habitus no espaço social dado, em rigor, definiria a preferência ou “gosto” pela continuidade de certas marcas sociais impressas no próprio habitus dos novos membros, em termos de

capital acumulado, origem social ou, na definição expressa pelo entrevistado Juarez Farias, “coincidências de opiniões, de visão, de gênero”.

Ao longo deste capítulo, ficará claro que tanto Ronaldo como Joacil dividiram os mesmos espaços sociais ao frequentarem os grêmios literários, a vida pública como políticos e, ato contínuo, como funcionários públicos.

É certo que uma marca presente no estudo sobre Academias de Letras é a de membros que se sucedem por origem familiar. Toma-se, por exemplo, em um recorte mais amplo, a eleição ou predileção do filho do José de Alencar para ocupar a vaga cujo patrono é o pai, ou dos acadêmicos paraibanos João Lélis e Ariano Suassuna, cuja escolha em uma determinada vaga e em um determinado momento teve motivações, para além de outras tantas, familiares, de modo que

perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. (MONTAGNE, 2007, p.257)

Sobre o conceito de habitus, em se tratando de sucessões, compreende-se ainda a maleabilidade do termo às variações de tempo, lugar e, sobretudo, das “distribuições de poder” (WACQUANT, 2004, p.66). Embora dotado de uma “inércia incorporada”, como ainda define Wacquant, isto é, tendente a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que as geraram, a “liberdade criativa” do habitus remete-o à exposição de forças externas. Sua relativa autonomia, portanto, encontra nos ditames externos ocasiões em que a história passada, na base de sua produção, como também de sua “permanência no interior da mudança”, busque no agente individual traços de permanência ou mudança em seu mundo interior.

O gosto, a preferência e a decisão do grupo para eleger os membros eleitos não apenas na eleição em si, mas nos bastidores das indicações, das candidaturas que são homologadas, isto quando os candidatos que “se lançam” já sabem que são potenciais concorrentes, é operado pelo habitus, o “princípio não escolhido de todas as escolhas”. Conceitualmente, são estas ações que assumem o caráter sistemático de estratégias, mesmo que não sejam o

resultado de intenção estratégica e sejam, objetivamente, “orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro” (WACQUANT, 2004, p.68).

Se acessíveis à observação metódica e científica, os esquemas estruturados estruturantes do habitus são também cognitivos e motivacionais. A suposta “conivência implícita”, que vai desde a preferência por parentes de imortais, por uma cadeia lógica que elege, para a cadeira dos patronos mais ligados às artes, aqueles cuja “intelectualidade” seja comparável ou, no mínimo, menos “desconcertante” que outros, são categorias partilhadas de percepção e apreciação que não eliminam a chegada a uma espécie de “coerência histórica” nas sucessões. Sobre como estas sucessões “operam” na instituição e nos indivíduos, compreende-se que são “disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa” (WACQUANT, 2004, p.68). A respeito das sucessões, elenca-se mais uma fala do entrevistado Juarez Farias, ex-presidente da Academia Paraibana de Letras:

O fato de augusto dos anjos não ter um sucessor poeta não significa que augusto dos anjos deixe de ser grande, assim como nem o sucessor dele, mesmo sem ser poeta, não possa ser um grande intelectual. O liame principal é esse aí. Procurar representar bem o patrono, sem a obrigação principal de seguir o gênero ou a forma de cada um. (...). O que pesa mais na escolha é verificar se tem atributos suficientes para ser acadêmico. Se você não é um leviano ao escrever. Se você não tem uma obra pouco respeitável. Se você não demonstra uma visão geral da cultura, da literatura, da administração pública, essas coisas pesam. Quer dizer, devem pesar, eu imagino que pesem. Às vezes existem lócus, dados por afinidade familiar, dados ideológicos, isso sempre existe. Mas não são a regra. A regra seria, se você estudar o espírito de criação da academia, a regra seria a consagração de uma obra, literária, artística ou acadêmica em geral. (Entrevista com Juarez Farias)

Aqui, temos um novo desafio, isto é, o de analisar o contexto histórico que propiciou toda a gama de graus variados de integração e tensão que produziram os habitus ao longo do tempo. Inevitavelmente, recorre-se à história, aos pontos diacríticos e sincrônicos que, no desvio do que não é “necessariamente coerente e unificado”, universos regulares ou irregulares foram capazes de produzir sistemas de disposições gerando linhas de ações coerentes ou incoerentes, a depender da perspectiva de análise. E, acrescenta-se, para um estudo sobre as sucessões é imprescindível a percepção sobre a natureza arredia de um conceito que analisa a “crise e a mudança” com a mesma aplicabilidade que a “coesão e perpetuação”.

O habitus também não opera isoladamente ou como autossuficiente para a geração da ação, não podendo também ser considerado isoladamente dos mundos sociais ou “campos”, no interior dos quais se desenvolve. Por isso, a análise completa da sucessão necessita não só de tudo que foi até aqui exposto, mas de uma “tripla elucidação da gênese e estrutura sociais do habitus e do campo” e das dinâmicas de uma “confrontação dialética”: o contexto histórico, as práticas sociais e a própria estruturação da tradição (WACQUANT, 2004).

Wacquant (2005), ao trabalhar as definições relativas ao campo artístico, ideia que “imediatamente” surge ao se falar de uma Academia de Letras, define o conceito de campo como “um espaço estruturado de posições ou tomadas de posições”, uma esfera cuja autonomia relativa de ação e disputa encontra-se enfeixada pela excelência de autoridade dos agentes dentro de um todo compartilhado de “crenças”, critérios de avaliação e julgamento, no qual haveria uma luta incessante para estabelecer o valor do próprio trabalho de acordo com o princípio predominante de percepção. Através do próprio funcionamento, o campo produz e reproduz “a crença inquestionada, compartilhada tanto pelos membros ativos como pelos aspirantes a sê-lo” e, no caso específico do campo artístico, “de que a arte é um domínio sagrado” (WACQUANT, 2005, p.117).

Uma diferença, entretanto, ainda distingue o campo do artístico, conforme trata Wacquant e Bourdieu, do campo acadêmico: a não completa autonomia de ação e disputa assim constituída com relação a campos como o econômico, político e burocrático. Nas palavras de Juarez Farias, presidente por oito anos da APL,

Se você estudar o espírito de criação da academia, a regra seria a consagração de uma obra, literária, artística ou acadêmica em geral, digamos, mas se você observar o próprio processo de formação da academia ela reuniu intelectuais das mais diversas origens, muito mais para criar um centro de guarda e renovação da cultura de um determinado estado ou região, do que na preocupação de eles próprios serem reproduzidos pelos seus sucessores. (Entrevista com Juarez Farias)

Aponta-se, neste sentido, para além de outras noções, a de campo intelectual, cujo trabalho empreendido por Miceli (2001) estuda a “prolixa representação de missão dos intelectuais brasileiros”, no qual o autor questiona a “desvinculação social” dos intelectuais, demonstrando uma interligada lógica de relações cotidianas, estratégias de inserção e viabilização de carreiras. É significativo, a título de exemplo, o perfil que o autor traça dos intelectuais e das classes dirigentes no Brasil, ao serem mostradas as exigências para galgar

determinados marcos institucionais em suas carreiras, a exemplo da dependência da rede de relações sociais e familiares na década de 1930 e, posteriormente, a exigência de diplomas e distintivos que acentuariam a concorrência no campo intelectual, como em uma “evolução” do que seriam os procedimentos mais modernos de “qualificação institucional”.

As ações dos acadêmicos não são sempre motivadas pelos princípios usados por eles para racionalizá-las. Armadilhas no decorrer de uma pesquisa em que histórias de vida são, inevitavelmente, o liame entre a instituição e a visão do todo pelos membros da APL recaem nas armadilhas antes expostas de se criar uma “ilusão biográfica” em vez de um estudo científico. Para isto, situar os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar e delinear claramente a construção diacrônica da trajetória dos membros nos diversos campos é a ideia central para o entendimento da proposta bourdieusiana de análise dos campos.

Após passar pela descrição geral dos principais conceitos para um estudo das sucessões, através do conceito central do *habitus*, é que o estudo carece de mapear o campo de maneira a sincronizar as trajetórias estudadas. Formulamos, como se sabe, que a ideia de campo acadêmico contém evidências que vão além da autonomização do campo em esferas como o “literário”, o “político” e o “científico”, dado que o próprio é bastante fugidio a tais caracterizações, estando entrelaçado com forças, capitais e instâncias do poder político e institucional.

Metodologicamente, após as entrevistas realizadas serem feitas, e o foco do trabalho em pelo menos duas trajetórias de membros terem sido definidos, busca-se encontrar um “ponto de comparação” da coleta dos dados para traçar relações de influência ou dominação/subordinação do campo intelectual em relação a esferas internas (grupos) e externas (instituições) de poder. Nossa metodologia buscará a objetivação das trajetórias, nas quais, em sintonia com os fatores externos à própria instituição, “variações individuais não fazem mais que confirmar, desviando-se às vezes do *mainstream* social, a característica fortemente coletiva das carreiras individuais dos agentes” (MONTAGNE, 2007, p. 254).

2.1 – “Nosso líder cultural”: trajetória intelectual de Joacil de Brito Pereira

As origens de Joacil de Brito Pereira remetem ao seridó norte-riograndense. Nascido

na cidade de Caicó a 13 de fevereiro de 1923, sua trajetória se inicia em uma família com dois irmãos e um pai que, pelas descrições oriundas de seu livro de memórias, *A Vida e O Tempo*, acrescido de registros como os de José Rafael de Menezes (2000), Luiz Hugo Guimarães e Juarez da Gama Batista (1998), além do próprio discurso de posse do acadêmico: era um fazendeiro com boa inserção do cenário político local; e a mãe, professora alfabetizadora da cidade de Caicó, não deixava, segundo o próprio Joacil, de lhe “ensinar a poesia” (PEREIRA, 1996).

Os primeiros anos de vida, nos quais a trajetória de Joacil se revela, demonstram um capital herdado na habilidade de tecer relações sociais apreendida com o pai, Francisco Clementino Pereira e, com a mãe, Isabel de Brito Pereira, uma referência aos dotes artísticos e oratórios: “Ela tinha dotes artísticos. Estudou música, tocava órgão na igreja e, mocinha, declamava e representava em conjuntos de amadores” (PEREIRA, 1996). Figura influente na vida do futuro acadêmico, o pai Francisco Clementino era amigo de “figurões da política”, como Celso Dantas e Eduardo Gurgel, e ainda podia ser afigurado pelo epíteto de “Francisquinho dos Saldanha”, por estar muito tempo na terra de um coronel potiguar conhecido por Saldanha, sendo ele inclusive amigo desta figura política descrita por Guimarães (2001) em um breve e arrazoado estudo bibliográfico como “destemido varão que, em 1930, aliou-se ao coronel José Pereira, na Campanha de Princesa”. Além disso, os indícios de memória do próprio Joacil atestam ao pai uma fazenda, onde possuía empregados, cabeças de gado, dirigia serviços importantes ligado às obras públicas de construção, por exemplo, do primeiro campo de pouso em Caicó e possuindo posições políticas claras. A saber,

Em 1930, quando os rebeldes de Princesa, cumprindo ordens de José Pereira, invadiram cidades do Sertão paraibano, meu pai, liberal pelas ligações com os Saldanha de Brejo do Cruz, deu seu apoio à causa de João Pessoa e da Aliança Liberal. O Coronel Joaquim Saldanha organizou-se para defender-se de José Pereira e meu pai foi ter com ele, deixando a mulher e filhos em Caicó. Está bem vivo na minha lembrança o dia de invasão de Brejo da Cruz. (PEREIRA, 1996, p.50).

O pai, para Joacil Pereira, foi um personagem importante a ponto de virar personagem de romance intitulado *Um Homem e o Destino*, sobre o qual o amigo de infância Luiz Hugo Guimarães atesta estar nele todas as “peripécias que Joacil, em suas memórias, revelou de leve”. Sobre a mãe, entretanto, breves notas acerca da educação do próprio autor são desveladas em suas memórias, não possuindo maiores registros sobre o papel dela ou dos

próprios pais na formação do jovem Joacil.

Desta forma, deixando para trás casas, propriedades e algumas cabeças de gado, a mudança significativa de Joacil Pereira para a então capital da Paraíba, em 1931, teve com a revolução de 1930 motivações políticas de fuga, “tangidos pelo ódio político e pela seca que durou três anos, começando em 1930 e indo até fins de 1932. Não éramos retirantes, flagelados, pois tínhamos alguns haveres. Mas éramos emigrantes fugidos de dois flagelos” (PEREIRA, 1996, p.50). Uma vez na Paraíba o pai consegue montar um negócio de sapataria e “miudezas” no qual todos trabalhavam contando ainda com empregados. A mãe, por sua vez, abre um pequeno mercadinho ou tenda em que, em feiras, vendia-se doces, bolos, tapiocas. Em poucos momentos, o autor, em suas memórias e registros de outros, fala dos irmãos.

Joacil foi criado em um berço evangélico, embora em suas memórias haja grandes citações e exaltações aos festejos católicos de sua terra de origem. O legado familiar dado ao filho Joacil Pereira pelos pais encontra duas características formadoras do futuro acadêmico: a mãe professora, com dotes artísticos e sensíveis, prepara o filho para um mundo voltado para o culto, sobretudo à oratória. O pai, figura influente na formação do jovem, mais presente nos relatos do que a mãe, possuía as características de um político arrebatado, comprometido com as questões políticas do seridó norte-riograndense, responsável por obras e de notórias relações políticas com coronéis e fazendeiros. A ele o memorialista se refere: “O amparo me veio no exemplo de bravura de meu pai” (PEREIRA, 1996). A partir do pai, a figura do político, do jogo de relações sociais e da influência de personalidade se forma a ponto de se configurar em um romance sobre as narrativas e memórias do autor sobre o próprio pai.

A fase que mais se noticia, não apenas pelos biógrafos, mas também historiadores e acadêmicos amigos de Joacil, como uma fase decisiva para o seu progresso como intelectual está na iniciação estudantil, na qual Joacil, enquanto aluno iniciante no Liceu Paraibano, possuía um desempenho considerado pelo próprio “irresponsável”, sendo depois corrigido com o tempo, após sua experiência em Garanhuns. Este, como se verá, um ponto importante, no qual se aproximam as trajetórias de ambos os acadêmicos pertencentes aos grêmios estudantis, fase esta na qual os “talentos” parecem “se revelar” para o meio intelectual e político da época.

Na fase escolar, Joacil, em educandário particular “afamado”, logo ao chegar à capital

paraibana, em 1931: o Colégio José Bonifácio, experiência descrita pelo próprio de rigidez na conclusão do curso primário. Ademais, com os exames prestados ao Liceu Paraibano, Joacil ingressa naquela instituição em 1936. Um período, entretanto, de rebeldia com os diretores do Liceu àquela época. Um deles, o futuro fundador da Academia Paraibana de Letras, o Cônego Mathias Freire, fez com que Joacil estudasse em um colégio de norte-americanos protestantes na cidade de Garanhuns, o colégio 15 de novembro, no qual a distância e as despesas de manutenção impingiram uma correção em seu comportamento de estudante (PEREIRA, 1996).

À época que estive em Garanhuns, o autor atribui em memórias o contato com a “biblioteca do colégio”, “livros de autores nacionais, ingleses, norte-americanos e portugueses”. Talvez tais citações em suas memórias preparem o leitor para o período de logo após: retorno ao Liceu Paraibano, no qual o desenvolvimento dos grêmios literários faria não só a fama do autor como entusiasta cultural, mas de muitos conterrâneos que, futuramente, assumiriam cargos públicos ou mesmo entrariam para a Academia Paraibana de Letras. Em uma narrativa sobre o processo de aprendizado intelectual, o autor diz: “havia, ali, uma sociedade literária e todo aluno era obrigado a participar. Fazia-se de tudo: teatro, poesias, declamações, composições, contos, crítica literária, crônicas, discursos etc. Imprimia-se um jornalzinho mensal e se movimentava muito o ambiente estudantil” (PEREIRA, 1996, p.59). Nestas palavras, há o indício e a noção do “intelectual predestinado” que será analisado neste capítulo.

O período que compreende 1940 e 1941, período de transferência para o Liceu Paraibano e frequência aos grêmios literários, é descrito pelo autor como “revelei-me orador e despertei para as Letras”. Já no Liceu, o Grêmio Augusto dos Anjos, que integrara com outros futuros integrantes da Academia Paraibana, entre eles o próprio historiador Luiz Hugo Guimarães, foi um lugar no qual Joacil se fez líder estudantil e ensaiou o começo de uma trajetória intelectual. Sobre ele, em trecho do livro *Paraíba Nomes do Século*, escrito por José Rafael de Menezes (2000), o depoimento de um contemporâneo do autor assim se pronuncia: “Contemporâneo de Joacil de Britto desde a época que estudávamos no Lyceu, ele sempre se destacou como um líder estudantil. Foi para a política pelo partido da UDN, que o projetou na vida pública. Ele sempre foi um amigo e irmão” (MENEZES, 2000, p.11).

A esta fase dos grêmios se atribui o caráter de contato com um universo até então atravessado por questões políticas, sociais e culturais diversas. Os grêmios, além de

importantes centros de educação, levando em seu nome a marca de escritores admirados à época, era também um âmbito de civismo, patriotismo e discussão das questões políticas de seu tempo. Joacil não apenas pertenceu ao Grêmio Augusto dos Anjos, mas também aos grêmios Olavo Bilac e Machado de Assis em épocas distintas, além de ser integrante do Centro Estudantal Paraibano, descrito pelo próprio Joacil como um “rival” do Centro Estudantil de que Ronaldo Cunha Lima fazia parte quando estudante. Sobre a época dos grêmios e centros estudantis, Menezes (2000, p.25) declara que o ano de 1942 foi marcante:

O ano de 1942 foi realmente marcante. De grande movimentação cívica. Logo se incluiu nesse civismo a luta contra o Estado Novo. Constituíamos uma equipe viva de atuação contra a ditadura interna e contra o totalitarismo estrangeiro: Juarez da Gama Batista, Josmar Toscano, Luiz Hugo Guimarães, Baldomiro Souto e Félix Araújo – os companheiros em evidência.

Sobre este mesmo ano de 1942, Joacil afirma em suas memórias que “o ano de 1942 foi de passeatas e *meetings*”, inclusive com sua aparição como “orador comicial”, e continua ao relatar que “a entrada do Brasil na guerra, a agitação popular, o fervor patriótico, tudo isso deu relevo àquela fase vibrante de minha mocidade” (PEREIRA, 1996, p.63). Dos grêmios literários, meios de sociabilização cívica e cultural, à medida que se promovia encontros estudantis e, mais do que tudo, a oportunidade de aperfeiçoar a oratória, a iniciação nas atividades literárias através da escrita de perfis para o jornal A União e o aprendizado das “tradições literárias paraibanas” (GUIMARÃES, 2001), seguiu-se a trajetória de Joacil no Teatro do Estudante, sendo ele um dos fundadores.

Encerrando o ciclo de sociabilidade adolescente na vida do autor focado, o Teatro do Estudante foi outra oportunidade que o autor descreve como importante, à medida que teve contato com colegas que lhe indicavam livros e “fortaleciam a inclinação para a boa leitura”. O institucionalismo era a tônica do momento, e não menos o patriotismo: parte da renda dos espetáculos no Teatro do Estudante eram revertidos para custeio de ajuda à Marinha Brasileira (PEREIRA, 1996). Segundo o próprio, “A juventude da época se interessava por campanhas patrióticas e filantrópicas” (idem, 1996). Em suas memórias, Joacil destaca que era convidado para as festas nos clubes Cabo Branco e Astréa, da alta sociedade paraibana, como membro das entidades estudantis, além de outras sociedades e clubes com prestígio da elite e das autoridades locais. Tendo, pois, participado de várias entidades estudantis durante toda a adolescência, a sociabilidade dos grêmios e entidades estudantis foi indicativa para as portas que se abririam para aquilo que Menezes (2000) chama de um “civismo lúdico”, que o leva a

adentrar os cargos políticos e eleger-se pela União Democrática Nacionalista, algo que será analisado mais à frente.

Até então, a trajetória do intelectual focado descreve um aprendizado movido por estruturação de um indivíduo voltado, primeiro, para as relações sociais públicas, partindo de uma influência do pai como forma de um capital herdado, ao mesmo tempo em que os âmbitos frequentados na adolescência, entre grêmios literários, entidades estudantis e clubes diversos, foram propícios para o desenvolvimento de capacidades a serem reconhecidas mais adiante por aquele a ser descrito por José Rafael de Menezes (2000) “nosso líder cultural”: a oratória, a prática literária através dos jornais, a militância em três grêmios literários importantes, as entidades estudantis envolvidas em passeatas, a participação como convidado em clubes da elite paraibana, o Teatro do Estudante e sua feição nacionalista para com o respeito às instituições em voga. Duas fases, entretanto, são decisivas para a confirmação destes fatores decisivos para a constituição de uma trajetória: a vida universitária e a vida pública.

Antes de iniciar uma análise da vida universitária de Joacil de Brito Pereira, convém mesmo dizer que o jovem integrou o exército por “vontade própria de servir à pátria” naqueles conflituosos anos de 1942 até 1945, sendo dispensado, entretanto, por mau comportamento. O relato desta parte, tanto em suas memórias como na biografia de Menezes (2000), são passagens contadas por um duplo viés, ao mesmo tempo “folclórico”, quando o autor foi expulso do exército devido um murro dado em um sargento, e, da ação pública, um “homem de ação” que queria servir à pátria (MENEZES, 2000).

Sobre estes tempos, o autor conviveu com futuros intelectuais das mais diversas matizes ideológicas: “Eu vinha das lutas acesas contra a ditadura. Formei ao lado de uma plêiade de jovens idealistas; ao lado de Félix Araújo, Baldomiro Souto e Danival Carvalho, três grandes esperanças malogradas de ativistas políticos, os dois primeiros também intelectuais” (PEREIRA, 1996, p.81). Ainda segundo relatos do autor, o patriotismo era a tônica maior e a que reunia uma “equipe de bravos”, “alguns comunistas, outros não”, predominando, para ele, o “elenco de esquerda, ao qual eu mesmo pertencia”, sobre o qual ele cita ter sido simpatizante do Partido Comunista quando jovem (PEREIRA, 1996, p.83). O início das relações política, o próprio assim descreve:

Ainda combatíamos o Estado Novo, quando a entrevista de José Américo, tomada por Carlos Lacerda, caiu como um raio no meio da noite, enchendo o

espaço de claridade. E reboou como um trovão, abalando os alicerces da terra. Logo eu me incorporei ao movimento das Oposições, solidário com o grande paraibano. Vieram daí nossas relações políticas. (PEREIRA, 1996, p.84).

Concomitante ao formar-se político, Joacil formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife na turma que ficou conhecido como “A turma do meio do século”. Destaque nas biografias e no livro de memórias, o fato de Joacil sempre ser o “orador” tanto nas turmas de conclusão do secundário, como nos grêmios e, também, na vida universitária revelam um capital social apreendido das relações familiares e estimulado pelos ambientes convividos. A geração pela qual Joacil tornou-se conhecido foi a chamada Geração de 45, de cuja participação muitos integrantes da Academia Paraibana de Letras foram também participar, inclusive o próprio Ronaldo Cunha Lima.

Segundo Guimarães, em registro biográfico de Joacil Pereira: “Sua vida estudantil serviu de senda para despertar uma liderança que vem exercendo durante sua intensa trajetória cultural e política”. Em Recife, Joacil teria convivido com intelectuais reconhecidos e futuros integrantes da Academia Pernambucana de Letras, a exemplo de Waldemar Lopes, Nelson Saldanha, Antonio Correia e Milton Lins, além de trocar diálogos com aqueles que viviam sob a tônica de uma das mais tradicionais Escolas intelectuais do Brasil, a Escola de Recife, liderada por Tobias Barreto. Sobre este movimento nacional, Velloso (2010) destaca:

Sob a liderança de Tobias Barreto, iniciou-se na Faculdade de Direito de Recife um movimento intelectual de projeção nacional. Um dos grandes desafios enfrentados por essa geração de bacharéis era a integração do Brasil no panorama da moderna cultura ocidental. Em função dessa demanda, buscou-se definir a nacionalidade através da elaboração de uma crítica literária. (...) Definia-se a brasilidade como resultado do meio físico-geográfico, da raça e do momento. A nacionalidade era matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites. (VELLOSO, 2010, p.41-42)

Um dos prenúncios do movimento modernista no nordeste, a Escola do Recife legou aos seus integrantes o ideal heróico conferido ao intelectual brasileiro. Se a nação era uma realidade geográfica e histórica, era preciso fazê-la uma realidade “pensante”, isto é, a ciência como a porta de entrada para a modernidade e, conseqüentemente, a dita “modernização conservadora” dos anos de 1930 (VELLOSO, 2010). Vivenciando a fase posterior à criação da Escola do Recife, Joacil conviveu com os ideais de brasilidade já envoltos da

caracterização do regional. Neste contexto, as oposições entre o regional e o universal se desfazem, a chave interpretativa do modernismo estaria exatamente nas considerações precisas sobre a brasilidade em seus vários pontos de contato e regiões, havendo considerações a uma “civilização tropical” em oposição ao modelo de civilização eurocêntrico, conforme destaca Mônica Pimenta Velloso (2010).

A atuação universitária de Joacil é movida, no Recife, por um imperativo de rever princípios do Direito através de ensaios. Destacam-se, ao longo deste período, os ensaios que exaltam aspectos da migração na Paraíba, do Direito comparado entre a Paraíba e a Itália, entre outras produções em caráter jurídico. Nestes ensaios, o tom de exaltação conferido às benesses da imigração europeia à sociedade brasileira ganha um caráter congratulatório do autor para com a “cultura local” e, por sua vez, um pouco suspeito sobre outros tipos de migração a que o autor se referira, como em um trecho de ensaio escrito acerca do tema, em particular sobre a colônia italiana na Paraíba. Destaca Joacil Pereira (Apud. MENEZES, 2000, p.18): “misturou-se com o nosso povo, casaram-se e deram-se em casamento com paraibanos e paraibanas numa perfeita integração. É esse tipo de migração que se deve estimular”.

A vida universitária em Joacil, neste sentido, galga os marcos institucionais de um intelectual que se utiliza dos meios sociais para, pouco a pouco, construir seus ideais e, desta vez, colocá-los em livros, através das influências sociais e intelectuais que recebeu na Faculdade do Recife, grêmios literários, vida social e política na capital da Paraíba. Toda a influência advinda dos grêmios, entidades estudantis e passeatas cívicas, neste momento de 1950, encontram no “intelectual cívico” o ensaísta produzindo artigos e livros sobre Direito Penal, e o estudante que, em oposição a Tobias Barreto, propõe uma “Escola Brasileira”, enamorado dos “autores italianos” e tributário de um “mérito intelectual” que tinha nos juristas os principais baluartes de um pensamento em “sintonia” com o próprio tempo. Desta feita, utilizando como propósito e razão para ascender de “homem de letras” a “homem de ação” na política, a obra intelectual neste campo coincide com o desejo de adentrar o campo político e, desta vez, respaldado por obras, intelectuais, políticos influentes e todo o campo de relações sociais propício. O patriotismo e a exaltação às personalidades da Paraíba, às instituições e seus símbolos grassavam não apenas na vida, mas na obra do intelectual Joacil Pereira.

Nunca distante das campanhas políticas, segundo seus biógrafos, Joacil “admirava” os políticos que à época foram de encontro às propostas do Estado Novo, em exaltação à Paraíba

e seus principais nomes. Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida eram os líderes admirados por ele, pertencendo o próprio Joacil à chamada “Geração de 45”, cujos integrantes comungavam de um mesmo ideal de orgulho pelas tradições nacionais e pelo respeito às instituições. Em carta direcionada pelo amigo e jurista Mário Moacyr Porto, a qualidade de Joacil como “homem de leituras” e “homem de ação” é assim definida: “Você tem uma qualidade ou característica que merece o meu respeito e admiração: o homem de ação, de rudes entreveros, não abdicou entretanto do gosto pelas boas leituras, pelas atividades do espírito” (MENEZES, 2000, p.28).

A vida pública de Joacil Pereira até a chegada à Academia Paraibana de Letras, em 1972, foi passada por momentos políticos distintos: primeiro, o Estado Novo, depois a redemocratização de 1945 e o período militar de 1964. Na trajetória do autor, foram muitas as fases de seus posicionamentos políticos. Para começar, aliado às esquerdas, era ao mesmo tempo simpatizante do Partido Comunista, como também proclamava um “nacionalismo admirador” de anticomunistas ferrenhos, como é o caso do governador Argemiro de Figueiredo (MELLO, 2010). Segundo Luiz Hugo Guimarães, Joacil iniciou sua carreira política como admirador da UDN (União Democrática Nacional), mas logo se “debandou” para o Partido Socialista Brasileiro, nome que tomou a chamada Esquerda Democrática, mais ligada a José Américo de Almeida, segundo os registros biográficos no arquivo da própria APL.

Conviveu nesta fase enquanto homem público com personalidades de ideologias diversas. Entre os comunistas, conviveu, inclusive como parte da herança da militância nos grêmios, com Félix Araújo, João Santa Cruz, Baldomiro Souto e João Batista Barbosa. Em pouco tempo, porém, afastou-se dos comunistas e aliou-se a Silveira Dantas, líder político do município de Teixeira e que figurou como uma espécie de incentivador político aos comícios e à vontade de fazer carreira. Joacil candidatou-se a vereador pela primeira vez pelo Partido Socialista, mas não conseguiu eleger-se, levando-o então a aderir formalmente à parte do movimento da UDN mais afeito à esquerda. Outra derrota política, desta vez para deputado estadual, sucedeu em 1947, mas mesmo assim continuou a fazer política.

Por esta época também, Joacil Pereira assumiu o magistério, abandonando a criminologia a que se dedicava para assumir a cátedra de Finanças, passando igualmente a lecionar Direito Financeiro em universidades da capital da Paraíba. Assim, já um intelectual respeitado no âmbito social, cultural e político, em parte devido à sociabilidade dos grêmios,

entidades estudantis e faculdade do Recife, congregadores de muitos intelectuais e oradores a se revelar por esta época, Joacil, em meados de 1956, assume seu primeiro cargo público como Secretário Chefe da Casa Civil no governo do udenista Flávio Ribeiro Coutinho. Segundo Guimarães, nos registros da própria APL, o alcance social no âmbito político dado por este cargo rendeu-lhe mais segurança para ser eleito para a Assembléia Legislativa Estadual, elegendo-se então deputado Estadual em 1958 e dando início a um período de cinco legislaturas seguidas, enquanto afiliado à União Democrática Nacional.

Em 1964, período do regime militar, tornou-se reconhecido, segundo Guimarães, como um líder civil conhecido na Paraíba por impor resistência ao que ele dizia ser um “movimento comunisante do presidente João Goulart”, sendo também um dos fundadores e principal advogado da Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, órgão empenhado em defender interesses dos ruralistas em oposição à federação coordenada pelas Ligas Camponesas, a Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba, presidida pelo deputado Assis Lemos.

A convivência, antes com oradores, líderes e intelectuais oriundos das instituições educacionais então se acresceu ao convívio com os chefes militares do golpe de 1964 na Paraíba, chegando esta relação a ser descrita como de uma “convivência assídua”. Os debates na assembléia, nas palavras de Guimarães, visavam se opor aos deputados defensores das Ligas Camponesas, em pronunciamento favorável à ação governamental, em favor dos latifundiários. Com o bipartidarismo de 1965, Joacil foi um dos organizadores da Aliança Renovadora Nacional – ARENA – na Paraíba, junto aos deputados Antônio Nominando Diniz, Sílvio Pélico Porto, Waldir Lira dos Santos Lima e João Agripino.

Uma desilusão política com o chamado “movimento” de 1964 veio a pôr um intervalo na carreira política de Joacil Pereira. Organizada a ARENA, Joacil não mais se candidatou à eleição para a Assembléia Legislativa, tentando então eleger-se para a Câmara dos Deputados. Não conseguindo obter o pretendido, em parte por apoios que não foram concedidos, segundo ainda as palavras de Guimarães, com a derrota foi aos poucos se desligando do “movimento” e de seus correligionários. Outra saída parecia não haver a não ser voltar-se para a advocacia, o magistério como professor da Universidade Federal da Paraíba e à vida intelectual, então dedicada a adentrar as duas principais instituições culturais do Estado: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Academia Paraibana de Letras.

Mesmo enquanto advogado recém-formado, Joacil jamais abandonou a política, mantendo contato direto com o movimento partidário e lideranças políticas estaduais, como José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo, João Agripino Filho, Oswaldo Trigueiro de Melo, Clóvis Bezerra, tornando-se, ele próprio, também um líder político com o tempo. Os júris à época eram ocasiões de promoção dos oradores. Diz Guimarães que Joacil dava-se a defesas inflamadas, usando também a tribuna como uma forma de exercitar a oratória importante para a defesa de ideais políticos nos comícios. Quanto mais tumultuadas, pois, as sessões de júri na Capital e interior de que ele participava, mais famosos seus discursos ficavam.

Antes de retornar à política, em 1975, como Secretário do Interior e Justiça no governo de Ivan Bichara e, futuramente, eleger-se Deputado Federal por dois mandatos pela ARENA, Joacil Pereira entrou para a Academia Paraibana de Letras em dezembro de 1972, cerca de sete meses depois de entrar para o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. As situações que o levariam, futuramente, a se dedicar com mais afinco às duas instituições culturais, sendo inclusive presidente de ambas na mesma época, remetem às futuras “derrotas” como político pelo qual ele ainda iria passar: como deputado pela ARENA não consegue se eleger para ser um deputado constituinte em 1986 e, a partir disso, desiste novamente da política.

Em Joacil Pereira, as disposições práticas estruturadas foram moldadas pelo ambiente no qual conviveu desde as origens no seridó norte-riograndense, guardando na memória a herança de um pai versado nas lides políticas, e atravessando diversos espaços sociais de convívio, mas todos eles ligados por semelhanças oriundas da época, dos círculos sociais, dos personagens com quem teve contato e das disposições apreendidas nestes ambientes. Não raro, os nomes de convívio com o acadêmico desaparecem e reaparecem em suas memórias e registros biográficos. A escolha, pois, do marco de análise teórica e metodológica ter partido de Bourdieu (2005) se interpreta do fato de o acadêmico ter passado por diferentes campos, porém campos que se aproximam dentro de variações diferentes sobre o nacionalismo e da “paraibanidade” e, a partir de um indulto propiciado pela educação da época e a influência das práticas reproduzidas pelos grêmios, formou-se um habitus determinante do papel que foi escolhido para desempenhar dentro da Academia Paraibana de Letras: um intelectual orgânico, homem de letras à medida que desvelou o civismo nas próprias obras, homem de ação quando chamado a “pôr em prática” seu idealismo nacionalista através da noção de serviço prestado dentro da administração pública.

A partir de influência familiar, com o pai envolto de uma série de relações sociais e políticas, a mãe professora e, posteriormente, os grêmios, entidades estudantis, clubes da alta sociedade, teatro do estudante, faculdade do Recife e vida pública sendo responsáveis pela estruturação das práticas apreendidas, transponíveis, duráveis e estruturantes do habitus de um futuro acadêmico, formou-se um sistema de disposições relativo às posições e tomadas de decisão dentro de um campo específico. Joacil formou-se a partir de um “homem de ação” que pouco a pouco encontrou no “homem de letras” o complemento necessário para o exercício de uma atividade cujo norte seria a “Ação Pública e o Civismo”, título de um dos livros que publicou em vida, reunindo seus discursos parlamentares.

Antes de entrar na Academia Paraibana de Letras, em questão de meses, a entrada de Joacil Pereira no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é indicativo não apenas do conjunto de ideais que teve em vida, mas de um planejamento que teve para a construção de um personagem que “casasse” o intelectual cívico de obras sobre paraibanos e localizada na Paraíba com o homem de ação responsável por intervir na gestão pública, a serviço dos próprios ideais pátrios, institucionais e, em parte, representativos de sua juventude.

O termo “Letras” à época estava diretamente ligado ao ensaísmo filosófico, jurídico e também no culto aos “expoentes” da cultura paraibana, importação de costumes, inclusive herdada em parte pela Academia Brasileira. Assim, Joacil entra para o IHGP um pouco antes de adentrar a Academia Paraibana com um ensaio sobre Francisco Seráfico da Nóbrega, o primeiro presidente daquela instituição, intitulado O Gentil-Homem de Sabugi. Meses depois, quando de sua entrada na Academia Paraibana de Letras, repete o gesto e novamente faz um ensaio de caráter historiográfico sobre o fundador da cátedra 17, Um Estadista no Império e na República, sobre Antônio Alfredo da Gama e Mello, outro político e advogado com práticas multifacetadas no jornalismo.

Mais à frente, contudo, serão exploradas a maneira como, ao longo do tempo, diante de regras e práticas já subjacentes aos campos estudantil, político e intelectual, foi possível ao futuro acadêmico as tomadas de decisão precisas e estruturadas pelo habitus a ser formado junto aos capitais adquiridos de acordo com a inserção na vida estudantil, intelectual e pública. E, claro, procuraremos saber também como tais capitais foram negociados para a inserção do intelectual na chamada “Casa do Pensamento Paraibano”, a partir das relações de Joacil e de Ronaldo Cunha Lima com a imprensa, as instâncias de consagração de suas obras através de críticas e jornais, bem como a estruturação dentro de um campo cujo métier no

jogo das práticas ambos demonstram já conhecer o seu sentido como produto imanente da necessidade de incorporação das estruturas do campo e de diálogo junto a ele.

2.2 – “O poeta e o político”: trajetória intelectual de Ronaldo José da Cunha Lima

Ao longo da trajetória, Ronaldo Cunha Lima passou por uma série de impedimentos que, em sua vida, foram marcas, as quais ele teve de superar dada uma acumulação específica de capitais sociais que o próprio foi adquirindo com o tempo, em cujas relações buscou amparo como uma forma de ascender socialmente. Ao contrário de Joacil Pereira, não há uma biografia pronta sobre ele, não há estudos sobre o personagem que foi, havendo apenas uma biografia concluída, mas ainda não publicada, pelo historiador José Octávio de Arruda, cuja entrevista realizada em sua casa, através de contato feito dentro da própria Academia Paraibana, foi o único registro oficial a que tive acesso sobre a vida de Ronaldo. Junto com a única entrevista com o seu biógrafo, utilizo-me do único livro de memórias que Ronaldo publicou em vida, no formato de versos, “Eu, Nas Entrelinhas”, além dos discursos de posse, saudação e homenagem póstuma, a serem analisados mais adiante.

Ronaldo José da Cunha Lima nasceu a 18 de março de 1936 no município de Guarabira, localizado no brejo paraibano, em plena vigência do Estado Novo e sob a comoção da Revolução de 30, na qual alguns grêmios literários eram reconhecidos pela militância patriota de líderes estudantis que, aos poucos, se faziam conhecidos. Filho de Demóstenes da Cunha Lima e Francisca Bandeira da Cunha Lima, Dona Nenzinha, conforme era conhecida, possuía onze irmãos, cujo único citado é Aluísio, dono do restaurante em que Ronaldo Cunha Lima trabalhou em sua infância.

Agente fiscal, o pai de Ronaldo Cunha Lima chegou a ser prefeito do município de Araruna nos tempos em que uma parte abonada da família Cunha Lima, descrita pelo biógrafo como uma parte distante, encontrava-se na região de Areia e, aparentemente, não possuía relações com a família Cunha Lima do município de Guarabira, região onde Ronaldo nasceu, descrita como a parte “pobre” da família. Pelos relatos e pela situação passada com o suicídio do pai, a família Cunha Lima veio a ser em Campina Grande uma família tradicional ou conhecida em regime de decadência, haja vista o pai, então prefeito de Guarabira pela

vertente política conhecida como “argemirismo”, ter se aliado da região por ser exonerado do cargo pelo governador Ruy Carneiro. O “exílio político” buscado em outra localidade que não a de nascimento dos personagens, devido a situações políticas contrastantes com o momento, é comum, tanto em Joacil Pereira, como em Ronaldo Cunha Lima.

Sobre o pai, as memórias de Ronaldo contam pouco, porém o biógrafo diz ter sido prefeito e um homem de boas relações, sendo “uma figura esclarecida, mas não propriamente um intelectual” (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello). O suicídio do pai, entretanto, causou comoção em toda a família a ponto de não se tocar no assunto, criar-se um tabu sobre o tema, com o incidente descrito como inesperado para todos. À ausência do pai segue-se um descompasso na vida da família que, segundo seu biógrafo, passa a girar em torno da esfera da mãe, que impulsiona Ronaldo Cunha Lima aos estudos e consegue para ele o primeiro emprego como vendedor de jornais. Entretanto, duas passagens em seu livro de memórias, escrito quando dos seus 68 anos, narram a vocação política do pai em consonância com as lembranças do filho:

Meu pai, um estadista e analítico / de meu futuro, deixava-se antever, / nos comícios, a forma e o proceder, / com seu conselho prático e crítico. / E para que eu pudesse aparecer, / para que todos me pudessem ver, / punha-me em seus ombros, e era a glória: / erguer aos céus o meu “V” de vitória, / e ver seu candidato agradecer! (LIMA, 2004, p.19)

Relatos de aprendizagem de uma vocação política remetendo a uma tradição deixada pelo pai são ainda descritos na seguinte passagem: “Comecei, logo cedo, a discursar / com meu pai, diligente, a me ensinar / desde os tempos felizes de Araruna.” (LIMA, 2004, p.19). Em outro poema, intitulado “A morte do meu pai”, no mesmo livro de memórias, procura reconstituir em versos o momento quando soube da morte do pai, bem como as dificuldades que teria a mãe em criar os onze filhos que “apesar dos pesares, pôs nos trilhos” (idem, 2004). Ainda na infância, o então acadêmico equaciona sua verve memorialística para o lado político servindo à poesia, como no trecho: “Toda manhã eu me sentia assim, / quando vestia a farda do colégio: / vestindo-se, também, do privilégio / de falar pelos outros e por mim.” (ibidem, 2004).

Sobre a mãe de Ronaldo, o biógrafo relata que possuía um engenho em região próxima a Guarabira. Instada a que os filhos trabalhem no engenho ou se mudem para Santos, com o intuito de viver auxiliados por uma parte abonada da família, Dona Nenzinha preferiu vê-los

todos próximos a ela, e não no engenho, pois não era “favorável” a que os filhos trabalhassem em usinas. Em Campina Grande, pois, Ronaldo Cunha Lima e família continuaram à Rua Sólon de Lucena, no centro da cidade.

Verifica-se que, embora a família Cunha Lima sobreviesse a uma situação política que propiciou a saída deles do município de Guarabira, havia familiares distantes cujas posses poderiam auxiliar o estudo de Ronaldo e dos irmãos, além do apoio financeiro de posses que a mãe tinha através do engenho, um poder econômico lucrativo em outras épocas, mas já em decadência nas décadas seguintes, segundo registros da entrevista com o biógrafo. Às dificuldades enfrentadas pela ausência do pai e a instabilidade exigindo migrar para Santos com fins de estudos e de preparação para o trabalho, o jovem Ronaldo Cunha Lima viu-se na situação de também trabalhar enquanto estudava para ajudar nos rendimentos da família.

Os destaques que intuíram sobre a carreira de Ronaldo adveio, como a maioria dos jovens naquela época, de um destaque na escola e nos grêmios literários, tal como ocorreu com Joacil. Sobre o desempenho escolar de Ronaldo Cunha Lima, transferido de vários colégios e indo matricular-se para concluir os estudos no então conhecido Colégio Estadual da Prata, assevera o seu biógrafo José Octávio na entrevista concedida:

Ele primeiro estudou numas escolas particulares, perto da casa deles. E uma das professoras dessas escolas notou que ele já tinha muito encaminhamento. Aí essa professora foi importante porque disse: ele não deve continuar aqui não. Era uma escola pequena, modesta. A professora disse que ele não deveria continuar ali porque o menino tinha muita vocação. Desde cedo ele se revelava ativo. Árdego. Então, ele acaba indo para o Pio XI, onde estudou com Monsenhor Odilon Pedrosa. O Pio XI era o melhor colégio de lá. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Sendo um colégio de grande destaque, e a educação da Paraíba ainda sujeita ao catolicismo, Ronaldo não era propriamente um católico de formação. Segundo o biógrafo, era um “católico social”, para quem as missas e eventos religiosos eram mais oportunidades de encontrar pessoas e fazer amizades. Registros sobre a época de escola não contém do único livro de memórias, porém torna-se viva na lembrança do biógrafo a “precocidade” com que professores, parentes e amigos tratavam a personalidade de Ronaldo. Ainda sobre esta época, José Octávio narra aquilo que pôs no futuro livro a ser lançado:

A experiência dele nos colégios foi reveladora do que Ronaldo foi. O diretor do Estadual da Prata disse que Ronaldo revelava muita intuição num dia em que ele era professor de português e reservava um dia para o pessoal falar

sobre o que quisesse. Aí nesses dias Ronaldo se destacava muito pelas preocupações literárias e políticas que havia nesta época. Então, quando ele está no Estadual da Prata, neste envolvimento de grêmios literários, os grêmios fundiam a parte política com a parte cultural. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Em tempos de debates públicos, aparições e descobertas pelos tutores, o biógrafo cita, mas não detalha, dois acontecimentos políticos marcantes na trajetória de Ronaldo: o assassinato do intelectual e ativista político Félix Araújo e o suicídio de Getúlio Vargas. Mostrando inclinação política “desde cedo”, Ronaldo se comove com a morte destes líderes e, inclusive, em seu livro de memórias, dedica quartetos de poemas a cada um dos líderes políticos que admirou em vida: Félix Araújo, Argemiro de Figueiredo, Getúlio Vargas, José Américo, entre outros. Prevaecem nestas homenagens os políticos ou ativistas de alguma causa política, seja intelectual ou não. Homenagens não faltam em suas memórias ao Centro Estudantal, “O Estudantal Campinense, / à nossa história pertence, / por formar tantos valores. / poetas, bons oradores, / doutos na lide forense”, ou ao Grêmio Machado de Assis, “Com mestres à sua altura, / no Grêmio Machado de Assis, / eu fui gaiivota aprendiz / voando os céus da cultura” (LIMA, 2004, p.83-84).

Em tempos de colégio, Ronaldo mantinha um jornal junto com amigos, chamado Jornal Formação, no qual a repercussão dos principais acontecimentos políticos que atingiam em cheio os ideais do jovem estudante eram propalados e discutidos, segundo o seu biógrafo. O interessante da época, e uma das aparentes peculiaridades do colégio do qual Ronaldo fez parte, o Estadual da Prata, era a comenda de “deputados estudantis”, sendo Ronaldo um deles. Ainda sobre esta fase no Centro Estudantal, José Octávio destaca uma múltipla função da instituição, bem como o múltiplo envolvimento do próprio Ronaldo com as instâncias estudantis:

Porque Ronaldo vem do Centro Estudantal Campinense né. O Centro Estudantal é uma militância simultaneamente política e cultural. Campina não tinha universidade. Campina não tinha escola superior. Quem faz as vezes de escola superior, e é isso que eu mostro no meu trabalho, É o Centro Estudantal Campinense, que se funde com os grêmios estudantis, sobretudo com o grêmio Machado de Assis, de Epitácio Soares, do qual Ronaldo fez parte. Aí a carreira de Ronaldo corre sempre paralelamente com a política e a cultura. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Assim, enquanto participante do grêmio estudantil Machado de Assis, participando

como orador nas aulas de português, sendo “deputado estudantil” e fazendo circular o jornal Formação, Ronaldo foi aos poucos sendo levado à política através do grêmio e destas atividades, fazendo “aquela literatura da época”, identificada pelo biógrafo como perfis de intelectuais e escritores, e tendo o convívio propício de um jovem estudante interessado por tais questões. Eram seus amigos pessoas reconhecidas como estudantes de “preocupações culturais”, como Orlando Tejo e Figueiredo Agra, sendo o presidente do grêmio Machado de Assis, Epitácio Soares, mais velho e já funcionário do DNOCS, uma espécie de “mentor” de Ronaldo Cunha Lima para a época.

Concomitante à dedicação aos estudos, Ronaldo também desenvolveu profissões que o ajudaram no sustento à mãe e, certamente, a progredir na habilidade em travar relações e, com isso, exercitar o capital social: foi jornalista, escrevente em escritório de conhecida da mãe e garçom no restaurante do irmão, Aluisio. Porém, como em um crescendo de popularidade dentro do jornal Formação e através dos grêmios estudantis, já em tempos de adentrar o curso de Direito na Universidade Federal da Paraíba, a rede de relações sociais passa da instância meramente estudantil para a política através de Newton Rique, conforme descreve o biógrafo:

Ronaldo entra na política pela ala de Argemiro, mas a pessoa que o lançou na política foi Newton Rique. Newton era do banco, era da família Rique. Newton foi candidato a prefeito e era do PTB, e tava precisando de um pessoal jovem, e então o primeiro partido de Ronaldo foi o PTB. O PTB da Paraíba tem uma singularidade, inclusive, porque é a antiga UDN Argemirista. Argemiro era a figura máxima da UDN e conseguiu prevalecer inclusive sobre José Américo. Mas, perdeu pra João Agripino em 58. É o argemirismo que se refugia no PTB e que cooptou Ronaldo. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Parece, assim, não haver distinções entre a vida universitária de Ronaldo Cunha Lima e a vida política, levada pela descoberta do líder estudantil e orador pelo político Newton Rique. Pouco se esclarece sobre esta fase, pelo biógrafo José Octávio, do estudante universitário Ronaldo Cunha Lima, e mais sobre a advocacia que ele pôs-se a exercer precocemente. Ambos, José Octávio e Ronaldo foram colegas de curso. Sobre tal momento, ele destaca:

Ele vinha de trem fazer o curso de Direito em João Pessoa. O pessoal de Campina era muito de Campina Grande. Acho que fui calouro de Ronaldo. Ele é de 61, e não frequentava muito. Eu não lembro de Ronaldo na faculdade. Somente uma vez e outra. Na faculdade, ele não era uma liderança política. Não era liderança porque o pessoal de Campina era muito voltado para Campina. (...) Ele na época estava muito voltado para Campina porque era advogado. Desde cedo ele voltou-se para a advocacia, porque trabalhou em

cartório. Ele é pessoa de cartório. A formação dele é de advogado por causa do cartório. Em Campina ele exerceu a advocacia. Exerceu muito. Sobretudo a advocacia de júri, que era a advocacia que projetava muito a pessoa. Politicamente falando até, porque o júri era um espetáculo histórico. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Um dos pontos significativos para entender a inserção maior de Ronaldo Cunha Lima nas relações políticas foi perceber que, vocacionado para a advocacia, em parte devido à experiência de ter trabalhado como escrevente em escritório de uma amiga da mãe, o personagem utiliza-se da advocacia e da oratória para uma maior inserção na cadeia de relações políticas que progressivamente o levariam a se eleger vereador. Nada incomum para a época, tendo em vista que o próprio Joacil Pereira, além de advogados de Recife, um local até então tido por referência para os advogados e letrados da época, iam à Campina Grande participar dos “famosos” júris. Para José Octávio, os júris eram espetáculos que projetavam “politicamente” a retórica, a poética e os personagens que na tribuna discursavam.

Utilizando-se de uma frase de Monteiro Lobato, o historiador assim define os júris: “saía tudo em júris, menos a questão que se estava discutindo”. Nas palavras dele, que chegou a assistir a tais júris, política, literatura e filosofia eram os temas marcantes, transmitidos por alto-falantes nas praças, com advogados cujo palavreado bacharelesco tomava as ruas, sendo os advogados de Campina Grande descritos como alguns dos mais inflamados. Embora o historiador atribua a Ronaldo Cunha Lima a qualidade de um orador “comedido”, sem grandes palavreados, foi nos júris que ocorreu a projeção verdadeira de suas qualidades enquanto político. E, para a época, ser político significava, essencialmente, ser um bom orador, sendo possível que a popularidade conquistada por Ronaldo, na prática conferida pelos júris, tivesse dado a ele o primeiro cargo de vereador em 1959. Sobre o momento político que, na carreira universitária, já surgia, José Octávio destaca:

Ronaldo elegeu-se de primeira vez em 1959. Depois ele vem a ser deputado estadual. Ele continuava com a advocacia, mas uma advocacia que no caso de Ronaldo, tal como a de Joacil, se emendava à atividade política. Era a advocacia de júris, era a advocacia de pessoas pobres, sobretudo do bairro da Liberdade. Ele assim se elege deputado duas vezes. Na primeira ele se elege bem, embora sem grande liderança, mas na segunda ele é o mais votado do Estado. Joacil também, pela UDN. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

No momento de ascensão de sua carreira política, é ainda impossível para o biógrafo

diferenciar o Ronaldo político do Ronaldo poeta: “ele mesmo utilizando-se da poesia como um cartão de entrada para sua popularidade e marca própria” (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello). Possuindo sempre um bom capital social e habilidades descritas como “natas” de circulação pelos meios sociais, também descrito como “muito atencioso com as pessoas”, é que Ronaldo, com o tempo, irá conseguir a sua inserção na literatura através de um dos selos editoriais mais prestigiosos do Rio de Janeiro, o da editora José Olympio, aspecto ainda a se tratar neste texto.

Em passagens representativas desta inserção na política, ainda no período universitário, assinalando os idos de 1960, a poesia é usada como reafirmação de práticas, exaltação de atitudes, cristalização de atividades realizadas ou mesmo rechaçamento de inimigos políticos. Como bem atesta José Octávio em entrevista, “ele soube casar muito bem a poesia e a política e, aliás, tudo que fez na vida dele”. São exemplos da prática política os versos de Escolhas Na Política, “Para evitar os proteus, / escolho só os amigos, / porque os meus inimigos, / são escolhidos por Deus”, ou nos versos de Circo e Política, “Eu sei bem que não sou exemplo raro, / mas na política sempre fui assim: / para muitos, servi de trampolim, / fiz trapézio, sem rede de amparo.” (LIMA, 2004, p.47).

Dentro da política, após ter sido eleito vereador e, logo após, deputado estadual em dois mandatos, há o momento de sua cassação política em 1969, que o leva, deixando o cargo de prefeito de Campina Grande, a exercer a advocacia no Rio de Janeiro. Tal fase registra um intervalo em suas atividades políticas, ocasião na qual perfis traçados na imprensa⁴ dizem ter ele se dedicado aos encargos de professor de literatura, advogado em Rio de Janeiro e São Paulo, além de aprofundar-se em estudos na obra de Augusto dos Anjos, participando inclusive do programa O Céu É o Limite, respondendo sobre a vida e obra do poeta de Sapé. Tal registro consta dos arquivos de sua pasta na Academia Paraibana de Letras, onde também se encontram reportagens de jornal, registros de memória e os discursos como senador, deputado e empossado na Academia Paraibana.

Todos os momentos políticos vividos por Ronaldo Cunha Lima em seu único livro de memórias procuram reafirmar a vocação de um poeta voltado intrinsecamente para fatos políticos, históricos e sociais. Os poemas do livro são divididos em partes que, a seu modo,

4

A União, “Entre a poesia e a política”, 11 de agosto de 2007.

resumem a vida do futuro acadêmico: “Dedicatória”, em menção às origens e os lugares da infância; “Brincadeiras de infância”, também sobre práticas da infância; “Dores da infância”, trecho no qual os pais surgem redivivos, tanto quanto o sofrimento e as consequências da morte do pai; “Minhas atividades”, versos sobre as profissões que ocupou e a serventia para o então “espírito público” que surgiria; “Da política”, versos sobre a política, as práticas, os amigos, os inimigos, as realizações, feitos, frustrações, ídolos, eleições, discursos e vitórias, inclusive do filho Cássio Cunha Lima, também político; “Eu e meu folclore político”, contendo anedotas e narrativas sobre aventuras enquanto boêmio; “Instantes das estantes e gavetas em tercetos”, contendo versos curtos sobre memórias passadas; “Referências Reverências”, uma exaltação aos líderes políticos e personalidades admiradas; por fim, “Eu sentimental”, poemas voltados novamente a memórias.

A vocação do intelectual em Ronaldo pareceu obedecer às necessidades do momento, tendo conotações menos patrióticas nos símbolos e na dedicação intelectual se comparado à Joacil Pereira. Pressupostamente, ao contrário de Joacil, Ronaldo empenhou-se mais em uma literatura, ou antes, poética, que servisse igualmente à atividade jurídica e política do que se encerrasse em livros de ensaios sobre personalidades, conceitos jurídicos e historiografias da Paraíba. Sendo alguém que se dedicou pouco a ensaios, livros e demais produções no início de sua vida, o biógrafo e amigo de universidade reconhece não ser Ronaldo um intelectual no mesmo sentido em que foi Joacil. Segundo José Octávio,

Ele conseguia tamanha entrada nos meios editoriais do Rio por ser tanto um poeta como um político. E pelo fato de ser governador, sobretudo. Eu gosto mais de Ronaldo como político. E Ronaldo não era de muita leitura não. Ronaldo era mais um homem de intuições, de inspirações. Não era de leitura não. Mas ele não entrou na Academia só pelo livro publicado não, ele entrou pela cordialidade. E se dava bem com todo mundo. Ele publica mais livros depois de entrar na Academia, e publica muito como governador, época em que entrou na Academia. Houve uma reunião, inclusive, na casa dele, na granja Santana. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Com o retorno de Ronaldo Cunha Lima à Paraíba, após a anistia, a carreira política continua em progressão, tendo o personagem vários outros cargos políticos. Acerca deste fato, José Octávio ainda destaca com relação aos anos imediatamente anteriores à escalada profissional de Ronaldo Cunha Lima até a Academia Paraibana:

Todos os cargos deram projeção a Ronaldo. Ronaldo aproveitou bem todas as

oportunidades em que ele se investia. (...) Foi um vereador combativo, com participação e tudo o mais. Há uma coisa muito típica dele, que foi levada para a câmara, para o senado, e todos os cargos que ocupou. Ele atuava tanto no exercício do mandato como fora dele. Porque tem gente que ascende ao mandato, se refugia nele e você não vê mais! O camarada se esconde, perde o contato com a sociedade. Este não é o caso de Ronaldo. Ele continua a “mesma coisa”. Continua muito ligado à sociedade. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Acerca, sobretudo, do grau de independência dos campos político e intelectual em que Ronaldo Cunha Lima atuava, perdia-se o princípio de um intelectual voltado para a atividade enquanto poeta dentro das práticas concernentes a um político cuja popularidade fez-se na retórica dos júris e na impressão da poesia um instrumento de afirmação de uma personalidade política marcante. São numerosas as passagens em seu livro de memórias com discursos, no formato de versos, nas várias cidades em que fez campanha para deputado e senador, bem como mensagens em versos nas placas da cidade de Campina Grande e mesmo no carnê do IPTU, “Você faz e eu também faço / por Campina, em união. / Cada qual faz um pedaço / dessa grande construção.” (LIMA, 2004, p. 95).

Diferentemente de Joacil Pereira, as práticas estruturadas ganharam uma menor independência nos campos do político e do literário em Ronaldo Cunha Lima, muito embora em ambos as atividades complementem um ideal que, entretanto, em Joacil fica bem mais presente o espírito cívico e patriótico, tomado como respeito às instituições e às tradições literárias da Paraíba, do que na ação pública mais voltada para a perpetuação da prática em si, isto é, para as representações políticas tratadas em suas memórias como “povo”, “Campina Grande” e “tradição”. Novamente, para ilustrar o viés político tomado por Ronaldo, mais relacionado à perpetuação de um legado que, como se sabe, também o foi do pai, segue o verso do poema Tradição: “A tradição fez efeito: / o meu pai, eu e meu filho, / com maior ou menor brilho, / todos três fomos prefeito” (LIMA, 2004, p.79).

Segundo o próprio biógrafo, Ronaldo “se achava mais vocacionado para a política do que para a poesia. Ele era uma figura essencialmente política”. A descrição pelo amigo que conviveu com ele desde os tempos do curso de Direito é a de uma personalidade que apresentava “ampla habilidade em lidar com pessoas”, sendo também alguém que “abria portas”, quando não também citado pelo historiador como “um homem de mesa”, ao fazer da boemia um fator positivo para as articulações políticas e culturais, entre estas últimas o encontro com poetas e personalidades, de quem Ronaldo buscou ficar próximo. Mesmo

sujeitando-se a uma produção continuada, contudo, somente publica um livro de poemas antes de pleitear sua entrada para a Academia Paraibana, fato que será mais detalhado no capítulo posterior.

Nos anos em que se viu governador, 1990, Ronaldo também passou a dar “palestras” pelo interior e em vários Estados do Brasil. Descrito pelo amigo e biógrafo como um sujeito que “produzia sempre”, os relatos falam de palestras escritas para estudantes, palestras estas, quando não sobre Augusto dos Anjos, autor no qual se especializou quando de sua estada no Rio de Janeiro, sobre temas presentes na realidade política e social de então. Permaneceu, quando de sua entrada para a Academia Paraibana, mais forte no imaginário público a personalidade do que a obra, fator que seria crucial para ganhar expressivas mudanças durante e após seu último cargo político, o de governador, e também depois da entrada na Academia Paraibana. Será, pois, a época em que a produção do intelectual Ronaldo Cunha Lima teve significativo aumento, incluindo oportunidades de publicação em editoras de São Paulo e Rio de Janeiro, a exemplo da famosa José Olympio, com o fato de ser governador descrito pelo biógrafo como algo influente para estas oportunidades.

Utilizando-se, então, desde o exílio no Rio de Janeiro até a volta à Paraíba, no final da década de 1970, de uma mobilização de capitais e práticas característicos de sua conduta como parlamentar, advogado, poeta e orador, Ronaldo Cunha Lima adentra a chamada Casa de Coriolano de Medeiros que, segundo José Octávio, também acadêmico, “abre portas para quem sabe abrí-las”. Muito embora Joacil e Ronaldo dividam um mesmo campo de atuação de práticas sociais estruturadas pelo tempo, com a participação nos grêmios, entidades estudantis, júris e advocacia, o sentido do fazer literário em ambos atende a demandas diferentes: em Joacil, a literatura é antes através de estudos e ensaios em livros publicados sobre as personalidades, a retórica e a ciência jurídica na Paraíba; em Ronaldo, a literatura ou antes o fazer literário, encontra-se na tônica de um fazer incorporado às práticas políticas “naturais”, como nos versos em forma de discurso ou nas mensagens em placas da cidade de Campina Grande.

Em um, Joacil, a compreensão de “serviço prestado” encontra-se mais no campo do fazer intelectual: livros publicados, conferências e estudos; em outro, Ronaldo, nas ações públicas: discursos, poemas improvisados e palestras escritas. Por mais que ambos tenham dividido um mesmo campo de disputas em suas trajetórias intelectuais, a compreensão do fazer político, social e intelectual toma sentidos diferentes dentro de um mesmo ideal: a

contribuição pessoal com a Paraíba. Todavia, em algo ambos se aproximam: passam a produzir intelectualmente com maior frequência e reconhecimento, ganhando prêmios e comendas, após a entrada na Academia Paraibana de Letras e também o declínio ou encerramento, por assim dizer, de ambas as carreiras políticas. Em Joacil, inclusive, há o retorno à política através do cargo de Secretário da Justiça e Interior, em 1977, pelo governo Ivan Bichara, outro integrante da Academia Paraibana de Letras. Analisaremos, pois, como tais trajetórias coincidem no sentido dos agentes para a estrutura em práticas e estruturas.

2.3 – O aprendizado do imortal: reflexões sobre o habitus acadêmico-intelectual

Nesta parte do capítulo, uma análise das duas trajetórias busca refletir sobre como as práticas incorporadas pelo habitus encontraram na época e nas situações propícias os indultos fundamentais para desenvolver, nos dois personagens escolhidos, as tomadas de decisão, disposições e posicionamentos no campo. Dois escritores-cidadãos, pois, antes de se tornarem acadêmicos, e o momento imediato no qual a condição de intelectuais cívicos, empenhados em práticas propícias para a defesa dos símbolos da nação, das instituições e, enquanto representantes de uma elite burocrática, encontraram na Academia Paraibana um ambiente propício de aceitação para seus ideais.

Além do próprio método reflexivo e teórico bourdieiano sobre análise de trajetórias, foi utilizada a tese de doutorado de Nilvanda Dantas Brandão sobre a trajetória intelectual de José Américo de Almeida, apresentada em 2012, para o auxílio sobre como se formaram as instâncias práticas para posições distintas nos vários campos, voltadas para a vida intelectual e a vida política, além de trabalhos acadêmicos com atenção para a incursão nos quadros do Estado e da vida pública dos intelectuais, tendo em vista a associação entre intelectuais e classes dirigentes no século XX ser, também, objeto de pesquisa de Sérgio Miceli em tese de doutorado.

Ao analisar as mudanças no mercado intelectual do início do século XX, Miceli (2001) levanta questão sobre como a família dos escritores influem na trajetória social que terão em vida, bem como nas possibilidades para os escritores se empregarem dada as condições não propícias ao trabalho intelectual dentro de uma população analfabeta. Para o autor, quando as

famílias dos intelectuais deste período pertencem a famílias de “parentes pobres” da oligarquia ou “famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio”, as disposições incorporadas de uma tradição familiar tornam a história de tais intelectuais “indissociável” da história social de sua família, seja para reafirmá-las ou para negá-las. A saber,

Em outras palavras, as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectual e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Esses últimos, tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrar de seu ambiente de origem e, ao mesmo tempo, de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação à sua classe. (MICELI, 2001, p.82)

Às interpretações de que na família de Joacil, como na de Ronaldo, o declínio foi um indicativo não apenas de mudança do local de origem, como também de rebaixamento social, dado que ambas perderam posses e conformaram-se a uma vida mais simples em relação àquelas que tinham em seu local de origem, sucede que ambos os personagens tiveram desde cedo, ao se iniciar no trabalho em sustento da família e, conseqüentemente, nos estudos, uma abertura para o aprendizado de inserção nas relações sociais que lhes dariam progressivamente ascensão. O grau de abertura, segundo Miceli (2001), no espaço das oportunidades que então se apresentariam no serviço público, mercado editorial, entre outras coisas, ficaria a cargo de como os intelectuais negociariam sua habilidades frente às dificuldades que se revelaram desde cedo ou seriam influenciadas por uma confluência de situações nas quais as práticas sociais pudessem então ser mais bem reconhecidas pelos “meios de consagração” da época, isto é, escolas, grêmios, clubes sociais.

Ainda segundo Miceli (2001), quando da chegada destes intelectuais ao reconhecimento e, no final de sua obra intelectual sobre esta fase de descobertas, as determinações sociais de sua existência enquanto intelectual são encobertas por narrativas memorialísticas e biográficas enfatizando a “vocação” para as profissões que viriam a desempenhar, quase sempre evocando personagens centrais neste ínterim, que “pela primeira vez tivessem profetizado um futuro como artistas ou escritores”. Tais conclusões são esperadas não apenas de biógrafos, mas também da necessidade de produzir narrativas de teor cronológico implicitamente coerente à medida que também ideológico, conforme atesta Bourdieu (1998). Embora não se pretenda aqui uma análise completa das trajetórias de ambos,

Joacil e Ronaldo, o foco desta análise se dá na trajetória intelectual que lhes viabilizou os marcos intelectuais ou institucionais alcançados que lhes condicionassem à entrada na Academia Paraibana de Letras.

De tal modo, centrando suas análises em torno dos intelectuais do modernismo no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, Miceli (2001) revela que o grau de profissionalização de tais intelectuais no funcionalismo público foi-se dando à medida que o mercado para tais atividades, quando alguns sequer eram bacharéis, estava escasseado e necessitava-se de homens “letrados” para desempenhar funções especializadas, coisa que mudaria com o mercado de diplomas a inserir especializados. A reflexão miceliana acerca da associação entre intelectuais e Estado é útil para a compreensão de como os dois personagens escolhidos adentraram a Academia Paraibana à medida que já estavam inseridos em cargos públicos quando foram, então, eleitos.

Ao longo do Brasil republicano, e sobretudo na era Vargas, a cooptação de intelectuais para integrar os quadros do Estado atendia a uma noção da cultura entendida como “negócio oficial”, implicando mesmo um orçamento próprio para a criação de uma *intelligentsia* nos setores de “produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001, p.198). A entrada destes intelectuais dependia, fundamentalmente, do capital de relações sociais dos postulantes frente às elites burocráticas, mais do que de partidários ou facções políticas dos estados. É o contexto da Academia Brasileira de Letras, dos chamados Grandes Senhores inclusos nos quadros de membros e de um esforço dos intelectuais, muitos deles Literatos Respeitáveis, em transformar a elite burocrática em uma “força social e política que dispusesse de certa autonomia em face tanto dos interesses econômicos regionais como dos dirigentes políticos estaduais” (idem, 2001). Interpreta-se que das necessidades de a elite burocrática se “intelectualizar” é que tenham advindo os Escritores-Cidadãos, isto é, os intelectuais respaldados pelo aparelhamento do Estado em cargos públicos e com finalidades políticas imiscuídas a um legado cultural, não apenas na literatura, mas também nas “ações” (SEVCENKO, 1983). Tais intelectuais são os “escritores com poder de decisão” que, com o tempo, fazem o trajeto do “homem de ação” para o “homem de letras”, ou vice-versa. Em outras palavras, não apenas a política se utiliza da literatura, mas também a literatura da política.

A inserção de intelectuais nos cargos públicos no período que compreende a vida universitária e política de Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima já transcendia esta fase. A

época já propiciava uma constituição de mercado central de postos públicos, no qual

a posse de um diploma superior e de pistolões ou outras modalidades de capital social era o trunfo decisivo para ingresso nos quadros do funcionalismo, em especial nos escalões médios e superiores, que tendiam a monopolizar os privilégios. (MICELI, 2001, p.203)

O sociólogo ainda destaca que o funcionalismo à época servia como base sustentável para o funcionamento de governos, tendo em vista alguns escritores ao longo do Brasil terem mesmo exercido as funções de representante do Brasil em outros países ou mesmo posições-chave como secretários e ministros, como é o caso de Joacil Pereira, secretário de Estado em dois momentos de sua vida e José Américo de Almeida, ministro do governo Getúlio Vargas. Como o objetivo deste trabalho, entretanto, não está em pesquisar a profissionalização de ambos os intelectuais escolhidos, as reflexões de Miceli voltarão quando nos debruçarmos sobre a influência do Estado sobre a Academia Paraibana de Letras e seu processo de inserção de novos membros.

Pensar relacionalmente as trajetórias de Joacil e Ronaldo como atravessadas por movimentos migratórios ainda na infância devido a situações políticas adversas, o esforço para prevalecer uma ascensão com um potencial de relações sociais oriundo da vida estudantil, a entrada para a universidade e a mobilização de conhecimentos e práticas em favor, por exemplo, da capacidade de galgar posições de privilégio na liderança estudantil, no curso universitário, e na vida pública depreende de ambos os intelectuais analisados um esforço de corresponder às demandas exigidas nos mais diversos campos à altura de barganhar soluções para permanecer ou conquistar posições de privilégio.

São fundamentais para compreender a natureza destas tomadas de posição dentro do campo intelectual em imbricação com o campo político e o campo estudantil, os conceitos de sistema de defesa coletivos dentro dos campos e as relações de forças. No primeiro, “há uma luta pelo monopólio de um mercado no qual não há clientes, senão concorrentes” em busca das “gratificações compensatórias” ofertadas pelo meio, e tal luta pelo monopólio do poder é provocada pelo embate nas relações de forças que, por sua vez, são “posições sociais que garantem aos seus ocupantes um quantum suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham condições de entrar nas lutas pelo monopólio do poder” (BOURDIEU, 2005, p.28-29).

Em um dado momento histórico, e, no caso, o momento de vigência dos grêmios, da vida estudantil engajada politicamente e da cooptação de bacharéis pelo serviço público ou pela ação política, o quantum incorpora a necessidade premente deste campo e também a estrutura dele em um dado momento histórico. Essa é a expressão do habitus em uma época no qual o campo intelectual traz, necessariamente, o político, o estudantil e o jurídico, sendo por isso o próprio conceito um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1987, p.191).

O campo intelectual pode ser observado pela quantidade de amizades e influências políticas reiteradas tanto por Joacil como por Ronaldo: a maioria, mesmo estudantes, iriam galgar os marcos institucionais do mercado editorial, do serviço público ou da política como uma solução para continuar na trajetória intelectual. A própria trajetória da Academia Paraibana tinha profundas relações com o Estado à medida que incorporava a seus quadros de membros desembargadores e funcionários públicos, e dois dos fundadores, Celso Mariz e Matias Freire, eram mesmo secretários do governo de Argemiro de Figueiredo. Matias Freire, inclusive, gostaria de ter fundado a Academia Paraibana de Letras àquela época através de via institucional e estatal, com o decreto de Argemiro fundando-a, coisa que não ocorreu, mas é ilustrativa de como as práticas sociais davam-se no campo intelectual que sucedeu o ano de 1941 (GUIMARÃES, 2001).

Havendo clima propício para a profissionalização do intelectual brasileiro, através das circunstâncias descritas por Miceli, Brandão (2012) revela, de José Américo, um personagem que “se destacou no mundo dos letrados e no mundo político”, e destaca: “Neste campo ele construiu para si um habitus, coincidente com o momento em que a burguesia paulista chamava para si o status de intelectualidade brasileira” (BRANDÃO, 2012, p.69). A autora também não desconsidera as origens como “contributos para as posições por ele alcançadas no cenário nacional”, destacando ainda que suas posições nas estruturas de poder estiveram ligadas ao modo como tais influências revelaram-se na construção de um habitus capaz de canalizar as práticas propícias aos capitais dentro de três campos distintos: o campo político, o campo das letras e o campo científico.

Ganha, neste sentido, aquele intelectual que melhor souber se posicionar no campo intelectual utilizando-se, no caso da Paraíba e talvez do Brasil, das semelhanças e contributos

de algumas habilidades para se sobressair no jogo do “espaço interior da produção intelectual, simbolicamente marcado por lutas e interesses de quem está jogando” (BRANDÃO, 2012, p.70). Contribui em favor de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira o destaque propiciado pelas habilidades da oratória, poética, relações sociais com membros de grêmios estudantis, políticos e classes dirigentes, em uma época na qual as elites buscavam se intelectualizar e os intelectuais se “elitizar”.

Muitas das razões de tais intelectuais terem adentrado a carreira intelectual, que neste caso não se dissocia da carreira política, ainda que dentro de cargos públicos não eletivos, encontra exatamente na relação com o ato de esconder os determinantes sociais e as causalidades estruturais de tais escolhas. Para Bourdieu,

O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o habitus, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 1987, p.201-202).

Voltando às reflexões de Brandão, a inserção de José Américo foi influenciada pelo contexto histórico que em maior ou menor medida, tendo em vista que o autor somente morreu em 1986, foi também vivenciada por Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima, tendo inclusive ambos convivido e se aproximado de José Américo em um dado momento de sua carreira política. É emblemático, pois, o conselho que o próprio José Américo, em recorte de jornal dá ao Ronaldo Cunha Lima: “cuidado para o político não engolir o poético. Você tem que conciliar as duas atividades”⁵. Tal declaração é reveladora de que a problemática que cercou José Américo e que se encerra na trajetória intelectual de Ronaldo e Joacil são próximas. Em seu trabalho de doutoramento, Brandão (2012) destaca sobre os ressentimentos de José Américo acerca dos espaços que ocupou em vida:

No campo intelectual se destaca como escritor, porém marginal no campo científico, e no campo político fora impedido, pelo golpe, de ascender à Presidência da República. Tal ressentimento se justificaria, haja vista esta trajetória do escritor que se faz homem público por via do seu engajamento

5 Correio da Paraíba, 11 de Março de 1994. “Ronaldo: o lado completo do poeta”.

político no mundo social, ambiente onde se objetivam as práticas eminentemente definidas pelas regras do jogo. (BRANDÃO, 2012, p.70)

Bourdieu destaca que, no campo político, bem como em outros campos mais, há espaços de jogo que possuem regras próprias e, dentro de tal jogo, há pessoas envolvidas com interesses específicos, “interesses que são definidos pela lógica do jogo e não pelos seus mandantes” (BOURDIEU, 2004). O habitus estrutura-se não apenas pelas práticas criadoras, mas também pelas incorporadas, havendo neste ciclo de múltiplas estruturações reificadoras um sistema cognitivo próprio para conceber na estrutura a coerência das práticas sociais que somente obedecem a esta lógica das disposições transponíveis, tomadas de decisões motivadas por uma estrutura e uma ordem até certo ponto arbitrária, que processa a integração social segundo uma lógica própria deste habitus construído.

Pensar relacionalmente o habitus em sintonia com os campos intelectual e político com que Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima tomaram contato à época significa também imaginar como o habitus influencia na própria estruturação do campo e, porventura, por ele é influenciado, em uma troca de acordo com as posições ocupadas pelos indivíduos nestes campos. O “arbitrário” que então se faz no campo situa-se dentro do conceito com suas leis fundamentais (BOURDIEU, 2001), sendo esta lei uma menção às regras do jogo dentro de um mesmo universo social em que, ocupando posições diversas, os agentes podem ou não questionar as leis com base em níveis de capital acumulado em seu histórico particular neste campo.

Em Joacil, a vida estudantil que se iniciou com a fundação do grêmio literário Augusto dos Anjos e seguiu com o acúmulo de funções em mais dois grêmios, sem falar nas participações cívicas em passeatas, clubes sociais da alta sociedade e no teatro do estudante, deram ao jovem um conhecimento da práxis sobre como se estruturam as leis e o jogo de forças de capitais para se destacar dentro e fora, galgando novas posições, sem perder os contatos sociais que teve quando estudante, até o curso de Direito e a entrada definitiva para a vida pública como secretário de estado e depois político. Mas o essencial para entender o porquê de Joacil ter entrado para a Academia Paraibana não está no fato de ser político, e sim de como se utilizou da política para inserir-se em um campo acadêmico, coisa que se pode interpretar a partir da figura criada em torno de si. Joacil delegou a si próprio, portanto, um poder que se materializa abstratamente pelo acúmulo de forças dentro de um campo de produção simbólico e, portanto, poder simbólico não apenas para adentrar as principais

instituições culturais do seu tempo, o IHGP e a APL, sendo inclusive presidente delas ao mesmo tempo, como também reeleger-se para presidente da Academia Paraibana por cinco mandatos consecutivos. A saber,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2011, p.14)

Entre diferenças e semelhanças, Joacil e Ronaldo conviveram em grêmios, júris e governos, porém com posições diferentes dentro de um mesmo campo de produção simbólica daquilo que José Rafael de Menezes (2000) chama a atenção: a “paraibanidade”, os traços “nordestiníssimos”, que faziam do intelectual à época, aparentemente, um ente respeitável para seus pares dentro do território paraibano. E não são poucas, aliás, as citações às características de Joacil como um homem arraigado a uma ideia de paraibanidade:

Os fluxos vitais da personalidade de Joacil de Brito Pereira, que fazem dele o mais importante líder cultural da Paraíba dos anos de 1980, quando deixou a vida pública na qual se desempenhara com brilho e coerência, em Secretarias estaduais, em mandatos legislativos, esse imenso potencial que amadurece as alegrias e as afetividades de um homem plenamente realizado, provêm de uma genética onde não faltam componentes telúricos. (MENEZES, 2000, p.7)

Joacil Pereira articulou, ao longo da vida, um número não apenas de acólitos dentro do universo cultural, entre escritores e intelectuais, como também políticos e juristas conhecidos, utilizando-se, portanto, de uma correlação de forças somadas para constituir-se dentro de um campo atravessado por influências diversas, e já com personagens progressos que tivessem trilhado o mesmo caminho, sendo José Américo um exemplo deles, entre outros que, igualmente governadores e políticos, adentraram as cátedras da Academia Paraibana. Segundo José Octávio de Arruda, a Paraíba é um Estado em que os “governadores são intelectuais”. Sobre a obra deixada por Joacil, Menezes (2000, p.13), seu biógrafo, afirma: “A obra de Joacil de Brito Pereira compõe-se majoritariamente de discursos e conferências bem fundamentadas com o lastro do estudioso. Ele não é fulgurante como Alcides Carneiro, porém é sóbrio e objetivo como Samuel Duarte.” E continua, sobre como Joacil utilizou-se de seus capitais acumulados dentro de um jogo pela relação de forças no campo intelectual e político:

Um líder nunca se limita na sua ação. Pede espaço, ganha espaço, pluraliza-se. Joacil torna-se um intelectual paraibano cuja paraibanidade impressiona. Como Celso Mariz conhece culturalmente os municípios pólos. Falará com segurança em Bayeux ao receber o título de cidadão municipal, em Areia ao pesquisar para a biografia de José Américo, no Cariri de Santa Luzia pelos estudos em torno da personalidade de Seráphico da Nóbrega. (...) Mas o seu texto modelar é sobre Sólon de Lucena, o mestre-escola que chegou à presidência do Estado. (MENEZES, 2000, p.14)

Não muito diferentes são os comentários sobre a sua obra, impressos no livro de seu biógrafo. Na “fortuna crítica” sobre as obras de Joacil Pereira enfatiza-se o “homem de cátedra”, o “causídico”, o escritor, o parlamentar, o tribuno, o administrador (MENEZES, 2000). Em um tempo no qual governadores eram intelectuais, o civismo era sinônimo de culto às tradições literárias através de discursos, júris, textos filosóficos, historiográficos e memorialísticos. Joacil soube, desta forma, estruturar-se dentro de instituições que o levaram ao reconhecimento desde cedo, sabendo aproveitar-se das oportunidades que surgiram em favor de um interesse que prevaleceu sobre as chamadas leis fundamentais do campo e da resistência coletiva a ascensão sob fatores sociais determinantes e influenciáveis de uma tradição que, ele também, buscou construir.

Semelhante às práticas de José Américo (BRANDÃO, 2012), os discursos de Joacil sempre enfatizam o outro, e mesmo diante dos outros sua atuação não deixava de entrever seus próprios interesses de ascensão a partir de um intelectualismo cívico e, ao mesmo tempo, patriota à medida que, através da exaltação de personalidades em livros e discursos estava, no final, exaltando a própria Paraíba e ganhando, com isso, amigos e “admiradores”. Práticas do tipo obedecem a uma lógica de habitus incorporado com base em influência externa do próprio campo, universo social repleto de componentes, forças e regras que já existiam antes mesmo de os agentes adentrarem a ele, isto é, são práticas “herdadas” sem o potencial de herança designado pela via familiar. A exaltação da própria imagem a partir de discursos, mostrando o conhecimento sobre o outro, e no caso quando este outro representa a Paraíba, partem de estratégias para se afirmar dentro do campo a partir de seus próprios interesses (BOURDIEU, 2001), sendo o reconhecimento das regras deste jogo uma extensão da própria capacidade de o habitus funcionar como um sistema de práticas em um dado campo, fazendo-o ter comportamentos esperados para situações típicas.

A partir da autoridade conquistada como homem público, Joacil Pereira, tal qual Ronaldo, investe-se da condição de um “intelectual público” para discursar livremente e ser

ouvido pela dupla condição de homem e intelectual público, isto é, o topo da posição de forças dentro de um campo determinado é transferido para outro no afã de atender a interesses gozando de uma determinada posição de poder na estrutura dos campos correlatos: no caso, vida intelectual e vida pública. A atividade como advogado funciona como corolário ou mesmo extensão de duas afecções características da dupla condição de homem e intelectual público: a visibilidade dada pelos júris para o intelectual público e a cooptação de intelectuais pelo Estado para o homem público. As publicações em livros e discursos, neste momento, são também o prolongamento de uma atividade voltada igualmente para a conquista de reconhecimento entre as chamadas elites burocráticas (MICELI, 2001). Sobre as propriedades intelectuais utilizadas em favor político, destaca José Octávio, em entrevista, sobre a afirmação da personalidade do personagem:

Joacil começou a desenvolver suas atividades na cultura depois, porém sempre foi um intelectual. Joacil é o que eu chamo de intelectual orgânico da UDN. Ele era bom advogado, era um bacharel, falava bem. Era um bom orador, era um político completo. Porque escrevia com facilidade, bom advogado, orador, professor universitário. Todos estes elementos são atributos para a afirmação política dele. Ele não era nenhum intelectual propriamente dito: ele usava a intelectualidade dele como instrumento da política. Agora, quando ele perde espaço na política, quando ele vê que não tem mais condições, isso aí é quando ele vem para o instituto histórico, depois ele vem pra Academia. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Semelhante a Joacil e, em parte, também à tradição de José Américo, que recebeu mesmo uma biografia de autoria do próprio Joacil Pereira, Ronaldo Cunha Lima também é filho de pai intensamente ligado com atividades políticas, procurando imprimir aos discursos as referências a solenidades, personagens paraibanos e ideologias como o “argemirismo” e o populismo. Valendo-se, sobretudo, do habitus estruturado aos poucos, também como uma herança familiar do pai político, pelos grêmios literários e entidades estudantis, Ronaldo teve a chance de estar presente igualmente nos meios editoriais, através do jornal Formação, que mantinha, e dos amigos na militância estudantil e nos meios de imprensa.

Os campos intelectual e político estavam em sintonia com as oportunidades e os interesses vislumbrados pelo jovem que pareceu “vocacionado” para a atividade política desde os tempos de universitário, segundo o próprio biógrafo. Com a advocacia, os júris e os comícios, a oportunidade de Ronaldo exercitar uma oratória com vestes poéticas foi a maneira como a mobilização de capitais escalaram as relações de força dentro do campo político e intelectual visando os interesses subjacentes a quem optar por galgar posições mais revestidas

de poder simbólico. Tendo José Américo por referência, Ronaldo trilhou o caminho deixado pelo “ídolo” político, inclusive através de práticas repetidas nos discursos.

Utilizando-se, talvez, de um momento mais propício ao populismo, Ronaldo utilizou o civismo e o ideal de serviço prestado mais em favor de uma cristalização do personagem político e intelectual do que através de obras que buscassem cativar as elites burocráticas. Tal fato também coincidiu com uma época na qual a Academia Paraibana já tinha maior respaldo do poder público, inclusive tendo Joacil por presidente, a quem se atribuiu o “mérito” de renovar a sede da instituição (GUIMARÃES, 2001). Entre as elites burocráticas, com sua representação assegurada pelas cátedras acadêmicas, já era praxe que intelectuais dedicassem seus escritos aos mesmos feitos de Joacil Pereira.

Logo, Ronaldo Cunha Lima aproximou a personagem do homem de letras ao homem de ação de modo a que ambos, igualmente à atitude de Joacil, não se distinguem na prática cuja lógica somente ao campo intelectual atravessado por relações de força, tanto do lado intelectual como do político e já do lado acadêmico, pudesse conceber. Neste caso, Ronaldo incorpora no regramento e disposição ativa de suas práticas sociais o civismo a partir de uma representação de si, isto é, não propriamente dos discursos escritos e livros.

Nesta perspectiva, interpreta-se que, mais do que homenagear José Américo, Ronaldo queria “ser”, dentro de uma “transfiguração de capitais”, a própria figura de José Américo ou Argemiro de Figueiredo. Isto é, insatisfeito ou talvez conhecendo parte das limitações intelectuais que o impediriam de se dedicar a ensaios e livros filosóficos, tal qual regia a tradição dos intelectuais da época, Ronaldo faz de si um personagem sobre o qual outros escrevam. O “homem de letras” e o “homem de ação” surgem nas ambiguidades que o próprio habitus tem ao se perpetuar através da prática de um líder que jamais quis deixar de ser líder.

Ao acumular atividades, inclusive no exílio político no Rio de Janeiro, Ronaldo utilizou-se desta oportunidade para se revestir intelectualmente de um substrato que lhe faltava durante a vida, prática comum nos intelectuais da época: o conhecimento sobre a vida e obra de um “grande paraibano”. Enquanto Joacil escrevia e pesquisava a vida de intelectuais da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima utilizou-se do tempo que ficou afastado do Estado, devido à cassação política, para especializar-se em Augusto dos Anjos, chegando mesmo a participar de palestras, concursos de poesia e encontros de escritores em vários Estados do Brasil.

Porém, como observa José Octávio, “o político ia sempre com Ronaldo, pra onde ele fosse”, de modo que tais eventos, de palestras à participação em programas de tevê, foram utilizados na ordem de interesses que fazem as mudanças de posição ascendentes dentro do campo intelectual e público paraibano: o domínio sobre algum aspecto, geralmente personagem paraibano, que mostre os laços de pertencimento do orador para com aquele que é objeto do seu discurso.

O civismo em Ronaldo, pois, ganha um novo apoio com a sua volta, as novas eleições, a popularidade em ascensão e os discursos que fazia pelo Brasil para estudantes e professores. A práxis incorporada pelo conjunto de disposições apreendidas e duráveis foram, igualmente, transposta de um habitus progresso a outro, isto é, o habitus acadêmico-intelectual de ter na oratória o apoio; no conhecimento, uma estratégia de barganhar a ascensão social através do civismo declarado nos discursos; o aprofundamento na obra de algum autor ou personagem paraibano; e a dedicação à perpetuação das tradições literárias paraibanas fossem incorporados nas ações, seja nas práticas de leitura, escrita ou oratória. Sobre poesia e política, Ronaldo dedica um poema, em seu livro de memórias, acerca da prática complementar que as duas esferas adquiriram em sua formação, intitulado *O Poeta No Poder*:

Foi uma luta árdua e tremenda, / a mais difícil de toda essa contenda / que ao longo de minha vida aconteceu. / Elegendo os meus versos como meta, / a meta de meus versos me completa, / pois o poeta, no final, venceu! // O povo, que me ouviu, deu-me a vitória, / pela poesia entrei para a história, / mas o poder, em si, jamais me afeta. / Pois tendo tanto o que ouvir e o que fazer, / continuei poeta, no Poder, / sem poder, no Poder, ser um poeta. (LIMA, 2004, p.57)

Entretanto, resta uma constante não explorada na vida não apenas de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira, mas também na trajetória de José Américo, que diz respeito ao fato de as produções literárias terem ganhado significativo robustecimento em número de livros publicados após a entrada dos acadêmicos para a Academia Paraibana de Letras, coincidindo também com o momento no qual Joacil abandona a política, não concorrendo mais a nenhum cargo público, e Ronaldo, em fins do seu último mandato como governador, publica consecutivamente todos os seus livros publicados em vida, à exceção do que “precisou” para entrar na Academia Paraibana. Sendo também perceptível o crescimento na produção de Joacil Pereira após sua entrada para a Academia Paraibana, entre livros publicados, comendas, prêmios e condecorações, além de um Centro Cultural inaugurado em seu nome e a decisão

por produzir e cuidar deste Centro até o fim de seus dias, com Ronaldo, todavia, aconteceu processo semelhante. Em entrevista, ao Jornal Correio da Paraíba, de 11 de Março de 1994, Ronaldo diz querer “encerrar a carreira política e viver o resto de seus dias como poeta”.

2.4 – Os imortais “predestinados”: sobre as vias de consagração e a vida acadêmica

Antes de uma análise mais detalhada das obras e das vias de consagrações dos intelectuais aqui enfocados, vale dizer que as representações e práticas de intelectuais e, sobretudo, escritores somente “não se deixam explicar senão por referência ao campo do poder, no interior do qual o próprio campo literário ocupa uma posição dominada” (BOURDIEU, 1996, p.244). Equivale a dizer que, mesmo os escritores dedicando-se a atividades intelectuais, suas regras de ascensão e declínio neste campo estarão subordinadas a processos de hierarquização externa a influir na autonomia de um campo que, para Bourdieu, representa a “classe dominada da classe dominante”, haja vista serem os arautos da intelectualidade e do capital simbólico que muitas vezes faltam a uma elite.

Seria talvez forçoso dizer que Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira não ascenderiam no campo político caso não fossem escritores, mas o capital cultural gerado dentro de uma situação que, ao mesmo tempo, os levava a assumir posições de prestígio quando os campos são atravessados por hierarquizações diversas e a referência de posição dentro de um campo está diretamente associada à posição em outro, influi sobre o capital e, porventura, o poder simbólico que eles eventualmente terão. Sobre tais práticas e o reflexo delas nas instâncias de estruturação das próprias práticas, Bourdieu mais uma vez destaca:

O campo do poder é o espaço das relações de forças entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente). Ele é o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou de espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre os artistas e

os “burgueses” do século XX, têm por aposta a transformação ou conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele próprio a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas. (BOURDIEU, 1996, p.244)

Entendidos os escritores analisados como imersos em um campo de produção cultural, Bourdieu destaca ainda que “por mais livres que possam estar das sujeições e das solicitações externas, são atravessados pelas necessidades dos campos englobantes, a do lucro, econômico ou político” (BOURDIEU, 1996, p.246). Soma-se a essa análise de Bourdieu, como exemplo, dois comentários emitidos pelo biógrafo de Ronaldo Cunha Lima: um deles remete ao fato de tanto Ronaldo como Joacil Pereira, na visão do entrevistado, terem “utilizado politicamente a intelectualidade em favor deles”; outra menção é a do fato de Ronaldo ter conquistado projeção nacional, publicando na editora José Olympio, pelo fato de ser governador e assim “melhor divulgar suas obras”.

No caso, para um escritor à época, dada as restrições de acesso ao mercado de produção de bens simbólicos, no caso, livros, tal como ocorria nos tempos de Machado de Assis e Lúcio Mendonça, a cooptação do serviço público correspondia a um “mecenato institucional” à medida que também dava ao escritor a projeção que ele não teria independentemente, sem o aval do Estado ou das classes dirigentes. O estado dessa relação de forças irá depender muito de o quão autônomo um campo se dispõe. Isto é, de quão autônomo o campo literário paraibano entre 1930 e 1990 se disporia a conceder a um escritor a chance de viver de seus bens culturais sem depender de outras instâncias de consagração que não aquelas relacionadas diretamente às regras do próprio campo. Tudo leva à conclusão de que o grau de dependência e subordinação do campo literário ao campo político tanto revela a dispersão dos campos fora da Academia Paraibana, como revela a importância desta em conseguir uma espécie de estabilidade dentro de um antigo jogo de relações de poder.

Ora, após entrada na Academia Paraibana, torna-se visível o aumento na produção literária de ambos os acadêmicos estudados. O gênero dos trabalhos publicados, desde antes da entrada para a Academia Paraibana, também se aproximam. Considerando a data de entrada de Joacil Pereira o ano de 1972, a tabela a seguir traz todas as obras publicadas pelo acadêmico antes e depois de sua entrada para a Academia Paraibana de Letras.

Obras de Joacil Pereira ⁶	Gênero	Editora	Ano de publicação
O Sufrágio Universal	Direito eleitoral	A União Editora (PB)	1964
O Homem Público Afonso Campos	Biografia	Gráfica Universitária da Paraíba (PB)	1967
Idealismo e Realismo na obra de Maquiavel	Ensaio	Editora Universitária (PB)	1970
Novais Júnior – Apóstolo da Justiça e da Caridade	Ensaio biográfico	Imprensa Universitária (PB)	1971
O Gentil homem do Sabugi	Discurso	Imprensa Universitária (PB)	1972
Um Estadista do Império e da República	Discurso		1972
Uma Vocação Política (Simeão Leal)	Conferência	Editora O Norte (PB)	1974
Um Título de Cidadão	Discurso	A União Editora (PB)	1977
O Voto Distrital	Trabalho técnico	Câmara dos Deputados (DF)	1979
De Mestre-escola a Presidente	Conferência	A União Editora (PB)	1979
Primeiro Ano no Parlamento Segundo Ano no Parlamento Terceiro Ano no Parlamento Pena de Morte Revisão Constitucional Minha Luta no Parlamento [I] Minha Luta no Parlamento [II] Minha Luta no Parlamento [III] Temas de Direito Público	Trabalhos técnicos	Câmara dos Deputados (DF)	1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985
Argemiro de Figueiredo – A Oratória do seu Tempo	Ensaio Biográfico	A União Editora (PB)	1986
José Américo de Almeida – A Saga de uma Vida	Ensaio Biográfico	Instituto Nacional do Livro/Fundação Pró-Memória/Senado Federal (DF)	1987
Chateaubriand, o Construtor do Futuro	Discurso	Gráfica Moura Ramos (PB)	1992

A Vida e o Tempo – Orações, Idéias e Perfis A Vida e o Tempo – Memórias I A Vida e o TEMPO – Memórias II A Vida e o Tempo – Memórias III.	Ensaio Biográfico e Memórias	Editora Universitária e A União Editora (PB)	1992, 1996, 1997, 1998
Maurílio de Almeida – Uma figura encantadora e vivaz	Ensaio Biográfico	Ideia Editora (PB)	1998
Severino de Albuquerque Lucena	Ensaio Biográfico	Subsecretaria de Cultura do Estado (PB)	1999
José Américo de Almeida – O Historiador [Vol. 3 da Coleção de Historiadores Paraibanos]	Ensaio Biográfico	IHGP (PB)	1999
Civismo & Ação Pública – discursos e conferências	Discursos	Ideia Editora (PB)	2000
Gama e Mello Sólón de Lucena Horácio de Almeida José Flóscolo Ascendino Leite Álvaro de Carvalho Humberto Lucena	Ensaio Biográfico (Série Histórica da Coleção Paraíba – Nomes do Século)	A União Editora (PB)	2000
A Execução da Pena – A Ressocialização e a Criminologia Crítica	Discurso	A União Editora (PB)	2001
Odon Bezerra – Homem de Luta e de Letras	Ensaio Biográfico	A União Editora (PB)	2001
Ascendino Leite – Escritor Existencial	Ensaio Biográfico	Editora Lytteris (RJ)	2002
Um Homem e o Destino	Romance	Ideia Editora (PB)	2003

Constata-se, pela tabela, que antes de entrar para a Academia Paraibana, o acadêmico Joacil Pereira dispunha de quatro obras, sendo uma delas o discurso de posse no então Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Também é perceptível nos termos em que se apresentam suas obras, grande parte delas publicadas pela editora A União, a editora oficial do Estado, Câmara dos Deputados e Imprensa Universitária, um indicativo das chamadas “instâncias de produção, difusão e consagração” dos escritores quando estes se encontram

associados aos grupos dirigentes ou mesmo ao papel de servidores do Estado (MICELI, 2001, p.238), tendo este um histórico papel de propiciadores da atividade cultural, como parte de uma tendência em se institucionalizar o funcionalismo público intelectual como carreira. A saber,

É mediante esses mecanismos de cooptação que tais grupos têm podido resistir ao impacto de sucessivas crises econômicas e às mudanças que elas impõem à gestão política e cultural. A análise dos intelectuais permitiu revelar a imbricação entre as determinações de classe que impedem à carreira intelectual e as demandas político-ideológicas que possibilitam a absorção dos efetivos ameaçados de serem despejados pela classe dirigente. (MICELI, 2001, p.243)

A quantidade de produções contendo ensaios biográficos, discursos e memórias, quando o autor representa através das personalidades biografadas não apenas elas, mas igualmente a cidade de sua origem, são marcas fortes de uma personalidade que acumulou relações sociais cujo prestígio dado com o tempo, vez e outra, vinha de uma dedicatória através de plaqueta, discurso ou livro. Pelo número de discursos e conferências vertidas em livro, pode-se perceber os usos políticos e sociais de uma produção literária voltada para a tradição literária dos expoentes da Paraíba, como também para a promoção pessoal da personalidade de seu autor.

O culto à personalidade, entretanto, encontrou em Ronaldo, um reflexo da época pela qual passava, um culto à imagem do político ou do líder caracterizado pelo historiador José Octávio como neo-populismo. Tal foi o que possibilitou ao acadêmico centrar sua “obra” como uma ideia de serviço prestado à Paraíba, nas palavras dos discursos, nos júris e na construção de um personagem político multifacetado. Segundo a tabela abaixo, a produção e publicação de várias obras virão somente depois de sua entrada para a Academia Paraibana de Letras, e também como um corolário do declínio na própria carreira política, aqui entendido como o exercício do seu último cargo como governador.

Obras de Ronaldo ⁷	Gênero	Publicação	Ano

7 Acervo eletrônico de O Sebo Cultural e Senado Federal.

50 canções de amor e um poema de espera	Poesia		1955
Estado e Município na Reprodução do Espaço		Editora A União (PB)	1991
Poemas de sala e quarto	Poesia	Geração Editorial (SP)	1992
13 Poemas	Poesia	Seara Nova	1993
A serviço da poesia	Poesia	Pen Club do Brasil (RJ)	1993
Versos Gramaticais	Poesia	Massao Ohnor (SP)	1994
Legislação Eleitoral	Discurso	Senado Federal (DF)	1997
Discursos de Paraninfo		Independente	1998
Livro dos tercetos: em favor da língua portuguesa 3 seis, 5 setes, 4 oitos e 3 noves - grito das águas	Discurso	Senado Federal (DF)	1998, 1999
A Seu Serviço I – Atividade parlamentar A seu Serviço II A seu Serviço III	Discurso	Senado Federal (DF)	1996, 1999, 2000
Roteiro sentimental	Poesia	Grafset (PB)	2001
Roteiro sentimental – fragmentos humanos e urbanos de Campina Grande			2001
Poesias forenses	Poesia	Max Limonad (SP)	2002
Eu nas entrelinhas	Poesia e Memória	Forma Editorial (PB)	2004
Poemas amenos, amores demais	Poesia	Gráfica JB (PB)	2003

Breves e leves poemas			2005
Azul itinerante, poesia policrômica	Poesia	José Olympio Editora (RJ)	2006
Sal no rosto - sonetos escolhidos	Poesia	José Olympio Editora (RJ)	2006
As flores na janela sem ninguém - uma história em verso e prosa	Poesia e Prosa	José Olympio Editora (RJ)	2007
Velas Enfundadas: Poemas à Beira Mar	Poesia	Ideia Editora (PB)	2010

Foi bastante difícil reunir a bibliografia de Ronaldo Cunha Lima, tendo em vista não haver trabalhos biográficos sobre o personagem ou mesmo controle sobre o número de obras que publicou, entre reedições e discursos publicados. Entretanto, nota-se já uma maior ausência do Estado no custeio das obras de Ronaldo. Tal constatação pode vir a ser reflexo da época na qual Ronaldo se inseriu dentro da literatura, tempos no qual a atividade intelectual já encontrava um maior mercado editorial e um declínio da prática de cooptação de intelectuais pelo serviço público, embora o próprio Ronaldo não tenha exercido cargos públicos a não ser os eletivos. Porém, como afirma seu biógrafo, o fato de Ronaldo ser político foi decisivo para sua entrada em editoras do Rio de Janeiro e São Paulo, mostrando já um fator progresso para uma maior visibilidade de suas obras.

Tendo Ronaldo entrado para a Academia em 1994, época de seu último mandato como governador, pode-se então reaver alguns dos conceitos deixados para trás ao discutir a entrada na Academia de Letras como um reflexo de desilusões políticas, declínio das atividades públicas ou mesmo decepção com o momento político vivido. Ao citar como exemplo o Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e Machado de Assis, El Far (2000) afirma que um revés na carreira de funcionário público ou administrador governamental fez, por exemplo, com que estes três escritores se voltassem com mais atenção para a Academia Brasileira de Letras e, conseqüentemente, para suas próprias produções literárias. Em entrevista divulgada no jornal Correio, de 11 de Março de 1994, Ronaldo Cunha Lima destaca ao falar sobre o fim

de sua carreira: “Eu quero encerrar o meu ciclo, nesse misto de político e poeta, como somente poeta”.

Para El Far, a “aflição” dos três autores citados foi o engrandecimento do número de portadores de diplomas e profissionais especializados que passaram a ocupar os cargos dos intelectuais sem uma formação voltada para uma atividade específica. Ela própria considera, por exemplo, que “a inserção numa pretensiosa academia literária poderia assegurar-lhe um status institucional que o funcionalismo público não lhe concederia”, reforçando um “prestígio social já conquistado” ou o “crédito e o prestígio social que as obras não poderiam oferecer (EL FAR, 2000, p.50-51). A saber,

Como o próprio Graça Aranha (1923:26) esclareceria anos mais tarde, tais reuniões significavam, para boa parte daquele grupo, um refúgio às desilusões políticas da década de 1890: “Os espírito estavam fatigados da política. Os homens feitos, desiludidos; os homens novos, enjoados. Deu-se um nefasto absentismo da inteligência e da cultura na política e as letras apresentavam-se como o único refúgio ao talento. (Apud. EL FAR, 2000, p.47)

Tanto aos afeitos como aos não afeitos às atividades literárias, tais ambientes seriam um “espaço autônomo onde pudessem pôr em prática seus interesses”, isto é, um espaço distintivo sem as regras intrínsecas a um campo e outro, no caso, o campo político, o campo artístico ou o campo intelectual, em que os interesses prevalecessem e as regras seriam as do próprio campo acadêmico. A procura dos chamados boêmios, literatos respeitáveis ou grandes senhores pelas Academias de Letras estava, exatamente, em apagar as distinções de classe e unificá-las em uma só, congregadora de tipos diversos que, entretanto, tivessem um ideal. Segundo El Far (2000, p.51), “sob o teto de uma academia imortalizadora, poderiam almejar um reconhecimento social através do instrumento que possuíam em comum: as letras, quer dizer, a língua e a literatura brasileira”.

Neste caso, o campo intelectual no qual estes acadêmicos passariam a desenvolver suas práticas seria um campo distinto do qual vieram: mais independente, sem as regras de um campo e outro, sem os posicionamentos dispersos, dado o acúmulo ou não de capitais diferentes. Uma vez estando na academia, os capitais já adquirem o status, ou o “quantum” necessário para uma estabilidade no status, prestígio e reconhecimento social tanto de si como das obras. Sobre isso, conta o biógrafo de Ronaldo Cunha Lima em entrevista, José Octávio: “A facilidade em publicar livros pela José Olympio vinha em decorrência do fato de, também, ser governador. E Ronaldo era muito jeitoso, muito atencioso com as pessoas que o

cercavam.” (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello). A fase como governador foi, também, a fase na qual Ronaldo adentra as cátedras da Academia Paraibana de Letras, sendo os livros editados pela famosa editora José Olympio já terem vindo quando de sua condição enquanto acadêmico.

Refletindo sobre as vias de consagração no universo acadêmico, El Far destaca o uso da imprensa no esforço de legitimação dos imortais, em sua pesquisa sobre a Academia Brasileira de Letras. Segundo José Octávio, em entrevista concedida referindo-se à Paraíba, “a intelectualidade aqui é muito impulsionada pela imprensa, pelos jornais, sobretudo A União”. Desta forma, através de recortes de jornais, foi possível uma visita às reportagens e notícias publicadas na imprensa acerca da consagração de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira como acadêmicos. Algumas delas, inclusive, com pontos de contato esclarecedores sobre o universo das “leis fundamentais” que regem as posições dos intelectuais no campo predecessor ao momento de entrada no campo acadêmico.

Em alguns dos recortes adquiridos na chamada Pasta dos Mortos da Academia Paraibana de Letras, contendo recortes de jornais, notas, discursos e outros documentos que saíram sobre os acadêmicos desde o momento de seu ingresso na Academia Paraibana de Letras até a morte do acadêmico, reportagem do jornal O Norte, de 27 de maio de 1993, destaca em manchete “Escritor dispara: falta currículo para o governador”, ao qual seguem-se as palavras de José Florentino Duarte, que concorre à vaga ocupada por Ronaldo, junto dele e da escritora Balila Palmeira: “Ronaldo tem apenas a auréola do poder, mas não tem currículo para a Academia. (...) A Academia devia procurar méritos literários, enquanto o governo do Estado procura o eleitorado do povo” (Jornal O Norte, 27/05/1993).

Ainda sobre o pleito a que concorreu Ronaldo, concorrendo com dois outros pretendentes, reportagem do Jornal de Domingo, de 25 de julho de 1993, assim descreve: “Ronaldo disputou a vaga na APL enfrentando as candidaturas do escritor José Florentino Duarte, que obteve oito votos e da escritora Balila Palmeira, que conseguiu apenas um voto a seu favor, tendo sido eleito com 25 votos dos 37. Houve duas abstenções e um voto nulo”. A homenagem do jornal traz textos de Amaury Vasconcelos e Carlos Aranha: o primeiro, o acadêmico que o “recebeu” na APL e o segundo, um futuro acadêmico, discutindo os dois lados que a edição do jornal imprime a Ronaldo, isto é, “O poeta e o político”, enfatizando para Ronaldo uma “homenagem do jornal por este momento especial de sua vida política e literária”.

As reportagens, dos mais variados jornais, senão da maioria deles, mencionam os atributos acadêmicos questionados em Ronaldo Cunha Lima para assumir uma vaga na Academia Paraibana com a defesa do “poeta” em oposição ao “político”, quando não deste em complementação àquele. Há indícios de que a repercussão da ocupação da vaga de Celso Novais por Ronaldo causou alarde na imprensa, pois, como questionou o pretendente à vaga José Florentino, pressupostamente faltava “currículo” para o governador.

Aranha, na mesma reportagem do Jornal de Domingo, intitulada “O poeta, agora imortal”, destaca o “legado poético” que justificaria o “legado político” de Ronaldo através de um “natural” talento para a poesia que os detratores insistem em ver como somente mais um esforço de promoção política de Ronaldo. Há um tom de desabafo e também de resposta às críticas de muitos que não aceitam a presença de um “político” no encargo de Acadêmico, e reitera: “Que o autor vá em frente. Há espaço entre o poético e o político. É somente saber ocupá-los. Já ensinava Gilberto Gil”. De outro lado, Amaury Vasconcelos, responsável por fazer a saudação a Ronaldo em sua posse, na mesma edição do jornal assevera em tom de resposta, ressaltando o fato de Ronaldo já ter sido laureado com a entrada para a Academia de Letras de Campina Grande e o prêmio concedido pelo PEN Clube do Brasil, além de suas qualidades que, segundo ele,

Atribui-se sua eleição, ao prestígio advindo do Poder, esquecendo-o o poeta do soneto “Habeas Pinho”, declamado pelo Brasil afora, revelando o lírico boêmio, no advogado que sempre foi arguto e culto. É ingrato dizer-se a ausência de seu valor intelectual, quando com três livros a publicar na verve do aêdo, e finalmente agora, em seus “Poemas de Quarto e Sala”, o verso contido na forma do rimador que expressa quase a influência do “akay”, em condensação viva.⁸

São recorrentes, no caso de Ronaldo Cunha Lima, a resolução da decisão por ter entrado na Academia Paraibana como uma atribuição dada a seus “dotes poéticos”, mais propriamente do que ao político, muito em devido ao fato de acreditar-se ser uma Academia de Letras um espaço para literatos naquilo que a literatura vem a representar para a sociedade e não, propriamente, para os acadêmicos dentro de sua instituição. Concorre, neste íterim, a percepção da ideia de campos relativamente autônomos em uma situação da qual os acadêmicos saem, para depois entrar em outro âmbito, a de um campo já constituído dentro de sua própria lógica de poder, força e estruturação. É, portanto, uma divergência de significados

8 Jornal de Domingo, 25 de julho de 1993. “O acadêmico Ronaldo Cunha Lima”

e sentidos atribuídos que, tanto concorrem como estão igualmente em trânsito, sendo mutuamente influenciáveis.

Dentro desta reflexão é que Ronaldo passa a ser, assim, representado pela imprensa quando de sua eleição para a Academia Paraibana. O título da reportagem é “Ronaldo, o poeta do amor”, em que responde à pergunta do entrevistador sobre o seu ingresso para a Academia Paraibana de Letras:

Houve um instante na minha juventude quando presidia um grêmio literário, eu confesso que sonhei muito alto. E naquele instante eu vislumbrava um sonho, impossível, de chegar um dia a integrar Academia de Letras. Na época, ainda estudante, quando fui escolhido presidente do Grêmio Literário Augusto dos Anjos, e depois disso houve um hiato, uma interrupção. E nunca mais sonhei em chegar a Academia de Letras. Por último, num almoço, e assim de repente, meu nome foi cogitado. Autorizei a minha inscrição. Disputei e recebi como um grande prêmio por tudo que fiz e tenho feito em termos de promoção da literatura, seja como poeta, seja como governador, prefeito, promovendo e desenvolvendo a cultura em nosso Estado.⁹

Segue-se, nas reportagens, a ênfase dada sobremaneira ao Ronaldo “poeta” e, em uma das entrevistas no jornal Correio, o próprio chega a dizer: “Na posse, estará mais o poeta do que o político”. Constituem exemplo as chamadas dos jornais: “Ronaldo: o lado completo do poeta”¹⁰, em que ressalta a frase que lhe teria dito José Américo de Almeida, “Olha, cuidado para o político não engolir o poético. Você tem que conciliar as duas atividades”. Nesta mesma entrevista, Ronaldo assume dificuldades para escrever e ler devido à praxe política, revelando “frustração” por não poder se dedicar o quanto gostaria às atividades intelectuais. Porém, afirma: “O poeta sofre mais que os outros quando nota a miséria, pois o poeta tem essa capacidade de absorver mais o sentimento dos outros e através deles buscar soluções. Assim sempre me senti no governo”. Outras chamadas de jornais reafirmam a percepção sobre o poeta, mais do que propriamente o político: “A poesia immortaliza Ronaldo”¹¹ e “Ronaldo: a poesia é um patrimônio da alma”¹².

Por outro lado, de acordo com pesquisas na pasta de Joacil, percebe-se que o acadêmico, mesmo quando eleito, e também após, não manteve ligações estreitas somente com a mídia, mas com secretarias de Estado, tribunais e, principalmente, profissionais do

9 A União, 11 de Março de 1994.

10 Correio, 11 de Março de 1994.

11 A União, 12 de Março de 1994.

12 Discurso de posse na APL publicado pelo A União, 12 de Março de 1994.

poder judiciário e legislativo. À diferença da pasta de Ronaldo Cunha Lima, os arquivos de Joacil Pereira contêm telegramas e mensagens de representantes das três instâncias do poder, o executivo, o legislativo e o judiciário, além de representantes de outras instituições oficiais, seja para congratulações por algum título, prêmio ou comenda recebida, seja parabenizando-o pela entrada para a Academia Paraibana.

Diferença com relação aos arquivos de memória de Ronaldo Cunha Lima, que contêm discursos, relação de obras escritas, convites e recortes de jornal, a pasta do acadêmico Joacil Pereira demonstra toda a força de seu capital voltado para as relações sociais dentro e fora da Academia Paraibana de Letras. Contam-se vários telegramas, mensagens, e-mails e saudações escritas em agradecimento, congratulações e saudação à personalidade do acadêmico. Estão também presentes as notícias sobre as presidências que o acadêmico assumiu ao longo dos anos na APL, sendo cinco presidências ao todo. Exemplo das relações que Joacil travou junto à sua presidência com a Academia Paraibana encontra-se no seguinte recorte:

A mesa diretora do TJ, composta pelos desembargadores José Martinho Lisboa, Antônio de Pádua Montenegro e João Antônio de Moura, participou sexta-feira, de um chá acadêmico, oferecido pela Academia Paraibana de Letras (APL), presidida pelo escritor Joacil de Brito Pereira, como forma de estabelecer um relacionamento estreito entre as lideranças culturais do Estado e o Judiciário.¹³

Sobre a consagração do pai enquanto acadêmico e homenageado pela Assembleia Legislativa da Paraíba, as palavras do filho do acadêmico Joacil Pereira são ilustrativas das atividades de um acadêmico quando da estabilização de sua condição de intelectual dentro da Academia: “Na atualidade, afastado do burburinho da política, Joacil dedica-se aos labores intelectuais, como membro do Instituto Histórico e da Academia de Letras do Estado. Ensaísta, biógrafo, historiador, teatrólogo, é um intelectual consagrado.”¹⁴

São exemplos das relações de Joacil Pereira à frente da presidência da Academia Paraibana, os seguintes recortes de notícias: “APL e TJ realizam intercâmbio”¹⁵ e “Como se faz um imortal na nossa Academia”. Sobre este último tópico, um arrazoado da história, integrantes e formas de ingresso na Academia Paraibana, trazendo o destaque do presidente em mais um momento de eleição para a presidência da instituição. A saber:

13 Correio da Paraíba, 30 de Maio de 1999.

14 Correio da Paraíba, 25 de Março de 2000.

15 Correio da Paraíba, 13 de Junho de 1999.

O presidente Joacil Pereira informou que seu desejo é encerrar a sua atividade de líder cultural ao fim deste mandato que termina a 14 de setembro. “Preocupa-me – diz ele – a escolha de um nome pelos confrades que tenha amor ao encargo e não ao cargo. Que não deixe cair a Academia. Espero que se pense muito nisso”.¹⁶

Notícias sobre condecorações, prêmios e títulos não faltam. À liderança cultural de Joacil Pereira diante da instituição, seguem-se neste ponto reflexões sobre as vias de consagração e o modo com que ambos os acadêmicos, Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima, são recebidos pelos seus respectivos acadêmicos saudadores dentro da Academia Paraibana de Letras. Em passagem de discurso de posse na Academia, Ronaldo Cunha Lima faz menção aos grêmios como fonte de uma coerência com seu passado:

Ainda aqui, neste instante, há um velho sonho nutrido na clausura do tempo, escondido nas estruturas do espírito de artista modesto que cria algo, mesmo que seja uma simples poesia, e transforma a sua criação em obra de usufruto coletivo. Nutri este maiúsculo sonho durante muitos anos, a partir daquele grêmio literário que fundei com outros sonhadores como eu, e hoje o grêmio é uma Academia que de tão impotente e vistosa só caberia mesmo nos meus sonhos, porque eu também fito os Andes. (LIMA, 1994, p.230)

Para este discurso de posse na Academia Paraibana, em que sobram referências à poesia e ao fato de Ronaldo Cunha Lima ter substituído a outro poeta, inclusive dizendo “poeta senta em cadeira de poeta”, a Academia é retratada como “cenário maior da intelectualidade e da cultura paraibanas”, além de um “templo”, “onde posso me recolher pensativo para pensar o que vou colher para o meu espírito e para minha alma” (LIMA, 1994, p.244). A retórica “espiritual” atribuída à poesia e ao teor tradicionalista e místico de “auras” que povoam uma espécie de tempo dos poetas, Amaury Vasconcelos, no discurso de saudação à entrada de Ronaldo Cunha Lima, assim se pronuncia em nome de “todos os poetas e acadêmicos” ali “sepultados”: “Os mortos nos governam, e nós recebemos no prazer de vivermos para consagrar-vos e recebê-lo até o insondável dos tempos, como um dos nossos” (VASCONCELOS, 1994, p.304).

De outro lado, Joacil Pereira se recente de penetrar os “umbrais da eternidade”, em um discurso de posse que se apresenta como um ensaio sobre o seu antecessor, Antônio Alfredo da Gama e Mello. A sua retórica na biografia é vacilante ao questionar a relevância de suas

obras para estar “à altura do convívio” da casa. Sobre a Academia, ele afirma:

Vejo-a iluminada pelas centelhas dos que a integram; dos que ontem a conceberam e a constituíram; dos que redivivos deram-lhe os nomes, como paradigmas, para a composição dos seus quadros. Sinto esses influxos de imortalidade. (PEREIRA, 2010, p. 47)

Ao final do discurso, prevalece a menção ao caráter predestinador de sua entrada para a Academia Paraibana, que simula as determinantes sociais da inclusão por via de práticas adquiridas, herdadas e transponíveis dentro de um campo de ações e da própria tradição: “A cerimônia iniciática eleva-me a plano superior de um destino eminentíssimo: o da comunhão convosco” (PEREIRA, 2010, p.87). Como uma constante talvez comum às saudações para novos acadêmicos, seu saudador, Juarez Batista, ressalta as qualidades primevas do jovem Joacil Pereira que o conduziram, movido pelo “destino”, a uma “conquista” dos expoentes por parte da Academia e à “imortalidade”. Assim, referindo-lhe, “o que não quero é perder a chance de ser profeta na minha terra, ao menos uma vez” (BATISTA, 1998, p.31).

Fatores determinantes e talvez reveladores surgiram antes de as academias se constituírem enquanto entidades formalmente institucionais a agregar membros com trajetórias ligeiramente semelhantes. Entre os grupos literários existentes pré-formalização da Academia Brasileira, por exemplo, a Academia dos Seletos e a Sociedade Literária Brasileira se configuravam como entidades representantes de uma “unidade literária” que não seria, entretanto, a unidade professada e defendida pela Academia Brasileira. Isto é, a instabilidade do campo literário diante de outros campos sempre foi uma constante não apenas na realidade paraibana, como também na brasileira ou, antes, carioca.

É importante ainda destacar como relevante para a relação entre o moderno e o tradicional, porventura visto na relação entre os membros novos, ou os recém-chegados, e os mais antigos, isto é, o grupo dos acadêmicos que os recebe, uma relação de diferença de faixas etárias. Registra-se que Ronaldo Cunha Lima tenha chegado à Academia Paraibana com 58 anos, ao passo que Joacil Pereira com 49 anos. De sua eleição em 1993 até a sua posse em 1994, Ronaldo havia publicado três livros, sendo “Poemas de Sala e Quarto” o único destacado para concorrer à APL, ao passo que Joacil Pereira publicara quatro livros, contendo ensaios biográficos, historiográficos e jurídicos.

De acordo com a ordem de publicações, no livro de Guimarães (2001) sobre a História

da Academia Paraibana desde os seus primórdios, a poesia é um gênero raro, pouco explorado, ao passo que os ensaios a que Joacil Pereira se dedica são um gênero frequente desde os primeiros anos da Academia Paraibana, constituindo, logo, um gênero tradicional para os moldes e práticas estruturadas em que a Academia foi criada. Isso também pode ser remetido ao fato de Joacil Pereira ter concorrido, aparentemente, sozinho para a vaga de acadêmico, ao passo que Ronaldo Cunha Lima participou de disputa considerada “acirrada” com os outros dois pretendentes à cátedra de número 14.

A tensão vanguarda e tradição não se dá somente entre o recém-chegado e o já “imortal”, mas entre os acadêmicos mais velhos com relação aos mais novos e vice-versa. Acerca das relações entre uma aparente “vanguarda” e o cânone dentro da própria Academia, sabe-se que

As faixas etárias constituem, à semelhança de qualquer sistema de classificação, fatores de disputa simbólica entre as classes ou, pelo menos, como vemos aqui, entre as camadas de classe que, de forma bastante desigual, têm interesse no triunfo dos valores freqüentemente associados à juventude e à velhice. (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Pressupostamente, os “dominantes” agem sem riscos, tendo em vista não precisar “ser mais do que já são”, como seria o caso de Joacil Pereira a priori. Os pretendentes, por sua vez, ou oferecem um motivo louvável, por qualidades e capitais reconhecidos entre os acadêmicos, dando-lhe “legitimidade” suficiente para ser eleito, mesmo não aceitando de todo a “ortodoxia nos valores” e culto aos mesmos símbolos e escritores, ou encaixam-se e subordinam-se a um cânone já existente e uma organicidade que, mesmo enquanto comum a todos, pode ou não ser desafiada, isto é, a tradição (BOURDIEU, 2008). Ronaldo Cunha Lima, por sua vez, segundo o biógrafo, “fez-se poeta” antes mesmo de assumir a autoria de um livro de poesia: “a personalidade do político-poeta foi que o elegeu”, afirma seu biógrafo, não deixando de ser, por isso, um tipo de vanguarda com “audácias aceitáveis” para os padrões em que se fez a Academia.

Para Bourdieu, as ditas “instituições dominantes” têm em comum a “recusa dos exageros e a busca da arte na recusa da afetação e do efeito” (BOURDIEU, 2008, p.121), já a vanguarda, na contramão, “opõe o rigor ou a audácia, e sempre a liberdade, a jovialidade e a ousadia” (idem, p.122). Entre ambos, que o autor categoriza como a “direita e a esquerda” do campo cultural, seus “conservadores e revolucionários”, há também a posição neutra,

correspondente ao “centro” que, apesar de estar em uma posição liminar, não subjugase totalmente aos ditames tradicionalistas nem deixa de inovar ou propor novos direcionamentos, sendo estas as “audácias aceitáveis” que lhes permite trilhar um “caminho seguro” dentro da instituição. Em outras palavras, a continuidade de práticas que, com o tempo, foram revistas dentro de seus liames fundacionistas mais precisos, permanecem. Mesmo enquanto desviante, o recém-chegado pode ainda levar a Academia “dentro de si” desde que não fuja a regras básicas do ser acadêmico, que serão exploradas no próximo capítulo.

Para uma instituição como uma Academia de Letras, já congregadora de uma “elite” desde sua origem, se comparada a grupos de fora, as posições de dominantes e pretendentes, conservadores e revolucionários, devem ser tomadas segundo critérios internos e, eventualmente, os fatores externos influentes nestes. Diante de tudo isto, para os pretendentes, ou seja, os recém-chegados à posição de acadêmicos, a eleição seria uma “consagração do capital simbólico” (BOURDIEU, 2008) acumulado e reconhecido, uma celebração dos ganhos para a instituição e o membro eleito, porém não necessariamente sua consagração como peça chave na mudança de um “projeto acadêmico”.

Na proposição de Bourdieu, uma determinada concorrência para a obtenção da “legitimidade específica” na constituição e imposição de “símbolos de distinção legítimos”, ou seja, estas relações entre a antiguidade da instituição e os capitais dos membros, mantém-se dentro dos limites e das estratégias que explorem as leis de uma “economia específica do campo” (BOURDIEU, 2008, p.136).

Pode-se problematizar, simbolicamente, a “transferência de capital simbólico” ou a “transubstanciação” de capital a partir da vaga ocupada pelo membro eleito (BOURDIEU, 2008). Toma-se, no caso, o exemplo de Mário de Alencar que, segundo os registros de Rodrigues (2003), era perseguido pela áurea de ocupar a vaga do pai, José de Alencar, mesmo sem ter escrito nada de “relevante”. Este processo de “alquimia social” é constante naquilo que Bourdieu (2008) conceitua como o “universo da produção dos bens simbólicos”. No caso, a transferência do “valor simbólico” deu-se não apenas pelo legado familiar do sobrenome, mas pela vaga ocupada.

No caso da Academia Paraibana, tal constatação somente se realiza quando há uma demanda pelo fato de um pretendente querer “sentar” em uma cadeira que foi de “poeta”, no caso de Ronaldo Cunha Lima a substituir Celso Novais na cátedra 14; ou Joacil Pereira a

substituir o “estadista” Gama e Mello, na cátedra 17, sendo ambos administradores públicos. Porém, a realização deste processo somente se sustenta caso aos acadêmicos realmente não interessasse ocupar outra cadeira. Caso isto fosse possível, a cátedra ganharia uma dimensão simbólica maior do que a própria Academia.

O chamado “poder das palavras”, por sua vez, que surge quando as palavras “perdem” seu significado semântico próprio para ter vida nas “condições que dão poder a elas”, gerando então o conceito de crença coletiva, também existiria na relação das Academias com a mídia, outros grupos acadêmicos (entre universidades, grupos literários e associações diversas) e, sobretudo, a crítica literária. A negociação de capitais e uma “remodelagem” no projeto vigente por indivíduos e grupos que, por um motivo ou outro, souberam ascender a uma posição de “audácia legítima” ou legitimada, não dispensaria aqueles que dão “significado aos valores”. O poder do acadêmico, neste sentido, seria a capacidade de mobilizar a “energia simbólica” do conjunto de agentes responsáveis por influir no campo acadêmico, mobilizando opiniões, ou seja, jornalistas, professores, críticos literários, entre outros (BOURDIEU, 2008), em favor dos interesses que movem as relações de força dentro do próprio campo. A “entrada” nos canais midiáticos e críticos, pois, já parte de ações pregressas à própria entrada para a Academia e têm por fito legitimar a consagração no viés duplo em que o acadêmico se coloca: ganha ele com a consagração, ganha também a Academia se consagrando.

É aqui que se recorda que o “estabelecimento do valor” não é somente do produtor dos bens simbólicos, mas também daquele que goza de capital de autoridade específico para tal, dentro e fora da Academia. De tudo, à medida que foram trilhados os caminhos para a pesquisa, resta saber exatamente como as Academias enquanto instituições articulam sua influência nas trajetórias, grupos, símbolos, projetos e fatores influentes para chegar a uma das maneiras pelas quais a instituição permanece no tempo: as sucessões.

Capítulo 3

A lógica das sucessões: trajetórias a serviço da tradição

Como foi visto nos capítulos iniciais, a tradição nas Academias de Letras está imbricadamente relacionada a um conjunto de práticas sociais imersas em campos que se estabilizam ao adentrar o seu território. Isto é, tanto Ronaldo como Joacil Pereira advieram de situações externas oriundas dos grêmios, vida estudantil, vida pública e, posteriormente, quando às portas da Academia Paraibana de Letras, uma vida intelectual condizente com uma série de princípios que a Academia visa a perpetuar no tempo.

As sucessões seriam, pois, a própria celebração, recriação ou reinvenção da tradição. Uma tradição que se encontra acima das preferências individuais por patronos e antecessores, como um dos nossos indícios pôde supor, mas dentro de um emaranhado de símbolos, valores, reconhecimentos e percepções estruturadas sobre o fazer, o tornar-se e o ser acadêmico. Tradição que não é estática, bem como não realizada apenas por via dos agentes para com a instituição, mas desta para com eles, eliminando-se, pois, a concepção excludente de agente e estrutura à maneira como em uma sociedade não se concebe a ausência de indivíduos.

Para se pensar em alguns aspectos básicos que aproximam as academias de letras no tempo e espaço ao seu processo de inclusão de novos membros, vamos enumerar os fatores seguintes: a relação entre educação e missão civilizatória, a tradição como práticas dinâmicas e a percepção sobre o artístico ou, antes, o acadêmico socialmente reproduzido através das práticas. Posteriormente, uma explanação maior sobre os aspectos centrais do legado acerca da Academia Paraibana de Letras serão mais bem trabalhados, tanto da perspectiva da estrutura para com os agentes, como deles com a estrutura. Tal processo será analisado igualmente nos aspectos rituais relacionados à performance, consagração de símbolos, valores representativos e, por fim, aquilo que El Far (2000), ao referir-se à Academia Brasileira de Letras, chamou “o teatro das letras”.

Oriunda de tradição francesa, a Academia Brasileira de Letras em seus primórdios demonstrava uma aberta preocupação com o culto à língua portuguesa, a ponto mesmo de

sugerir uma reforma ortográfica inglória em 1905 (RODRIGUES, 1996). Dentro desta análise, a consciência nacional encontra-se para o conceito de civilização à expressão de uma unidade linguística, gestual, padrões de gostos e costumes (ELIAS, 1994). A noção de fronteira, neste sentido, tem um fim de minimizar as “diferenças nacionais”, manifestando uma confiança em fronteiras delimitadas de práticas e ações que possuem coerência em determinada cultura. A língua, sobretudo, é a forma manifesta de definição do que seria realmente o brasileiro em relação ao não-brasileiro, e os costumes “refinados” à estrutura mental e emocional que responde ao culto à língua como uma hoste sagrada e civilizada.

Para Elias (1994), a diferente estrutura de emoções e o diferente padrão de repugnância nos gestos ou costumes é o indício de que o processo civilizador age sobre aquilo que pensamos ser “embaraçoso”, isto é, o juízo de valor caracterizado como “bárbaro” está relacionado ao nosso “mal estar” diante de uma “incivilização” que, na análise histórica empreendida pelo autor alemão, está relacionado ao desenvolvimento do conceito de “*civilité*” em relação às línguas e culturas tidas por bárbaras ou de “classe inferior”. O intenso regramento das emoções, polidez da conduta e refinamento dos gestos como um oposto de uma condição estrutural, que tem a ver com emoções, padrões de conduta e formas de agir diferentes daquilo que se convencionou por “civilizado” será a exata medida entre o sentimento do embaraço e a condição de um “homem de letras”. Voltando, pois, às palavras do discurso de Joacil Pereira como presidente: “A vulgaridade não assenta com o espírito literário”, quando menciona os “maus costumes” e o “mau uso da língua” (PEREIRA, 1999).

Elias dispõem o “incivil” e o “civilizado” não apenas como a antítese direta entre o “bem” e o “mal”, mas enquanto estágios de um processo pressupostamente evolutivo também relacionado a gerações que se sucedem. A saber,

É bem possível que nosso estágio de civilização, nosso comportamento, venham despertar em nossos descendentes um embaraço semelhante ao que, às vezes, sentimos antes o comportamento de nossos ancestrais. O comportamento social e a expressão de emoções passaram de uma forma e padrão que não eram um ponto de partida, que não podiam em sentido absoluto e indiferenciado ser designados de “incivil”, para o nosso, que denotamos com a palavra “civilizado”. (ELIAS, 1994, p.70)

Ora, o desígnio “Letras” subentende uma série normativa de procedimentos que a uma elite, por sua vez, convém obedecer. O questionamento dos padrões instituídos ou, antes, da tradição dentro de uma Academia de Letras encontrará no processo descrito por “imersão”, a

ser visto logo mais, o formato propício a uma crítica destes procedimentos. As eleições são a reafirmação da continuidade das práticas ou pontos culminantes de mudança. Sobre a impossibilidade de um dos candidatos se eleger a uma das vagas remanescentes na Academia Paraibana, um dos entrevistados, igualmente acadêmico, disse: “eu votaria nele, mas JB não faz o perfil da academia. JB entra cantando pelos cantos, é muito espontâneo, sabe. Esse tipo para a academia geralmente é preterido. A academia não quer.” (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello).

O comedimento, a discrição e a obediência às chamadas “audácias aceitáveis” estão na pauta de preferência da Academia Paraibana de Letras, haja vista também a quantidade de solenidades que a instituição recebe e, igualmente, as sessões em que participam setores representativos da elite paraibana. O conceito de civilização depreende da Academia Paraibana a importação de expressões em latim nas plaquetas que seguem a descrição das salas, no quesito linguístico, e da natural congregação de uma “estrutura e controle das emoções humanas” voltada para o comedimento, a discrição, o “código de boas e más maneiras” (ELIAS, 1994).

Em Machado de Assis e na Academia Brasileira de Letras já havia a preocupação por abalos que não pusessem em risco as boas relações no convívio acadêmico. Não raro, nas entrevistas com alguns acadêmicos, as passagens que versam sobre a boa conduta são descritas como necessárias para tal convívio. Ao problematizar o comportamento da sociedade de corte e a organização da “cultura dos salões”, Elias (2001) demonstra que o comportamento do outro em momentos o qual o modo de agir e falar está ligado à ascensão de posições dentro da própria corte, em um círculo de coações internas e externas dos indivíduos para respeitar não apenas a si mesmos, mas a constituição do ambiente no qual estão inseridos, diz que:

Pois era perigoso comportar-se de modo hostil em relação a alguém cuja trajetória na corte estivesse em ascensão. Não menos perigoso era ser abertamente amistoso em relação a alguém em queda dentro da hierarquia; isso só tinha sentido se visasse um propósito determinado. Nesse caso, era indispensável ajustar constantemente e com precisão seu comportamento em relação a qualquer um na corte. O comportamento que os cortesãos consideravam conveniente a respeito de alguém era, tanto para si como para todos os observadores, uma indicação exata de seu status momentâneo segundo a opinião social. (ELIAS, 2001, p.108)

Analisando mesmo o “papel do posicionamento de um indivíduo” em relação à sua

“existência social”, isto é, as nuances de comportamento em relação a qual as pessoas manifestariam sua opinião ganhava grande importância. Existe mesmo, diz Elias (2001), um “tipo específico de racionalidade” produzido no círculo da corte e, ensejando a discussão anterior sobre o regramento da conduta, o “bem falar” e o “bem escrever”, afirma: “Como todo tipo de racionalidade, este também se forma paralelamente a determinadas coerções no sentido do autocontrole das emoções” (ELIAS, 2001, p.109). Para o autor alemão, as figurações sociais de uma sociedade de corte seriam definidas por coerções externas que se transformam em coerções internas e, necessariamente, a condição de comportamento de um acadêmico, por exemplo, estaria condicionada a produzir “formas de comportamento cujos traços distintivos são indicados pelo conceito de racionalidade”. O ambiente no qual os acadêmicos se inserem levaria, pois, a um autopolicimento das condutas internalizadas por coação externa, que seria o corpo de acadêmicos, a imprensa, a elite nas sessões solenes e a opinião pública, e se transformaria em autopolicimento à medida que as coações externas fossem tornando-se “naturais”, ou seja, forem se transformando em coações internas, ao controlar as “emoções efêmeras” e as “reações afetivas” (idem, 2001). Quando tais conclusões se encerram em torno do “bem escrever”, do próprio espírito de convívio acadêmico, o poeta Sérgio de Castro, um dos acadêmicos entrevistados nos diz:

O espírito acadêmico é um espírito menos anárquico, menos marginal. O meu modo de escrever não é acadêmico. Eu abjuro o ranço acadêmico. O sujeito escreve de forma verborrágica. Que é muito difícil escrever de forma simples. Eu não gosto da palavra transparente nas minhas obras porque remete muito a uma acepção jurídica. (...) Eu acho que toda e qualquer academia, não é só a paraibana, tem aquela forma de escrever meio empolada, meio bacharelesca, meio retórica. Todas as academias. (Entrevista com Sérgio de Castro Pinto)

O viés tradicionalista no qual as Academias de Letras se assentam com o tempo não diz respeito somente ao papel delas como estruturadoras das emoções e do comportamento dentro de uma instituição dominada por normas de conduta, mas também valores, símbolos e gerações no tempo e espaço. Nada mais representativo do espaço em que a Academia se insere do que as sucessões de seus membros: gerações se encontram ou se refazem a partir da eleição dos membros ocupantes em cada uma das cadeiras que, por si, já é uma constituição da história da instituição ou de uma tradição literária e intelectual.

Discutir a tradição em contexto de modernidade, sobretudo a tradição dentro de uma instituição, significa questionar-se sobre as práticas sociais no tempo e espaço. Neste sentido,

quando se pensa em tradição, na perspectiva do sociólogo Anthony Giddens, também se pensa em ruptura com um passado a partir da ideia de reflexividade dos indivíduos sobre suas próprias instituições, racionalização da ação social e o atestamento da modernidade como um dado presente na volubilidade do tempo e espaço. Sobre ela,

No cenário do que eu chamo a modernidade tardia – o nosso mundo de hoje – o self, tal como os contextos institucionais mais vastos nos quais ele existe, tem de ser construído reflexivamente. No entanto, essa tarefa tem de ser cumprida no meio de uma confusa diversidade de opções e possibilidades. (GIDDENS, 1997a, p. 2-3)

Giddens caracteriza, pois, a modernidade como uma necessidade para a reavaliação contínua de práticas sociais. Nas academias literárias há a chance de reavaliar essa tradição, mesmo encontrando-se dentro dela. Então, haveria pequenos espaços de contestação e de reavaliação do fazer e do ser acadêmico presente, por exemplo, na experiência que será descrita logo mais como uma experiência de “imersão” para a feitura do discurso. Tal experiência localiza-se no estágio imediatamente posterior à eleição como acadêmico e anterior à posse como “imortal”. Logo, tal prática é assegurada e, inclusive, prevista pelas academias literárias, sendo o discurso acadêmico de posse descrito, pelo ex-presidente da APL, Juarez Farias, como “um texto livre, desde que fale dos patronos, fundadores e antecessores das cadeiras, ou pelo menos de um deles”. O princípio da escolha, neste sentido, já pressupõe uma reflexividade sobre o fazer do discurso, para além de outras variantes textuais e simbólicas dentro do conteúdo deles, a ser avaliado mais reiteradamente depois.

A tradição, em outro aspecto, é ainda uma invenção ou, antes, uma reinvenção, intencionalmente criada pelos indivíduos para servir de liame a determinadas práticas sociais que se quer manter dentro de um grupo. Daí, a tradição trazer um sentido de coletividade, de laços estruturais dentro da avaliação e reavaliação de posição em um determinado espaço como fruto desta perspectiva unívoca de criação e recriação dos símbolos e valores que lhe constituem. Nesta passagem, é característica a citação de El Far a Hobsbawn para referir-se às tradições dentro do universo das academias, falando sobretudo à natureza dos patronos como uma tradição que se reinventa pela perspectiva dos fundadores de uma Academia de Letras. A saber,

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em

relação ao passado. (HOBSBAWN Apud. EL FAR, 2000, p.63)

As tais tradições inventadas constituem, por ora, não somente os patronos, mas a tentativa de adaptação de uma beca acadêmica para as sessões solenes, caso em que na Academia Paraibana não se realizou, ou seja, o uso dos medalhões dos acadêmicos nas sessões solenes, coisa que raramente se vê nestas sessões e a tradição do “chá das cinco”, que varia de acordo com o presidente em exercício e os recursos que estão à disposição. Sobre o comportamento anômalo da instituição paraibana com relação à instituição brasileira, refutam-se tais práticas para não parecer um “mimetismo exagerado” da Academia Brasileira, segundo os entrevistados.

Ao longo deste capítulo também será abordado o caráter de invenção conferido a conceitos como “paraibanidade” e “nordestiníssimo” na formulação de práticas e tradições para a Academia Paraibana. Tais conceitos encontram-se historicamente presentes em um passado, cuja herança é característica do posicionamento do nordeste no cenário brasileiro e, sobretudo, da Paraíba enquanto um Estado distante dos grandes centros e, por isso, afastado das discussões intelectuais à época.

Por fim, a produção dos modos de percepção sobre o fazer acadêmico ou o fazer intelectual passam por definições objetivas, isto é, estéticas, e definições sociais como um produto das normas e convenções sociais. Por sua vez, normas e convenções sociais que balizam a apreensão e a apreciação da obra de acordo com a institucionalização da percepção sobre o que significa ser um acadêmico. Ou antes, o que significa produzir como acadêmico? A significação dada às obras de caráter expressamente acadêmico, tendo em vista a situação em que a Academia Paraibana foi criada, envolta de intelectuais às voltas com revistas, jornais escolares e grêmios estudantis, atendem a uma demanda pelo “arbitrário da inculcação” de um determinado estilo. A saber,

Ao designar e ao consagrar objetos como dignos de serem admirados e degustados, algumas instâncias como a família e a escola são investidas do poder delegado de impor um arbitrário cultural, isto é, no caso particular em discussão, o arbitrário das admirações, e por esta via, estão em condições de impor uma aprendizagem ao fim da qual tais obras poderão surgir como intrinsecamente, ou melhor, como naturalmente dignas de serem admiradas ou degustadas. (BOURDIEU, 1987, p.272)

Para Bourdieu, o próprio esquecimento das condições sociais e históricas de produção da percepção e degustação do fazer artístico ou fazer intelectual estão atrelados a uma

objetivação abstrata do valor inato conferido a elas próprias, isto é, a força da “crença” diria que são objetos tão complexos que seriam capazes de suscitar “preferências naturais” apenas pela força de suas propriedades formais (idem, 1987). Logo, a força de uma percepção estética ou intelectual anterior à Academia Paraibana torna-se impossível à medida que, como se viu, os campos político e literário-intelectual não gozam de autonomia para se materializarem, porém dentro da Academia, na condição de estabilidade em que se define a produção de obras, há uma tradição de aceitação por determinadas obras, ações, representatividade e trajetórias.

Ao longo deste capítulo serão problematizadas as principais questões envolvidas na inclusão de novos membros dentro de uma Academia de Letras. As questões candentes a não autonomização dos campos fora da Academia, e a autonomia ou relativa estabilidade das relações de poder dentro dela serão fatores intrínsecos para mais uma vez voltarmos às práticas dentro do campo que formam o habitus. Porém, vale destacar que tais práticas não se encontram isoladas no tempo, havendo para a constituição do significado de certas ações o amparo fornecido pela herança dos grêmios literários, dos jornais e revistas, do viés educacional conferido à literatura inclusive como esforço de missão civilizatória e percepção sobre o nacionalismo ou, antes, a “paraibanidade”, como mais uma tradição inventada. Posteriormente, todavia, a prática destes conceitos poderão ser observados no próprio ritual de sucessão, ocasião em que a Academia mostra-se viva na preservação ou questionamento de uma tradição.

3.1 – Grêmios literários, nacionalismo e paraibanidade: a tradição antes das trajetórias

Sabe-se que a história da Academia Paraibana de Letras remete às movimentações culturais e literárias do período que compreende o início da república até os anos de 1940, quando da sua fundação oriunda de um desígnio da Federação das Academias de Letras do Brasil, através do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Neste caso, como um esforço de reflexão e conclusão sobre características, valores e formas de sociabilidade progressas entre o IHGP e a Academia Paraibana de Letras, constata-se que houve, de fato, uma importação de valores oriundos não apenas do IHGP, mas de práticas ligadas aos grêmios literários e à época em que a Academia foi fundada.

Para além de conceitos que se fizeram historicamente, as duas trajetórias analisadas aqui dividem um mesmo passado dentro do contexto de fundação da Academia Paraibana e sua imediata evolução no tempo. Os grêmios, o nacionalismo e a chamada paraibanidade encontram-se tanto no desenvolvimento dos intelectuais daquela geração, ligados à imprensa, às revistas e jornais escolares – a exemplo de Joacil Pereira, publicando desde cedo em A União, e Ronaldo Cunha Lima, com seu jornal Formação –, como também na fixação de uma atividade cívica, ainda que literária, ligada àquilo que Margarida Maria Dias (1996) chama de “paraibanidade”.

Ora, sabendo que parte das influências sobre a Academia Paraibana derivam em muito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, uma das práticas referenciadas à produção dos intelectuais liga-se ao que Dias (1996) chama paraibanidade, à medida que esta busca reconstituir na História da Paraíba a noção de como o IHGP historicamente a concebia. Segundo tal ideia, a colonização portuguesa teria trazido a civilização e, mais do que isso,

A tradição criada do passado de luta, de resistência, de inconformação com a ordem estabelecida inerente aos “paraibanos” e a aliança com os tabajaras não por uma cooptação/submissão dos indígenas, mas por uma inclinação natural desse povo por compreender que se tratava do melhor resultado para a sociedade que surgia. (DIAS, 2003, p.3)

Assim, o debate sobre a paraibanidade encontrava-se no cerne de buscar uma história oficial da Paraíba, diferenciando-a do Pernambuco, com o objetivo de se criar uma identidade paraibana com o próprio Instituto Histórico reivindicando à Paraíba uma versão de sua própria história. Tal paraibanidade encontra-se muito próxima do sentimento de nacionalidade, estando a construção deste conceito, neste contexto, ligada à resistência com a invasão dos holandeses e à defesa de fronteiras geográficas e culturais.

Indício de que, para os intelectuais da época, e mesmo hoje em dia, a paraibanidade seja importante para definir quem entra e quem não entra na Academia Paraibana de Letras, basta citar a influência que à época os grêmios tinham do Instituto Histórico e Geográfico, e mesmo a Academia Paraibana de Letras, com seus fundadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico, possuíam sobre o fazer literário dentro da Paraíba e os nortes que deveriam tomar a então instituição literária local. Algo que não apenas se expressa no passado, mas também no presente. A saber, nas palavras do entrevistado, José Octávio,

O grande mal da Academia é ainda servir ao que o IHGP quer. Essa relação

em uma certa época em que a academia precisava de membros, quando, por exemplo, ela estava às vésperas de fechar, em que só havia nove membros, era justificável que se colocasse membros do IHGP na Academia. Mas hoje os tempos são outros. E quem é do IHGP fica buscando entrar na Academia também. Eu sou contra esse tipo de atitude. (Entrevista com José Octávio de Arruda Mello)

Em outras entrevistas realizadas com os membros da Academia Paraibana, Sérgio de Castro e Hildeberto Barbosa, levantou-se a influência do IHGP sobre a Academia como relevante e muito presente nos dias atuais. Um dos entrevistados mesmo citou haver um indício de “carreira” entre os intelectuais paraibanos, no sentido de que os ingressos no IHGP seriam naturalmente “determinados” a também querer ocupar um espaço na Academia Paraibana de Letras. De todos os meus entrevistados, vale dizer que o posicionamento deles foi sempre contrário à associação de uma instituição com a outra.

Ao se remeter as atividades literárias dos anos de 1930 às revistas e jornais, inclusive tendo no Instituto Histórico e Geográfico uma das instituições que resistiram aos fracassos e dissoluções das muitas sociedades culturais e literárias que surgiram por esta época, o próprio Joacil Pereira, enquanto presidente, diz sobre a Academia Paraibana de Letras:

A Paraíba sempre foi fértil em inteligências, rica em valores humanos que honram nossas tradições culturais. E a Academia Paraibana de Letras se tornou um centro da maior importância, para perpetuar as nossas Letras, Ciências e Artes, pelo estudo e projeção de suas figuras exponenciais, visando o desenvolvimento. (Apud. GUIMARÃES, 2001, p.11)

Congregadora de inteligências e valores que, em muito, dividiam com o IHGP seus membros, objetos de instituições literárias mortas com o tempo, antes de a Academia Paraibana surgir, o instituto congregou, por exemplo, em 1907, as “efígies com as quais ornamentavam suas passeatas cívicas” do Clube Literário Benjamin Constant, estando seus membros também por trás dos Clubes Literários: Academia Paraibana dos Novos, Clube Literário Colméa e Associação D'Homens de Letras, esta última considerada o “embrião” da Academia Paraibana (GUIMARÃES, 2001, p.16-17).

Considerando que muitos destes Clubes que desapareciam foram a origem do Grêmio Literário Augusto dos Anjos, e também o Instituto Histórico e Geográfico, mais do que tudo, atuava como portador dos ideais culturais e literários da época, o próprio Luiz Hugo Guimarães atesta em seu livro sobre a Academia Paraibana que: “A única instituição cultural

permanente era o Instituto Histórico, fundado em 1905, cujos sócios sempre se atrelavam a esses grêmios, fortalecendo-os” (GUIMARÃES, 2001, p.18).

Não à toa, os grêmios literários Machado de Assis e Augusto dos Anjos, que surgiram imediatamente antes da Academia Paraibana, na década de 1930, foram resultado de toda a movimentação cultural iniciada pelo IHGP, moldados segundo o conceito de paraibanidade e nacionalismo que nutriu a formação dos intelectuais do período. Entre tais intelectuais, um dos fundadores do Grêmio Augusto dos Anjos, Joacil Pereira, e outro que viria a ser presidente do mesmo, Ronaldo Cunha Lima. Além, claro, de ambos participarem ativamente do Grêmio Machado de Assis e, somente Joacil, do Olavo Bilac.

Ainda segundo os mesmos dados historiográficos, a relação do IHGP com a Academia Paraibana não estancou pelos idos de sua criação, havendo destaque no livro escrito por Luiz Hugo Guimarães de que quinze dos sócios da Academia Paraibana, à época em que seu livro foi publicado (2001), pertenciam ao IHGP, e, dos dez presidentes que a Academia Paraibana teve até então, apenas um não pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, isto é, o acadêmico Higino da Costa Brito, no período de 1970 a 1973. Além do IHGP, a Academia Paraibana de Letras manteve “contínuo relacionamento” com:

a Fundação espaço cultural José Lins do Rego, com a Academia Paraibana de Poesia, com o Governo do Estado, com as Universidades locais, com os órgãos federais, com as unidades militares, com a Arquidiocese Paraibana, com o Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica e com o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. (GUIMARÃES, 2001, p.149)

Cada um destes aspectos são importantes para se compreender, por exemplo, três conclusões acerca dos dados levantados: o princípio autônomo de um campo interno que se estabiliza derivado de tensões entre campos externos distintos (grêmios, instituições, grupos externos); a tradição do nacionalismo e da paraibanidade influenciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; a lógica do intelectualismo cívico, oriundo dos grêmios literários e demais associações literárias, além da necessária representação de uma Paraíba na revelação de “expoentes” da “inteligência” e da “cultura”. Nestes três aspectos estão presentes a missão civilizatória como sinônimo daquilo que Joacil Pereira chama por “desenvolvimento” e “figuras exponenciais”; a produção da percepção do fazer intelectual atrelada a um desenvolvimento histórico do que este significa, bem como influência latente do IHGP; a tradição como uma marca presente na instituição oriunda de um fazer intelectual em certo

sentido patriótico, institucional e cívico.

O aspecto relacionado ao fazer intelectual será discutido no tópico posterior a este. Resta, pois, entender o ponto de vista ou, antes, o “pensamento” institucional, isto é, a que tipo de pensamento os intelectuais pleiteantes à vaga estariam submetidos? Como ele opera dentro da Academia Paraibana e o que os intelectuais entendiam naquele período por nacionalismo e paraibanidade em um contexto de nordeste, sendo esta uma concepção importante em torno da qual a Academia se forma com a influência recebida do IHGP?

Durante a pesquisa, foi emblemática a fala do acadêmico e crítico literário Hildeberto Barbosa Filho ao ser questionado sobre o processo de sucessão para a vaga deixada por Ronaldo Cunha Lima, falecido no ano de 2012. Foi perguntado ao acadêmico se dois escritores não-paraibanos, embora residentes em João Pessoa, e cujas obras literárias não se situavam, em tese, dentro da Paraíba ou versando sobre algum tema paraibano, teriam chances de entrar para a APL. O acadêmico respondeu-me, enfaticamente, que falta “paraibanidade” aos dois nomes citados, imprimindo o sentido de que, “embora residentes, não são de fato paraibanos”. Foi citado um terceiro escritor, cuja obra já se apresenta mais próxima, inclusive tendo ele escrito um livro sobre José Américo de Almeida, ao que o entrevistado assentiu ser mais possível a entrada deste.

Ora, a inclusão de membros está sujeita a determinações diversas, pois, ao tomar decisões importantes para sua manutenção, as instituições levam em consideração diversos fatores. Questões como segurança e solidariedade, bem como rejeição e desconfiança também estão presentes. Assim, aquilo que chamamos de pensamento institucional ocorre quando os indivíduos, sozinhos, não conseguem chegar a decisões importantes. Para a antropóloga Mary Douglas, uma resposta somente parece ser “correta” quando “apóia o pensamento institucional que já se encontra na mente dos indivíduos enquanto eles procuram chegar a uma decisão” (DOUGLAS, 2007, p.18).

Partilhando, desta forma, categorias de pensamento cuja origem e consequência tem por fito laços de solidariedade, Douglas (2007) dialoga com o legado de Durkheim e propõe uma nova forma de jogar luzes sobre o problema da escolha racional no momento em que os indivíduos se veem em situação de risco, vida e morte. Não é o caso neste trabalho de levantar os principais conceitos de como as instituições pensam, porém torna-se válido analisar aquilo que Douglas chama cooperação nas categorias divididas pelos indivíduos e como estas

dialogam com eles.

Como se levanta neste trabalho a noção de cooperação em torno de um sentimento de nacionalidade e paraibanidade, a reflexão de Douglas (2007) nos diz que embora os indivíduos possuam uma racionalidade sobre suas escolhas, a sintonia de pensamentos e harmonização das preferências encontram nas instituições o modo de canalizar as tomadas de decisão para o grupo. Ora, dividindo entre si símbolos, representações, valores e inclusive insígnias representativas de um passado revivido a todo momento pela própria instituição, através do ambiente composto por bustos, quadros, livros e discursos, a instituição também está dentro dos indivíduos quando também eles guiam suas escolhas para um fim específico. O princípio, entretanto, destas escolhas encontra na causalidade externa do nacionalismo motivos coerentes para manter uma tradição herdada ou questioná-las nos momentos propícios para isso.

De fato, perguntado sobre a inclusão ou não de um membro, ou no que seria decisivo para que um escritor não-paraibano entrasse na Academia Paraibana, Hildeberto Barbosa ressaltou a importância da paraibanidade que, interpretando-se de sua entrevista, está diretamente ligada à noção de “serviço prestado” e tributário de reconhecimento do que seria uma contribuição para a Paraíba ou suas instituições. O respeito às instituições encontra uma lógica interna regida por um conjunto de sentimentos, ações e práticas de uma instituição criada em torno da noção de nordeste. E a identidade, pressuposto relacional baseado nas diferenças entre o eu e o outro, seria um “essencialismo identitário” que busca nos “traços em comum” da história a confirmação das suposições de pertencimento que fundamentaria a identidade na suposta “verdade da tradição e nas raízes da história, fazendo um apelo à “realidade” (...), no qual a identidade proclamada no presente é revelada como um produto da história” (WOODWARD, 2009, p.37).

Pensando, pois, o nordeste enquanto espaços de poder e práticas discursivas, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior direciona um olhar para a criação do nordeste enquanto identidade. Ao tratar antes do conceito de paraibanidade, fica presente no texto a importância do contexto geográfico, cultural e fronteiriço de identidade ligada à região, coisa que o autor busca refletir através de um legado histórico acerca destas noções. Tais noções, segundo o historiador, são uma junção de imagens e enunciados que se repetem, frutos de diferentes discursos e diferentes épocas, pouco a pouco legando ao discurso sobre a Paraíba ou o Nordeste uma identidade criada a partir da soma destes enunciados, discursos,

imagens coletadas e cristalizadas ao longo do tempo.

Nordeste, Paraíba e demais regiões geográficas com a qual se engendra uma identidade parte de uma reação ou repetição de enunciados, sendo os discursos produzidos externamente à região, como também internamente, “monumentos” de uma construção simbólica, uma teia de significados e compreensões sobre a própria cultura. São criações históricas, necessitando de espaços em que se situam uma “rede de relações entre agentes que se reproduzem e agem com dimensões espaciais diferentes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.25).

Uma das reflexões mais interessante concluídas do trabalho elaborado por Durval Muniz foi, para o nosso trabalho, a elaboração da ideia de região como espaço de formulação de identidade a partir da disputa de grupos, por exemplo, entre o norte e o sul do país, entre uma região economicamente desenvolvida e outra menos desenvolvida. Tal conclusão dialoga com muitos aspectos vistos ao longo da pesquisa com a Academia Paraibana. Os moldes em que, por exemplo, foram elaborados os primeiros estatutos, contendo a regulamentação do uso da beca acadêmica e das solenidades já existentes na Academia Brasileira foram, em parte, rechaçadas pelos acadêmicos paraibanos para não haver um “mimetismo exagerado” da chamada Casa de Machado de Assis. A maioria dos entrevistados em nosso trabalho rechaçou algumas formalidades, enfatizando seu lado “desnecessário”, enquanto estes mesmos rituais são implantados de acordo com a presidência da instituição. Por exemplo, quando da vigência da gestão de Joacil Pereira como presidente, os chás da cinco, tradição da academia francesa e brasileira, foram utilizados como forma de aproximar a Academia Paraibana do âmbito judiciário¹⁷.

A obra de Durval Muniz reconstitui tanto a ideia de nordeste como construção de discurso identitário a partir de causalidades externas ligadas à mídia e à imprensa, entre outros, como também posiciona (e denuncia) o nordeste, a Paraíba e demais Estados em uma posição de “subalternidade” aos discursos do sul do país, região mais desenvolvida. Não esquecendo o histórico de fundação da Academia Paraibana, isto é, a instituição mais recente do gênero, o pedido da Federação das Academias de Letras do Brasil, a mediação do IHGP e de um acadêmico paraibano que também pertencia à Academia Carioca de Letras, a noção de

17 Correio da Paraíba, “APL e TJ realizam intercâmbio”, 13 de Junho de 1999.

região “marginal” foi indício, igualmente, do fortalecimento de uma “identidade paraibana” e da manutenção da tradição em incluir expoentes representativos, “inteligências” e “autoridades” que bem representassem a Paraíba perante sua própria sociedade e, igualmente, os outros Estados. Sobre a noção de posição regional e suas diferenças na formação de discursos e de identidade, o autor destaca que

Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais. (...) Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim, a região é o botim de uma guerra. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 25-26)

Dentro desta concepção, as várias Academias de Letras do Brasil visam à regionalização de uma tradição inventada: a preservação de uma “inteligência” regional, patriótica, capaz de ofertar à “insegurança” das elites a sua “Casa do Pensamento”, ofertando vantagens àqueles que entram e a oportunidade de estabilidade e reconhecimento de um trabalho voltado para a Paraíba, o Nordeste ou o Brasil. A Academia Paraibana parte da regionalização de um campo maior de produção intelectual que tinha, até 1941, a legitimação do Rio de Janeiro, Recife e outros centros como campo dominante, sendo a “paraibanização” de uma Academia de Letras a resposta para um anseio nacionalista fragmentário. No caso, seria a realização de que a pátria ou a nação não apenas está no pensamento ou na produção intelectual daqueles que estão lá, nos grandes centros, mas também nos que aqui estão, falando a partir de uma “província”, com intelectuais que produzem, agem e pensam na e sobre a Paraíba.

O nacionalismo, assim, está para a Academia Brasileira de Letras como a paraibanidade, ou, antes, um nacionalismo fragmentado e localizado, está para a Paraíba. Paraibanidade que também tem a ver com o respeito às instituições jurídicas, políticas e intelectuais, e que encontra na Academia Paraibana seu ideal de representação e símbolo de “desenvolvimento” e “valores culturais”, para utilizar as palavras do próprio Joacil Pereira enquanto presidente por 10 anos da referida instituição. A regionalização seria, no caso, uma “operação de homogeneização” em luta com forças que estão em outros espaços regionais, com fronteiras conceituais, e o Estado apto a colaborar em sua oficialização

(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001). O que está em jogo, muitas vezes, é a luta pelo conceito de nação e de região que se busca criar a partir da produção intelectual dos escritores-cidadãos.

Dentro da perspectiva enfocada por Durval, o período de 1940 em que se localiza a criação da Academia Paraibana e as duas trajetórias analisadas localiza a Paraíba no cerne de um regionalismo nacionalista e exaltativo de suas características geográficas, históricas e culturais. Superando a concepção de que o regionalismo na década de vinte configurava uma noção de atraso, de separação de regiões, elencando no discurso regiões mais importantes que outras, a nação neste período era dividida e localizada em uma noção de “civilização” do sul em contraposição à “barbárie” do norte. Isto é, tomava-se o espaço de onde se falava como referência ou centro em relação às outras regiões com “costumes bizarros” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.42).

O regionalismo que vem após esta noção de nação enquanto centro do Brasil em determinadas regiões, e o absoluto estranhamento de regiões periféricas, é sucedido pelo regionalismo que exalta questões provincianas ou locais, “já trazendo a semente do separatismo” nas palavras de Albuquerque Júnior (2001). Em uma pesquisa detida sobre a produção bibliográfica de 1941 dos fundadores da Academia Paraibana já se verifica a diversidade de escritos deste gênero: ensaios, perfis biográficos, crônicas historiográficas. Nestes escritos, a Paraíba é exaltada, abordada ou discutida em todos os aspectos por seus primeiros acadêmicos, fator que vem a se repetir, por exemplo, em maior ou menor medida na produção bibliográfica de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira, seja produzindo sobre a Paraíba ou situando sua obra e ações públicas na Paraíba e pela Paraíba.

Aspectos igualmente determinantes deste ideal de nação regionalizado, ou região nacionalizada, serão discutidos também no modo como os acadêmicos se relacionam com essa tradição. Sabe-se, até agora, que tradições dentro de Academias literárias são acompanhadas de um ideal de nação, envolto de questões externas na configuração de discursos, dependente de uma situação histórica propícia para a canalização de valores, símbolos e reconhecimento. Cabe, então, discutir o próprio trabalho do intelectual neste contexto.

3.2 – Ação pública, escritores-cidadãos e intelectualismo cívico: a noção do “serviço prestado”

No princípio deste texto abordou-se o escritor-cidadão como o escritor que, respaldado pelo papel do Estado, ocupando posições em que pudesse não apenas atuar como homem de letras, mas agir como homem de ação em nome do Estado e de instituições congêneres, são os escritores que ocuparam as cátedras da Academia Brasileira. Em oposição aos mosqueteiros-intelectuais, estes escritores não tinham na literatura, no fazer estético e na produção literária um ideal político romântico, desprovido de interesses e de comprometimentos. Os escritores-cidadãos são assumidamente os representantes da diplomacia, da justiça, do Estado e da sociedade a que pertencem, exercendo cargos, incursionando missões e dando à sua produção intelectual uma função específica, uma razão utilitária, quando não uma missão civilizatória ou mesmo vanguardista. Em outras palavras, um utilitarismo intelectual voltado para um fim específico, geralmente o engrandecimento da terra, das instituições, dos movimentos, dos personagens históricos e do culto ao “pensamento” como instância de desenvolvimento das capacidades intelectuais de um povo à maneira como Silvio Romero o entendia.

A passagem deste tipo de escritor, que assinala a transição de uma realidade do romantismo para o realismo do século XX, congrega desde escritores “desinteressados” institucionalmente com o fazer intelectual àqueles que, adotados pelas instituições estatais, passam a ser abonados de poderes circunscritos ao seu fazer intelectual e suas ações enquanto “homens públicos”. Tais escritores sublinham conceitos como o do intelectual cívico, o utilitarismo intelectual, ação pública no culto às tradições, instituições e, claro, à noção de serviço prestado como um dos requisitos para a entrada em uma Academia de Letras.

Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima se inserem na formulação de intelectuais cívicos tal qual Albuquerque Júnior (2001) tipifica como sendo o do “novo regionalismo”, esta tendência surgida com os idos de 1930, a inversão de conceitos sobre o antigo “Norte” em relação ao sul do país e a utilização de categorias criadas para a construção de uma identidade nordestina. À parte aspectos estilísticos no tocante às obras, o intelectual cívico se expressa mais na ação e no fim a que se destina sua obra do que propriamente no lado estético, à crítica propriamente dita das obras.

Uma das heranças do romantismo neste período, a concepção do intelectual como

agente modificador da realidade social, ficou presente no imaginário social à medida que a educação formal continuaria a ser, principalmente no período de 1930, uma preocupação e “prerrogativa quase exclusiva das elites” (BOTELHO, 2002, p.57). Como se sabe, o processo de cooptação de intelectuais por parte das elites políticas e do Estado, através do funcionalismo público, foi um processo verificado no Brasil com os anatolianos do início do século XX e mesmo entre o modernismo paulista e carioca, conforme nos mostrou Miceli (2001) em seu trabalho sobre intelectuais no Brasil republicano. Porém, cabe aqui analisar a importância dada à literatura que viria, por exemplo, a suscitar nos dois intelectuais estudados a emergência de livros e textos impingindo um processo de educação ou reeducação da Paraíba acerca de si própria.

Joacil Pereira, ao longo de sua trajetória intelectual produziu títulos informativos, quando não educativos sobre personagens da história da Paraíba, entremeados por textos jurídicos, discursos e historiografias diversas, ao passo que Ronaldo Cunha Lima possui dois livros de poemas cujo foco seria a educação de jovens universitários sobre o jargão jurídico, além de “Versos Gramaticais”, direcionado a estudantes sobre a própria gramática. Os intelectuais, segundo Botelho, eram chamados a desempenhar neste período seu papel enquanto instrutores, visando a uma suposta reforma moral da sociedade, “uma missão civilizatória sob a responsabilidade dos intelectuais” (BOTELHO, 2002, p.61).

As Letras até então eram vistas como a “redenção” do atraso brasileiro, trazendo neste período uma literatura escolar carregada de “valores nacionais”, como afirma Botelho (2002) em seu estudo sobre o romance *Através do Brasil*, escrito por Olavo Bilac e Manoel Bonfim. Deste estudo, em particular, confirma-se que, neste período, a noção de serviço prestado para os intelectuais estava ligada a certa identidade social no Brasil como compromisso de alavancar o país de sua própria condição “incivilizada”. Impossível, portanto, não lembrar do legado cultural e educacional dos grêmios literários, das revistas escolares e dos jornais, nos quais Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima cresceram e se projetaram intelectualmente à época dos anos de 1930 e 1940 (GUIMARÃES, 2001).

Este “catecismo cívico”, conforme afirma o sociólogo André Botelho (2002), resguarda a literatura por seu viés utilitário ao enfoque das funções de sua utilização pedagógica, isto é, uma inteligibilidade escolar para a literatura que a vê como o catecismo cívico do novo regime republicano, sendo ainda a literatura “concebida como manifestação da língua e como expressão da sociedade e do sentimento nacional” (BOTELHO, 2002, p.83).

As passeatas cívicas dos grêmios literários, as “*meetings*” descritas por Joacil Pereira em suas memórias, jornais de classe, discursos inflamados e a figura dos “deputados estudantis” servem, dentro desta lógica, à recriação e manipulação dos “valores cívicos” que uma república àquele momento precisava para se formar como Estado-nação. Neste contexto utilitário e republicano, a nação seria não apenas uma tradição inventada, mas a ideologia política de legitimação de um processo histórico a que nossos intelectuais juvenis se entregaram.

A juventude de Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima, entre outros intelectuais estudados, aproximam-se deste histórico de disposições a que o intelectual se prestava como representante de uma época e do culto às tradições literária que, conforme se percebe nas produções bibliográficas e nos discursos de muitos acadêmicos registrados no livro de Luiz Hugo Guimarães, jamais se afastou do viés cívico e, por consequência, de sua característica pedagógica. A noção de “serviço prestado” descrita pelo entrevistado e crítico literário Hildeberto Barbosa é, mais uma vez, aproximada às noções de paraibanidade, viés utilitário social e importância redentora do próprio intelectual.

Este esforço de ação pedagógica não apenas como forma de integração nacional, procurando aproximar as regiões do Brasil na constituição de um sentimento nacional, mas também de integração a um “cenário civilizatório nacional” (VELLOSO, 2010), no período de surgimento da Academia Paraibana de Letras, foi o que deu aos intelectuais tal “ideal heróico”.

Para Velloso (2010), o instrumental científico dos intelectuais e seu fim civilizador em uma terra de analfabetos era a carta de entrada para a modernidade. A Academia Brasileira seria “projeto” de uma sociedade em moldes modernos para a época em que surgiu. A dialética da “redenção do atraso”, portanto, parece estar sempre presente no ideário intelectual presente em academias literárias.

Após a passagem de ambos pelos grêmios literários, Joacil Pereira manteve significativa atuação intelectual nos livros, júris e atuação política. Seu viés, antes e depois da entrada para a Academia Paraibana pareceu estar sempre encaixado dentro de um intelectualismo voltado para a “paraibanidade” e o “nordestiníssimo”, que seu biógrafo José Rafael de Menezes (2000) ressalta ao chamá-lo “o líder cultural do século”. Percebe-se nas obras e na trajetória o “homem de ação”, isto é, o político e o administrador público, ao

mesmo tempo em que, dada a condição de “homem de letras”, permitiu-lhe utilizar-se desta faceta para produzir uma obra na Paraíba e sobre a Paraíba. Segundo José Octávio, não apenas para a entrada nas diversas instituições culturais de que fez parte, mas também para a inserção no meio político, o qual voltou a adentrar em 1977, anos depois de ter entrado para a Academia Paraibana e para o IHGP. A ação pública e o intelectualismo cívico em Joacil Pereira ganha a tonalidade de um escritor-cidadão engajado e pedagógico na instrução da Paraíba sobre seus “expoentes”, ou seja, figuras exponenciais do que seria um espaço reservado à intelectualidade dentro deste pedaço de Brasil à busca de visibilidade e reconhecimento.

Ronaldo Cunha Lima, por sua vez, integra à figura do populista o fazer intelectual não realizado nos livros ensaísticos e historiográficos de Joacil Pereira. Muito embora tenha publicado discursos e textos informativos sobre o fazer político e a administração pública, além de dois livros de poemas voltados para o fim educacional, sua percepção sobre o serviço prestado encontra-se mais na realização enquanto “homem de ação” que busca no “homem de letras” a tradução do populismo e da personalização de um personagem caricato. Semelhante à Joacil Pereira, Ronaldo entrega-se às Letras quando de um momento de reclusão política, momento no qual se especializa na obra de Augusto dos Anjos, sendo este o maior legado no sentido pedagógico que daria à Paraíba para seu reconhecimento como escritor-cidadão, ao canalizar o homem de ação e o de letras, à medida que também o intelectual cívico, a distribuir versos, discursos e palestras sobre Augusto dos Anjos pelo Brasil e a Paraíba.

O sentido do fazer cívico em ambos é distinto, mas se aproximam, na percepção do serviço prestado, a uma revisão do passado histórico ou heróico da Paraíba ou do Brasil que se busca “criar”, através de estudo sobre seus “ilustres” intelectuais, do interesse em levar o conhecimento “científico” a público e de fazê-lo de forma que esteja em sintonia com um fim institucional de respeito às tradições e instituições pátrias. Se em outro momento a Academia Brasileira surgiu como uma “busca obstinada da identidade nacional”, com uma experiência histórica que aproxima o Brasil da América Latina ou da França (VELLOSO, 2010), a Academia Paraibana buscaria a identidade paraibana, ou, antes, nacional-paraibana, com uma experiência histórica que aproxima seus intelectuais do Brasil e de outros Estados em uma mesma situação de “subalternidade” e distância dos grandes centros.

Em sintonia com o que Durval Muniz chama de “o novo regionalismo” como pauta de interesse da produção e da ação destes intelectuais retratados, em oposição à noção de

nordeste como sinônimo do “atraso” e do “marasmo cultural”, Velloso destaca sobre a concepção do moderno e da brasilidade:

Tais ideias descortinam um panorama cultural complexo, e o regionalismo destaca-se como uma das categorias reflexivas da brasilidade modernista. (...). Se considerarmos a história como lugar de construção de representações através das quais os indivíduos pensam a sua presença no mundo dando sentido aos seus atos e modelando sua memória, é necessário reconsiderar a questão. No início do século XX esboçaram-se diferentes leituras da tradição e todas buscavam atualizar o passado, conectando-o com as demandas do presente. Nesse contexto, não se sustenta a identificação do regional em oposição ao moderno. (VELLOSO, 2010, p.47)

A seu modo, Joacil Pereira e Ronaldo Cunha Lima viabilizaram, para a época em que entraram na Academia Paraibana, uma releitura destes parâmetros comparativos do moderno como uma faceta, também, de intelectuais que atuavam fora dos grandes centros. Destacando aqui que Ronaldo Cunha Lima teve uma experiência no Rio de Janeiro e em São Paulo logo após ter seus direitos políticos cassados, e que Joacil Pereira estudou na Faculdade de Direito do Recife, não se pode dizer que ambos tenham estado isolados no processo de formulação sobre o que seria a Paraíba diante do resto do Brasil.

O serviço prestado, deste modo, foi o de escritores-cidadãos em sintonia com a reformulação do conceito de Paraíba, atendendo às intencionalidades de agentes que ambos admiravam, tais como José Américo de Almeida, mas não pela via estética. Tomaram o serviço prestado à maneira de uma crítica à percepção do moderno instituída pelas elites paulistas e cariocas, impulsionando uma “visão harmônica” da cultura baseada no nacional e formulando uma brasilidade que, dadas as devidas parcelas de diferença, foi semelhante em muito ao projeto de identidade entre os intelectuais da Academia Brasileira.

Se nos idos do século XX a brasilidade era uma noção fragmentada, uma “obra inacabada” segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), as interpretações eram muitas, passíveis de discordâncias, mas respondendo a ideais, propósitos, princípios que, no caso de ambos os intelectuais estudados neste trabalho, tinha fins políticos, cívicos, pedagógicos e patrióticos. Ainda segundo Velloso (2010, p.87), tomando de empréstimo a Sérgio Buarque de Holanda, “todos estavam voltados para a singularidade brasileira buscando entendê-la na articulação do conjunto civilizatório”.

A noção de serviço prestado como indício de particularidade da inclusão de Joacil

Pereira e Ronaldo Cunha Lima na Academia Paraibana de Letras pode ser interpretada como um reverbero de tradições já existentes. Moldados, à época, a situação e a “liberdade criativa” do habitus dentro de suas estruturas “estruturadas” fundantes, os dois personagens traduziram em ações e letras aquilo que em maior ou menor medida a Academia Paraibana parecia esperar de futuros acadêmicos.

Comparando-se com os conceitos apreendidos dos antigos estudos sobre academias literárias, estão em Joacil e Ronaldo o interesse em “formalizar e institucionalizar um passado glorioso” das Letras paraibanas (EL FAR, 2000), tendo em vista que ambos exaltaram e se aprofundaram na obra de acadêmicos, patronos e fundadores; o “mérito literário”, definido historicamente como o engajamento na construção de um estudo para guardar a paraibanidade, o “desenvolvimento cultural” e o “fulgor” da intelectualidade local; a busca por “reconhecimento oficial enquanto árbitros e produtores de cultura” frente ao Estado e as elites a partir da entrada na Academia Paraibana, bem como a herança de uma literatura enquanto “missão civilizatória, nacionalista e emancipatória” vinda do parnasianismo e romantismo (NEEDELL, 1993, p.227-228); a participação no processo histórico em curso, candentes às questões políticas e sociais do seu tempo, utilizando-se do prestígio social dado pela literatura, consagrando uma imagem consolidada da sociedade e da sua elite, incluindo-se mesmo nos âmbitos da elite e atribuindo “validade às formas de criação e reprodução cultural que se instrumentalizassem como fatores de mudança social” para o ideal civilizatório (SEVCENKO, 1983, p.81).

Conforme atesta o biógrafo de Ronaldo Cunha Lima, tanto em Joacil como em Ronaldo a literatura fora usada para fins de consagração, reconhecimento e contribuição em termos de serviço prestado a uma historiografia do “pensamento” paraibano, interpretado pelo próprio como uma forma de mostrar os laços de pertencimento da Paraíba para com o Brasil a partir de sua intelectualidade, pensamento este que não se encerra apenas nos trabalhos ensaísticos e historiográficos, mas no próprio ato de fazer a intelectualidade enquanto ação pública. Neste quesito, Ronaldo sobressai-se como o declamador dos discursos: à sua maneira, buscou criar uma aura de intelectualidade mais presente na prática política em si do que em trabalhos bibliográficos; Joacil Pereira, por sua vez, foi intelectual de outra formação e também outra época: com a revolução de 1930 foi obrigado desde cedo a tomar posições políticas, desenvolveu uma produção bibliográfica numerosa em parte por ter participado dos círculos intelectuais na Faculdade de Direito do Recife, berço da intelectualidade nascente, ao

passo que Ronaldo instrumentalizou sua intelectualidade para os comícios, júris e discursos, vindo a dedicar-se ao fazer intelectual quando do seu exílio no Rio de Janeiro, no qual se aprofunda na obra de Augusto dos Anjos. Em ambos, porém, está presente a concepção do serviço prestado enquanto um legado para a tradição de preservação da intelectualidade local, do conhecimento sobre o Estado, suas instituições e principais representantes.

3.3 – A perspectiva da homenagem póstuma e o “teatro das Letras”

Perpassada por ritos, símbolos, valores e discursos que se cruzam e mantêm processos sociais no tempo, a Academia Paraibana possui um calendário programado de atividades cuja dinâmica move-se a partir de um rito de passagem bastante característico da permanência de entidades do gênero: o ritual de sucessão. O rito de passagem que completa o ritual de sucessão inicia-se pela morte do acadêmico até a necessária posse do acadêmico eleito para o suceder, passando por momentos que, à medida do possível, serão analisados aqui de acordo com os conceitos de nacionalismo, paraibanidade, serviço prestado, ação pública e intelectualismo cívico.

Com a morte do acadêmico, sucede-se o período de trinta dias, descrito pelo entrevistado como necessário para marcar o dia da homenagem póstuma dada pela instituição, ocasião esta em que acadêmicos descritos como os mais “chegados” ou “cujas afinidades fossem mais sólidas” com o acadêmico falecido prestam homenagens livres em “discursos de saudação e honra”. Sucede-se, desde a data de falecimento até a realização da homenagem póstuma, o prazo máximo de sessenta dias, quando então o presidente, obrigatoriamente presente na ocasião, declara aberta a vaga da cadeira e “se inicia” o processo de sucessão, estabelecendo um prazo de até 90 dias para a inscrição de membros pretendentes.

Segundo descrição dos membros titulares que entrevistei sobre tal processo, em especial os respectivos ex-presidentes da Academia Paraibana, Gonzaga Rodrigues e Juarez Farias, o processo abre-se ao trigésimo dia, mas há uma “data vênica” ao fato de a família do acadêmico falecido “estar preocupada com velórios, missas e com a homenagem póstuma a ser realizada”. Assim, o processo oficial, ou “institucionalmente”, conforme descrito pelos entrevistados inicia-se entre o trigésimo e o sexagésimo dia. A homenagem póstuma, ocasião

na qual se reúnem acadêmicos, familiares e amigos do acadêmico falecido é realizada na própria sede da instituição, quando o presidente abre a sessão solene com uma breve saudação ao acadêmico, seguindo-se, desde então, a leitura das saudações dos acadêmicos presentes primeiro e, logo após, relatos dos familiares e amigos.

Neste período, foi relatado, por um dos entrevistados, haver indicações internas por parte de membros titulares para determinadas figuras públicas. O processo de indicação e “campanha” para eleição de novo membro inicia-se mesmo no ato de homenagem póstuma, quando, reunidos em torno da perda de um membro efetivo, cogita-se a eleição de um e outro. Alguns possíveis candidatos à vaga deixada estão presentes à cerimônia, ainda que esta seja de outro acadêmico, como se pôde presenciar na homenagem póstuma a Joacil Pereira.

O significado e a importância de tal momento é culminante para o entendimento do processo porque, neste ponto, a dimensão humana de uma performance por parte dos pretendentes à vaga encontra na saudação ao acadêmico falecido uma forma de encenação que está no corpo, na fala e na escolha de símbolos que são “parte integrante das representações e não meros artifícios ou etiquetas” (DURKHEIM, 1996). Dos três pontos elencados por Schechner (2011) como sendo o liame fundante do contato entre a antropologia e o teatro, para este momento, a “transmissão do conhecimento performático” torna-se o mais representativo, tendo em conta o fato de que os membros, geralmente “não indicados” formalmente, mas indicados “por membros, familiares e autoridades políticas e públicas” são costumazes frequentadores de homenagens póstumas e conhecidos dos acadêmicos então participantes da cerimônia. Diante da familiaridade de indivíduos oriundos de grupos externos às várias sessões solenes da Academia Paraibana, acaba-se tomando contato com o código de conduta e os valores propugnados pela instituição, presente também em bustos, quadros, museus, entre outros objetos espalhados pelo prédio.

Trata-se de um recurso “fleumático” à maneira de demonstrar para a Academia Paraibana o “apreço do futuro candidato à instituição”, conforme descreve um dos entrevistados. As performances, antes aprendidas com a rotina de participação nas homenagens e com o contato através dos acadêmicos, possuem uma vida independente, subordinadas à “audiência que as ouve, ao espectador que as assiste” (SCHECHNER, 2011, p.4), levantando, assim, a questão subjuntiva sobre a ligação entre a transformação da consciência e a relação entre os *performers* e aqueles para quem a performance existe, isto é, sua audiência. São significativas, pois, as passagens representativas das normas, performances

e coações apreendidas pelos indivíduos em sociedades de corte, conforme descreveu Elias (2001).

Eis, então, o ponto de divergência no qual se inserem Erving Goffman e Victor Turner, ao se tomar por base que o primeiro apresenta-se como um “observador do teatro da vida cotidiana”, e o segundo se interessa particularmente pelos momentos de suspensão de papéis, ou seja, pelo meta-teatro da vida social (DAWSEY, 2005).

A cerimônia de homenagem póstuma constitui-se como o “meta-teatro” do ritual de sucessão, ao não fazer parte do processo de sucessão institucionalmente falando, mas dos “bastidores”, no máximo um processo de sucessão que “se inicia” para aqueles que pretendem ocupar a vaga deixada pelo acadêmico falecido. Tal cerimônia, presente na maioria das academias de letras em território nacional, reúne em torno do acadêmico falecido os atributos materiais e simbólicos necessários a uma moção da instituição para com um característico fator de unidade social: os valores, “um respeito quando a representação que o exprime nas consciências é dotada de tal força que, automaticamente, suscita ou inibe atos” (DURKHEIM, 1996, p.212), além da materialidade simbólica do ato, no qual não só o sentimento pela perda de uma parte da instituição é revelado, isto é, o próprio membro falecido, mas de parte de um “elemento constitutivo”, este sistema de noções descrito por Durkheim (1996, p.234) como “delirante” também à medida que “acrescenta aos dados imediatos uma intuição sensível e projeta seus sentimentos e impressões nas coisas”. Para Douglas (2007), tais sensações são o que, no momento de decisão ou de rendição ao pesar pelo falecimento do acadêmico, irão unir os laços de solidariedade e cooperação em sintonia com um desígnio maior, um pensamento institucional, que os une e aproxima enquanto acadêmicos. Não à toa, alguns acadêmicos pretendentes à vaga deixada estão presentes nesta homenagem póstuma.

A questão que se encontra presente neste ponto é que o tal “delírio”, uma representação encenada do que seria a perda de uma parte dos valores propugnados pela APL pelos pretendentes no ato da homenagem póstuma são, ainda, encenações apreendidas de contextos extemporâneos àquela ocasião. Enquanto para Goffman os atores reúnem-se em um determinado espaço social para interpretar as representações figurativas durkheimianas em torno de objetos, pessoas, cerimônias e ocasiões, para Turner as performances possuem um fim em si também quando não são apresentáveis à luz dos olhos da audiência.

Neste processo, os pretendentes a acadêmicos, performáticos na denegação ou

simulação do próprio interesse em ingressar na instituição, subjugam-se à performance mesmo quando não estão à vista da audiência dos familiares, amigos e acadêmicos. Desenvolve-se uma natural encenação por todos os espaços ligados ao interesse em questão: a imprensa, a universidade, as conversas informais após a homenagem póstuma.

Para fins de entendimento de como determinados comportamentos, palavras e atos dos pretendentes à vaga de acadêmicos são interpretados na homenagem póstuma, no que possa ser útil para a compreensão do ritual, está a transmissão de como se dá este conjunto de práticas sociais reproduzidas não apenas por um “roteiro”, conforme define Schechner (2011), mas na possibilidade de um conhecimento performático integrativo e repassado entre acadêmicos titulares e pretendentes. Tal conhecimento é, em si, o conhecimento da prática ligada a um ritual em específico, não sendo pois apenas resultado do *habitus*, mas das regras do jogo das práticas culminantes na definição de papéis dentro de uma determinada situação. Notadamente, as regras do jogo que precisam ser conhecidas e jogadas para a efetividade do sentido das práticas sociais.

A performance dos pretendentes torna-se mais complexa do que a simples encenação de um roteiro quando estes encontram nos espaços para além da homenagem póstuma, “outros palcos”, nos quais as representações de interesse, denegação do status de “celebridade”, prestação de honrarias à importância da APL e ao acadêmico falecido são apreendidos por uma espécie de “ofício do pretendente” à vaga, posto que “antigos *performers* ensinam papéis que são reservados para que eles interpretem” (SCHECHNER, 2011, p.17).

Segundo as secretárias entrevistadas, quando das visitas agendadas com as mesmas via telefone para a concessão de uma entrevista sobre a APL para esta pesquisa, nos momentos em que o gravador de voz utilizado para captar o som não mais estava ligado, foram revelados alguns detalhes posteriormente anotados pelo pesquisador. Ao longo da pesquisa foram entrevistadas: Marileide e Marinele, secretária do turno diurno e bibliotecária da APL, além de Tânia, secretária de Joacil de Brito Pereira, e também do turno vespertino da APL, sendo encarregada de organizar as cerimônias de homenagem, sucessão e posse. Porém, somente pôde-se colher informações mais precisas sobre o processo ora descrito através de Juliana, ex-secretária, mas à época de realizada a entrevista a atual secretária organizadora, inclusive, das cerimônias descritas. Desta feita, em uma conversa sobre o processo com o gravador de voz desligado, foi descrito não apenas a parte do “roteiro” da homenagem póstuma, mas os

bastidores em torno das indicações, das eleições e “chapas”.

Embora não haja indicações formais, podendo “qualquer um se inscrever”, raramente os candidatos inscritos vêm de outras esferas que não sejam as já do círculo acadêmico, de grupos internos ou da “indicação informal” de figuras públicas de reconhecimento para a instituição. Para este fim, novamente segundo um dos entrevistados, faz-se campanhas internas entre os acadêmicos, lançando “chapas” encabeçadas pelos pretendentes e a exposição privada, diretamente entre os acadêmicos, dos motivos para o seu ingresso.

Nas palavras de Dawsey (2005, p.21), novamente Turner busca “nos momentos de interrupção, os instantes extraordinários, isto é, o teatro do teatro, o meta-teatro da vida social”. Define-se, neste texto, a homenagem póstuma e os derivativos dela nos mais variados espaços sociais em que os pretendentes possam “performatizar” as atenções dos acadêmicos para a figura dele próprio como forte candidato, uma experiência de meta-teatro do ritual de sucessão.

Para sintetizar esta primeira fase do ritual de sucessão dentro da Academia Paraibana de Letras, vale destacar que não se trata de uma parte integrante do ritual em si, pois o ritual de sucessão “começa mesmo com a abertura da vaga na cadeira”, segundo um dos entrevistados, o acadêmico e ex-presidente Juarez Farias. Ainda sobre ela, destaca: “tudo que se faz antes de o presidente declarar aberta a vaga da cadeira é exterior, fora e no momento em que a homenagem póstuma é feita” (Entrevista com Juarez Farias). Fala-se, portanto, de um ambiente que tem por característica ser um teatro (ocasião em que os acadêmicos e não-acadêmicos reúnem-se na homenagem póstuma) e o meta-teatro (a situação externa, de amabilidade com parentes, amigos e discussões sobre os novos candidatos). Um momento no qual, presentes em uma mesma sala, encontram-se parentes, amigos, acadêmicos, pretendentes e, necessariamente, a bandeira da APL, pois, como atesta Durkheim (1996, p. 227), o signo, além de tudo, é o princípio e o fim do “desenvolvimento de ações orientadas”.

A título de complementação, o brasão de ambas as instituições, Academia Brasileira de Letras e Academia Paraibana de Letras, aproximam-se em termos de semelhança, sendo o brasão da APL uma sucessão de círculos concêntricos, contendo na parte superior o nome da instituição e ao centro um sol estilizado com a legenda *Decus et Opus*, a significar “estética e trabalho” em latim. Por fim, na parte inferior, a data de fundação da entidade. O brasão da ABL assemelha-se a este somente no que diz respeito a um símbolo recorrente: os ramos de

folhas de louro, que sempre contornam as informações contidas no brasão em ambos os símbolos. No caso da Academia Brasileira de Letras, a inscrição Ad Imortalitatem toma o lugar central. A seguir, ambas as imagens de seus respectivos brasões.



3.4 – A eleição do novo membro e o período de "imersão"

Da ocasião em que é anunciada, pela comissão eleitoral do processo, o novo acadêmico, até a cerimônia de posse, um espaço de até seis meses é dado para que o acadêmico eleito elabore um estudo “aprofundado” sobre a história da cadeira na qual fora empossado. Tal ocasião, um estágio liminar em que o acadêmico, após a realização das eleições e antes de sua posse oficial “é” e, ao mesmo tempo, “não é” ainda um imortal é descrito como um momento de “imersão”, de “preparação intelectual, e houve mesmo quem tivesse definido “espiritual”, para o discurso e para a posse. Para um dos acadêmicos entrevistados, “preparação do discurso de posse não é fácil, é fatigante, e é preciso nele demonstrar o seu interesse por ocupar aquela cadeira, com determinado patrono e tantos quantos forem os sucessores”. Ainda sobre o litígio que culmina com esta fase, descreve Juarez Farias, ex-presidente da instituição:

Os interessados apresentam à academia o seu currículo, a relação de obras publicadas ou de que tenha participado e uma comissão, o conselho diretor da academia, designa um de seus membros para relatar o pedido de inscrição, que será examinado pelo conselho e o conselho aprova ou não. Aprovado pelo conselho, 60 ou 90 dias depois, este currículo é levado à eleição, que é feita pela maioria absoluta da academia, no sentido de que não pode haver uma eleição na academia a que não estejam presentes pelo menos 21 acadêmicos. O candidato que obtiver a maioria dos votos entre os

acadêmicos presentes e em condições de votar, ele é o eleito. A comissão eleitoral proclama o resultado e o presidente homologa. (Entrevista com Juarez Farias)

Conforme já foi dito, na APL opta-se por deixar “inteiramente livre” a inscrição, sendo este procedimento descrito por Juarez Farias como “distinto da Academia Brasileira, em que as eleições ocorrem por indicação”, isto é, mais uma das particularidades a que se dá uma instituição literária longe da filial brasileira.

Realizadas as inscrições, o conselho verifica se a inscrição é ou não objeto de eleição. Caso o conselho denegue uma inscrição, o candidato pode recorrer à assembleia geral da academia, constituída pelos quarenta acadêmicos titulares, para rever seu pedido. Ainda sobre a escolha do acadêmico e o período de “imersão”, quando o resultado é homologado e o eleito já “têm consciência do que é preciso ser feito”, diz ainda Juarez Farias:

O que é levado em conta para a eleição de um acadêmico é o passado, ou seja, o que ele já fez de relevante. O que se vai fazer não pode. Ninguém pode votar no futuro. A presunção é de que, tendo sido aceito para ser acadêmico, tenha-se capacidade de fazer o discurso acadêmico. (...). Aconselha-se que seja feito um estudo do ocupante da cadeira desde o seu primeiro ocupante até o último ocupante. Porém, estima-se que seja feito um recorte enfatizando os feitos mais importantes de cada um dos ocupantes, sobretudo nas cadeiras em que há muitos. Os feitos mais importantes dialogam também com realizações notórias para o Estado da Paraíba. Supõe-se que o candidato diga algo sobre ele próprio também. (Entrevista com Juarez Farias)

Uma série de normas, prescrições, relatos e avaliações sobre o período são suficientes para enquadrá-lo como o momento em que a APL não apenas passa por um período liminar da aceitação do novo membro que, embora eleito, não tomou ainda posse (sendo um não-membro), mas de reavaliação do acadêmico eleito sobre si e sobre a natureza da instituição. Contidos neste processo estão todas as propriedades socioculturais de um período “liminar”, conforme descrito por Turner (2005), ocasião em que a condição interestrutural deste fenômeno permite ao membro eleito uma completa ausência de estrutura de posições, hierarquias ou cargos, mas lhe dá, em contraposição, o fulgor da reflexão sobre as normas, valores e sentimentos que, voltando ao estágio de estrutura, no processo de reagregação, conforme descreve Van Gennep em *The Rites Of Passage*, alguns dos sentimentos e fatos aceitos em configurações enfeixadas são “decompostos e refletidos em seus elementos” (TURNER, 2005, p.151; VAN GENNEP, 1978).

Embora mais sensíveis em sociedades de pequena escala, os chamados ritos de passagem existem em todas as sociedades. Na divisão estabelecida por Van Gennep (1978), em sua mais reconhecida obra, o rito de passagem obedece às regras que se utiliza no estudo do ritual de sucessão ora descrito e analisado: a separação, a margem e a agregação. Turner (2005, p. 138), por sua vez, descreve tal processo como um “estado de movimento progressivo, um processo, um devir e, no caso dos ritos de passagem, até mesmo uma transformação”. Para o autor, a reflexão sobre estados fixos e transições, isto é, formas estruturadas calcadas em valores, normas, sentimentos e relações sociais fixas e obedientes à estrutura e o estágio de transição para uma nova condição, são assim descritos:

Os ritos de passagem não se limitam às crises de vida culturalmente definidas, mas podem acompanhar qualquer mudança de um estado para outro. (...). Os ritos de passagem dizem respeito, também, ao ingresso num estado recém-alcançado, seja ele um cargo político ou a afiliação a um clube exclusivo ou sociedade secreta. (TURNER, 2005, p. 139)

Na descrição do autor, ritos de separação e agregação estão mais ligados à estrutura social do que os ritos de liminaridade, outro dos conhecidos conceitos de Turner a dialogar com uma condição não-estrutural de passagem para uma determinada investidura. No período liminar descrito, o sujeito, no caso o membro eleito e ainda não empossado na cadeira de acadêmico, é um sujeito “estruturalmente invisível”, um “neófito”, sobretudo no entendimento de como o grupo opera mentalmente determinados sistemas classificatórios e, dessa maneira, “organiza” a relação entre membros titulares e aqueles que se preparam para assumir a condição de imortal.

Tanto ao distinguir os períodos de liminaridade e *communitas*, quanto ao definir estágios rituais diante da “invisibilidade estrutural”, não-classificatória, ambígua e paradoxal (TURNER, 2005) dos seres liminares, Turner elenca determinados seres transicionais como parte importante, talvez a mais relevante do seu estudo geral sobre estados liminares, ambiguidades e processos sociais. No período preparatório do discurso de posse, algumas das categorias trabalhadas por Turner (1969) ao definir diretamente a diferença entre liminaridade e *communitas* encontram respaldo. A submissão ao silêncio, a humildade e a chamada “pedagogia da liminaridade”, isto é, “agir somente de acordo com os impulsos conferidos pela estrutura social e seguir os impulsos psicológicos do indivíduo” (TURNER, 1969, p. 129) são o suficiente para entender o porquê de esta etapa do ritual de sucessão ser de discricção, “imersão” e estudo. A saber, nas palavras de Juarez Farias, em sua experiência como

presidente,

O acadêmico deve falar de si, mas para definir princípios, valores, orientação intelectual da qual se firma ou filia, mas não pra falar de si como pessoa física, como cidadão comum. No período de estudos de 6 meses o acadêmico não necessariamente fica isolado da instituição e dos outros membros. Ele procura os outros acadêmicos. Procura bibliotecas, universidades, centros de formação e pesquisa. Isso depende do acadêmico. Não há modelo. O normal é que ele faça uma pesquisa e a recomendável análise. (Entrevista com Juarez Farias)

Ainda sobre a relação do acadêmico eleito com a instituição e, mais diretamente, a assembleia, o conjunto de cargos, como presidente, conselho fiscal e conselho diretor, o mesmo entrevistado afirma:

O acadêmico eleito somente irá tomar contato com a assembleia geral da academia no dia da posse. Ele pode recorrer aos acadêmicos, ele já foi eleito, mas ainda não toma o contato oficial. O contato que se dá é na posse, quando ele é recebido na academia. A posse é uma cerimônia de recepção, quando a academia recebe, por indicação do próprio empossado, um recipiendário que vai dizer que a academia está recebendo ele. A ele cabe discorrer mais sobre a personalidade, a vida, o modo de ser e a obra do acadêmico eleito. Sem, no meu entender, utilizar-se da biografia. (Entrevista com Juarez Farias)

Entende-se por Academia, assembleia e demais instâncias deliberativas da instituição aquilo que Turner (1982) define como a estrutura social de organização do grupo, isto é, as relações sociais empíricas e relevantes para as práticas e processos sociais que se dão no tempo e espaço. O membro eleito, enquanto ser transicional é posto, neste período de “reclusão institucional”, em um contato íntimo com uma esfera silenciosa, instrutora e necessária definida por “imersão” ou “estudo”. Neste momento, não haveria distinção de cargos, carreiras, status, propriedade ou mesmo personalidade que os distinga de outro acadêmico em situação semelhante: “é ele com ele mesmo, no máximo ajudado por outros mais próximos, porém sempre com este respeito”, diz o entrevistado.

Os membros titulares, nesta etapa, antes de tudo representam os “valores axiomáticos”, ou, como melhor define Turner (2005, p. 144), “a personificação da autoridade auto-evidente da tradição”. Afinal, como não raro os acadêmicos eleitos não são “estranhos” para aquele meio, como ocorre de algumas vezes se elegerem juízes, professores, artistas e jornalistas já do convívio entre os acadêmicos, os membros titulares são os “tutores” antes e durante o ritual de sucessão.

Entretanto, cabe neste espaço uma reflexão sobre as possibilidades do discurso que virá a desenvolver e a importância deste “momento preparatório” não mais para o membro, corporificado em um “límen” não-físico, mas também para a instituição que, junto a ele, também parece passar por um momento de transição. Dado o caráter individual conferido à “imersão”, pretende-se então elencar algumas das hipóteses levantadas de acordo com as entrevistas coletadas e o arcabouço teórico levantado para o trabalho que se cumpre: (1) Turner (2005, p. 147) elenca como importante para ser destacado no estágio de liminaridade o fato de ser não só uma “mera aquisição de conhecimento”, mas uma “mudança do ser”, no sentido de que uma “aparente passividade se revela como uma absorção de poderes que se tornarão ativos depois de o seu status social ter se redefinido nos ritos de agregação”; (2) Há relatos de discursos “inflamados”, “longos”, “ofensivos” e “ousados” na memória dos acadêmicos entrevistados, o que reflete aquilo que o autor outrora citado descreve quando, em sendo uma atividade individual e naturalmente reflexiva, “durante o período liminar os neófitos são alternadamente forçados e encorajados a refletir sobre sua sociedade, seu cosmo e os poderes que geram e sustentam” (TURNER, p.151, 2005).

Abrindo conclusões agora para um debate acerca da natureza individual, “liberal” e “reflexiva” deste período liminar para a Academia Paraibana de Letras, ao passo que não somente o acadêmico eleito, mas também a APL “transita” de um estado para outro, é que nos desdobramos sobre a natureza da liminaridade enquanto este terreno em que “há uma certa liberdade para prestidigitar os fatores da existência” (TURNER, 2005). Nos discursos de posse de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira não se encontram menções críticas à instituição Academia Paraibana, sua tradição ou mesmo aos membros antecessores, incluindo patronos e fundadores. O tom dos discursos é laudatório, enfatizando, por exemplo, "O poeta" que senta na cadeira dos "políticos e poetas" no caso da saudação a Ronaldo Cunha Lima e da "honra acadêmica" que é receber o intelectual Joacil Pereira. Este último, por sinal, elabora um ensaio reflexivo extenso sobre seu antecessor, fundador e patrono da cadeira número 17. Isto é, embora o campo de reflexão sobre si e sobre a tradição da Academia Paraibana esteja nos discursos, aparentemente as duas trajetórias aqui estudadas não se serviu deste recurso para instituir um indício de mudança, coisa que poderia ser mais bem caracterizada em um estudo detalhado sobre os discursos acadêmicos.

Turner conceitua o “liminóide” como um derivativo da palavra liminal, em que, comparando-se ambas, o estágio liminal propriamente dito estaria mais ligado a atividades

coletivas relacionadas ao trabalho enquanto esforço integrador e social mais sólido; já na definição de liminóide, o conceito do “lazer” ou do trabalho não direcionado para um fim social em si é mais preponderante e associado àquilo que o autor chama “tempo livre” (TURNER, 1982). Assim, “inovações técnicas, produtos originados de ideias, trabalho enquanto fonte independente de crítica e atividades criativas” (idem, p. 15) são associadas, dentro de um mesmo período liminar, a situações liminóides, sem que esta seja uma imagem invertida do que a liminaridade representa para a coletividade. Logo, o período de imersão no qual o indivíduo eleito para a instituição precisa elaborar seu discurso de posse é um período de liminóide.

Até então, foram especificadas duas fases decisivas dentro de um mesmo ritual de sucessão: (1) a fase de morte do acadêmico, bastidores, comoção e o meta-teatro em torno da homenagem póstuma até a abertura da vaga e (2) o procedimento individual do membro eleito em sua experiência de “imersão” no estudo e preparação do discurso. Pode-se ensaiar que um tenha laços de liminaridade bem mais visíveis do que outro, uma vez que o primeiro se constitui como uma atividade coletiva: a reunião de amigos, familiares, acadêmicos e pretendentes em uma homenagem póstuma ao falecido. Ao passo que, do ponto de vista individual, no segundo caso, a situação liminóide na qual o acadêmico eleito deve demorar-se sobre uma pesquisa isoladamente, contribuindo ao final dela com o objeto de um trabalho com fins bem definidos e, de certa maneira, fatigante esteja próxima a uma situação liminóide, mas não menos coletivamente representativa. A saber,

em gêneros liminóides da literatura e da arte industrial, e até da ciência (mais realmente homólogo ao pensamento liminal tribal do que a arte moderna), o grande público está debruçado sobre as inovações individuais, a única pessoa que ousa e opta criar. (...). Na liminaridade está a semente do liminóide, esperando apenas maiores chances no contexto sociocultural para estabelecer um candelabro ramificado de muitos gêneros culturais liminóides. (TURNER, 1982, p.28)

Victor Turner reconhece, então, o “poder destrutivo” da liminaridade, que coloca o indivíduo sócio-estrutural em contato com as dimensões da crítica e da especulação. Para Turner (1982), ela é ao mesmo tempo mais criativa e destrutiva do que a própria norma estrutural. A liminaridade, em outras palavras, é “capaz de desestruturar e questionar normas, figuras, símbolos, signos e formas sociais estruturadas” (TURNER, 1982, p.32). O que, entretanto, é curioso observar em Turner talvez seja a leitura da liminaridade como algo

“paradoxal, limite, perigoso e negativo”, conforme descreve DaMatta (2000) ao questionar a validade negativa destes sistemas relacionais em particular para o Brasil, em que a “institucionalização do intermediário” tornou-se um fato social corriqueiro.

Ao mesmo tempo em que, na fala geral dos entrevistados, permanecia a noção de dever para com a preparação do discurso, cumpre observar que havia dissensos entre eles no que diz respeito a como o discurso deve ser estruturado. Embora conste do estatuto da instituição e nas orientações dos ex-presidentes entrevistados uma determinada forma de fazer o discurso, seguindo as menções “honrosas” a todos os ocupantes da cadeira e ao patrono, para outro ex-presidente a menção a ser feita é o acadêmico quem escolhe, com as condições de que se escolha “pelo menos entre o antecessor e o patrono”. Nas entrevistas com os acadêmicos, a estrutura do discurso é tomada como uma referência, nunca como estilo, tendo em vista que há reclamações de que acadêmicos tenham privilegiado muito o lado “biográfico”, em detrimento de um “estudo crítico”; ao passo que outros fogem à “regra de citar o patrono e os ocupantes” e demoram-se mais em digressões, como “releituras de episódios históricos”, “menções a símbolos e figuras públicas”, “reavaliação da literatura e da academia paraibana”. Entretanto, cabe aqui deixar claro que a tradição e a percepção sobre o serviço prestado estão presentes no discurso à medida que, na exaltação de pelo menos um dos ocupantes da referida cadeira, estaria ali uma posição sobre a estrutura de ações desenvolvida pela Academia Paraibana, seus valores, representações e serviços para com a sociedade paraibana. Esta seria, pois, a regra dentro da maioria dos discursos.

Cumprido destacar oportunamente, ao final desta parte, o aprofundamento crítico valioso que DaMatta (2000) fez sobre a perspectiva “essencializada” definida por Turner para caracterizar o processo ritual em seu estágio de liminaridade. No caso brasileiro, a liminaridade seria uma oportunidade de fuga das gradações e hierarquias da sociedade para escolhas pessoais pautadas no “eu essencial”, ao contrário do “nós essencial” na interpretação dada por Turner. Assim, DaMatta (2000) questiona a aplicabilidade do conceito de liminaridade a situações em que o esvaziamento do sentido de tal termo se dá por uma prevalência de sua qualidade enquanto essência, que desconsidera o contexto dos rituais em favor de uma essência humana voltada para a inversão classificatória ou experiência de intensa reavaliação das estruturas sociais através da liminaridade. No contexto de tal discussão, os discursos dos acadêmicos, nesta fase de preparação caracterizada como individual, seriam a concretização no campo teórico da forma como a sociedade, isto é, a

Academia estaria presente nas representações e categorias trabalhadas dentro deles. Mais uma vez, a Academia Paraibana vista como uma forma de despir-se das tensões sociais, políticas e culturais existentes na legitimação dentro de um determinado campo intelectual, “unificando as classes”, dando homogeneidade aos membros e fazendo-os despir-se do jogo de relações de forças externo é característica.

Para DaMatta (2000), embora o conceito de liminóide se aproxime de uma esfera de atividade individual possível dentro de uma estrutura liminar em que a individualidade é somente cultivada “fora do trabalho”, em cenários “designados para atividades de lazer” (TURNER, 1982, p.41), tal conceito ainda é subordinado a uma visão “essencialista” de fenômenos liminais e liminóides integrados coletivamente no processo social, “uma condição central da condição humana” (DAMATTA, 2000, p.17). A individualização, para o autor, não se mostra extremada ao ser dividida dentro de um espaço interno de subjetividade, mas constitui um estado que é complementar ao grupo. Trata-se, sobretudo, de uma espécie de autonomia que não constitui separação radical, mas uma “solidão”, “ausência”, que acaba promovendo um renovado encontro com o grupo social, sobretudo quando há a mudança de status social. Assim,

a liminaridade e as propriedades nela descobertas por Turner não têm poder em si mesmas. Mas é a sua aproximação de estados individuais que faz com que os noviços se tornem marginais. É, em uma palavra, a individualidade que engendra a liminaridade. No fundo, os ritos de passagem tratam de transformar individualidade em complementaridade, isolamento em interdependência, e autonomia em imersão na rede de relações que os ordálios, pelo contraste, estabelecem como um modelo de plenitude para a vida social. (DAMATTA, 2000, p.23)

Deste modo, parte-se, então, para a análise do resultado da preparação intelectual, ou estado de “imersão” do acadêmico eleito, no qual são elaboradas as “digressões”, “narrativas” e formas textuais sobre aquilo que, coletivamente, constituem as representações coletivas e os símbolos da unidade social em redor da qual reside parte das práticas e processos sociais a manter instituições do gênero no tempo.

3.5 – A cerimônia de posse e o discurso acadêmico

O ritual de reagregação, conforme definido por Van Gennep (1978), inclui fenômenos e ações simbólicas que representam o retorno dos sujeitos às suas novas, relativamente estáveis, bem definidas posições na sociedade como um todo. A cerimônia de posse, quando principia o acadêmico às obrigações e deveres do membro eleito, constituem, no entender dos acadêmicos, não só o momento em que se recebe o diploma e a comanda, o medalhão representativo da Academia Paraibana, mas também a lista de obrigações e deveres. Normas estas que, nos dizeres do estatuto inclui, segundo Juarez Farias:

integrar a assembleia geral da entidade com direito a voz e voto, exercer diante da eleição, como titular ou suplente, cargos criados pela assembleia geral, eleger os sucessores dos associados falecidos, representar a academia em eventos por designação do presidente. Os deveres: participar das atividades da academia, apoiar a manutenção da academia, colaborar para apoiar a divulgação ou ações da academia, desempenhar missões especiais desenvolvidas pelo presidente, trabalhar no sentido de cultuar a memória do seu antecessor. Esses deveres são vistos dentro de uma certa flexibilidade, porque, na realidade, eu acho que um problema que está levando uma tremenda de uma dificuldade em longo prazo para as academias é que estes hábitos e costumes criados durante décadas ou séculos até eles já não são compatíveis com a dinâmica de hoje. (Entrevista com Juarez Farias)

Deste modo, o rito de iniciação que, em nosso trabalho começa com o meta-teatro, as ações performáticas dos pretendentes criadas em torno da homenagem póstuma e além dela, alongando-se até as determinações individuais do membro eleito e sua necessária preparação para o momento em que, este sim, é o de sua efetiva posse, compreende um apanhado geral de como os ritos acompanham “qualquer mudança de lugar, estado, posição social” (TURNER, 2005), isto é, um estado de transição.

Segundo a descrição de um dos entrevistados, o ex-presidente Gonzaga Rodrigues, a sessão se inicia com a constatação da presença acadêmica. Na experiência dele, “tem que ter um mínimo de acadêmicos presentes, pra se dizer que é uma sessão em primeira colocação, segunda ou em qualquer número”. Em seguida, compõe-se a mesa de recepção do futuro acadêmico, constituída pelos presidentes ou representantes dos três poderes: o governador, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ou, como disse o entrevistado, “seus respectivos representantes”. A cadeira ao centro

da cerimônia é ocupada pelo presidente da Academia Paraibana. Diz-se, sobretudo, que embora a mesa “tenha espaço para 10 pessoas”, estes quatro ocupantes são inamovíveis e, além deles, caso haja presente “autoridades” ou “personalidades públicas e da intelectualidade, como reitores, secretários de estado, grandes nomes da intelectualidade”, estes são chamados até a mesa ficar a mais completa.

Em cerimônias anteriores, como a de homenagem póstuma a Joacil Pereira, já se constatou a presença de representantes de entidades culturais, educativas, estatais e que "prezem" pelo conhecimento científico, como é o caso do IHGB e do Instituto de Genealogia e Heráldica. Isto é, os representantes convidados, entre desembargadores, juristas, médicos e administradores públicos, são interpretados como símbolo dos propósitos pátrios a que se destina a Academia: o respeito às instituições, o patriotismo e a paraibanidade. Sobre a solenidade de posse, nas palavras de Juarez Farias:

Constituída a mesa, o presidente dá início à sessão; no meio, uma comissão de acadêmicos entra para introduzir no recinto o acadêmico que será empossado. Quando ele chega, o presidente pede que todos fiquem de pé e manda executar o hino nacional para que os trabalhos dêem início. Terminado o hino nacional, o presidente dá a palavra ao empossando, e ele faz o discurso dele; em seguida, o presidente dá a palavra ao recipiendário, o acadêmico que fará a recepção. Em seguida ao discurso do acadêmico, ele entrega o colar, o medalhão acadêmico, o diploma de acadêmico, que são coisas que nós aperfeiçoamos na minha gestão. Ao final, o presidente faculta ou não a palavra e a sessão se encerra. (Entrevista com Juarez Farias)

Não há roupas ou vestimentas específicas na ocasião da cerimônia de posse por parte dos acadêmicos, além, claro, de todos estarem em ternos e gravatas, com roupas formais para a ocasião em si. A ausência da beca, interpretada como “informalidade”, é ressaltada por um dos entrevistados como “exclusividade da Academia Paraibana de Letras”, uma vez que destinar uma roupa específica para a ocasião seria um "mimetismo exagerado da Academia Brasileira ou da Academia Francesa”. A chamada beca acadêmica, conforme descreve o estatuto, somente é prescrita para ser usada nas sessões solenes de Assembleia Geral, não fazendo nenhuma menção ao uso dela nas cerimônias de posse. O local da cerimônia, por sua vez, quase sempre é na própria sede da APL, porém, por questões de espaço no auditório, muitas vezes a cerimônia fora realizada em teatros ou sedes de órgãos públicos e privados da cidade, a exemplo do auditório da Federação das Indústrias da Paraíba (FIEP), Teatro Santa Roza e mesmo auditórios de tribunais. A sintonia, vale destacar, entre a Academia Paraibana e as instâncias de consagração da elite paraibana, órgãos públicos e patrimônios históricos são

inúmeras, reafirmando o compromisso dela com tais lugares, representantes e símbolos. Nas palavras do presidente, entretanto, haveria uma movimentação entre os próprios acadêmicos para que a cerimônia seja realizada no próprio prédio da APL.

Perfaz a tônica dos discursos acadêmicos menções ao Estado da Paraíba, aos literatos antecessores, destacando-se, quando não a figura do patrono, a de escritores “ilustres”, fundadores de outras cadeiras e igualmente pertencentes à APL. O adjetivo e referência mais utilizada para bem definir os acadêmicos antecessores e, mais uma vez, principalmente o patrono ou fundador em sua atividade em vida, quando não a si próprio, é o de “predestinação” ou “destino”.

Nos discursos, são igualmente recorrentes menções ao caráter “místico”, “sagrado” e “divinatório” conferido aos “imortais” que os antecederam e à própria atividade do acadêmico ou fim a que se destina a APL, estando também inclusas referências a instituições de onde vieram os acadêmicos. De outro lado, a atividade do “imortal” dentro da academia é recorrentemente adjetivada por “luta”, “lida” e “guerra”, geralmente em se tratando diretamente do Brasil, da Paraíba, suas instituições e principalmente do nordeste enquanto uma condição de “nacionalidade” (SUASSUNA, 2000). Uma nacionalidade que, nas palavras de Joacil Pereira em seu discurso de posse, é também o povo:

Apenas aprendiz de escritor, com incursões no ensaio e na historiografia, rápida passagem no jornalismo provinciano. E a minha tribuna! A tribuna que nasceu nas praças, brotou dos anseios coletivos, interpretando os sentimentos das massas e, por isso, foi sempre do povo; depois parlamentar e do povo; forense e do povo; agora, terá de ser também acadêmica. (PEREIRA, 2010, p.47)

Sobre a relação com os grêmios, a atividade intelectual e a predestinação daqueles que, na juventude, dedicaram-se aos grêmios como atividade intelectual e política, toma-se o exemplo de trecho do discurso de posse do acadêmico Ronaldo Cunha Lima:

Nutri este maiúsculo sonho durante muitos anos, a partir daquele grêmio literário que fundei com outros sonhadores como eu, e hoje o grêmio é uma Academia que de tão imponente e vistosa só caberia mesmo nos meus sonhos, porque eu também fito os Andes. Não sofri pela espera nessa longa trajetória que me trouxe até aqui. Aproveitei o tempo para enriquecer a vida e sedimentar a alma. (LIMA, 1994, p.236)

Concluindo, no discurso de posse do acadêmico Antonio Juarez Farias, em 04 de

junho de 2004, define-se o patrono da cadeira de número 26, o Padre Inácio de Sousa Rolim, nos seguintes termos:

Os nascimentos simultâneos do grande educador e da cidade que ensinaria os sertões a ler revelam a predestinação do homem e a missão diferente, especial, inigualável e inesquecível que lhe foi reservada por Deus. (FARIAS, 2004)

À relevância de uma análise mais detida sobre a natureza simbólica contida nos discursos acadêmicos, bem como em saudações, na ocasião da homenagem póstuma, e discursos de recepção, soma-se a analogia entre a vida social e o drama ou teatro naquilo que Cavalcanti (2000) chama de “recurso narrativo ao drama como poesis, como atividade plena de mecanismos de simbolização”, fazendo a autora um apanhado da obra do Turner no que diz respeito à antropologia da performance e a necessidade de narrativas que justifiquem os dramas sociais.

Em se tratando de representações coletivas, as referências feitas nos discursos de posse à terra de origem dos acadêmicos antecessores e patronos, além da origem do próprio acadêmico empossado, parecem atender sempre à mesma função, isto é, conforme o acadêmico Ariano Villar Suassuna (2000) descreve no referido discurso “levar adiante a luta em favor do Brasil”. Ideia que, coincidentemente ou não, repete-se na maioria dos discursos acadêmicos, e com outras palavras, a exemplo do discurso do acadêmico Antonio Juarez Farias (2004), “manter a imagem de que a tão pequena Paraíba pode, sem pretensões ou vaidades descabidas mostrar que os seus filhos a fizeram grande há muito tempo e hão de fazê-la crescer ainda mais”.

As referências ao sagrado soçobram em passagens como, novamente, cita-se do discurso de Joacil Pereira: "De repente, uma visão arrebatada-me para as moradas celestes. E vejo que eles, realmente, não morreram. São imortais. Os seus espíritos estão aqui: onde está o espírito está a vida" (PEREIRA, 2010, p.87). Na mesma passagem, a menção ao antecessor da cadeira ocupada por Joacil Pereira, o jurista Antonio Botto de Menezes, é assim descrito: "Celebro, comovido, todos os seus feitos de herói. Evoco a sua vida e época. E ele, num enlevo divino, repassa os seus maiores sentimentos – o amor à terra, a paixão da Justiça, a vocação da liberdade". (idem, 2010). Nota-se, pois, não apenas o sistema de crenças em que repousa as referências ao sagrado, mas a relação entre aquele que é denominado "herói" para com o "amor à terra", tônica que perfaz todo o discurso.

Para Durkheim (1996, p.10), tal aspecto pertence a um “sistema de crenças”, uma base segundo a qual todos os “cultos” devem ter um “número de representações fundamentais e de atitudes rituais que têm sempre a mesma significação objetiva e desempenham sempre a mesma função”. Algumas recorrências dentro dos discursos, portanto, atendem como símbolos componentes de um sistema geral de representações, incluindo a bandeira, o brasão, referências à Paraíba, à finalidade da Academia e como os acadêmicos a representam, os patronos, os ritos e, por fim, os discursos e o seu conteúdo, ou seja, “uma combinação de suas ideias e sentimentos” e elementos de “força moral” para a unidade do grupo (DURKHEIM, 1996, p.23).

Em contexto semelhante, o princípio da dádiva, conforme conceituado por Marcel Mauss em seu Ensaio sobre a dádiva estaria presente também no princípio segundo o qual as trocas de cadeiras na Academia respondem, por exemplo, às trocas de medalhões entre os acadêmicos. Ao morrer um acadêmico e eger-se outro, imediatamente um novo medalhão é confeccionado para o novo imortal e este é muitas vezes interpretado como uma concessão adquirida pelo outro, conforme é o caso da citação de Joacil Pereira em uma parte do seu discurso intitulada "Evocação". Sobre a passagem da condição de imortal de um a outro, o próprio acadêmico ressalta:

Há um que se sobressai do meio deles. Vem ao meu encontro. Estende-me a mão: encoraja-me. Reconheço, logo, pelos gestos largos e francos, pelo timbre de voz característico, pela estatura atlética e elegante, pelo porte varonil, pelo rosto amorenado e pelo olhar cintilante: é o meu antecessor e fundador da cadeira número 17; é Antônio Bôtto de Menezes. (...). Faço-lhe respeitosa saudação. Mas ele me abraça e me chama de irmão. (PEREIRA, 2010, p.87)

Considerando que, em momento posterior, o próprio Joacil dirá que é “pela mão” do seu antecessor que ele se dispõe a sentar “neste silogeu” é que a insígnia de uma dádiva se faz representar nas palavras do discurso. A dádiva, que vem através das trocas, propicia a coesão social e as relações de saber e dom entre indivíduos e divindades, em que os bens em questão não são apenas objetos, mas cargos, honrarias, privilégios, o “mana” da vida social através da reciprocidade nas relações entre indivíduos. A saber,

o momento das trocas extrapola a própria noção de bens materiais em si, para atingir uma dimensão simbólica, onde o papel social do indivíduo é que dá continuidade à cena. Em outras palavras, as trocas de bens materiais e simbólicos são fenômenos construídos a partir do contexto social no qual se inserem. (SILVA, 2009, p.92)

Sobre a relação de trocas entre indivíduos, antecessores nas cadeiras e a própria Academia, a lógica ritual nestas situações é predominante para uma necessária coesão dentro do grupo. Tais questões não fogem ao que Mary Douglas tomava por categorias, sentimentos e emoções partilhadas, dando a supor laços de solidariedade e cooperação entre indivíduos que lhes fugiria, pressupostamente, à escolha racional e os colocaria em uma mesma condição de decisão e de opção pelo legado cultural deixado pela instituição. E a relação dos próprios indivíduos com a instituição, nos discursos, expressa sempre este tom de justificativa, predestinação e noção de uma troca entre o indivíduo, pela trajetória e o serviço prestado, para com a instituição, o “silogeu sagrado da imortalidade” (PEREIRA, 2010, p.89). Ainda sobre a condição de imortal e seu tributo ao princípio da posse:

Aqui estou. Vim para esta casa na condição de poeta, que é a um só tempo um traço de toda a minha vida e um patrimônio de minha alma. Vida e alma já doadas há anos ao povo nessa cumplicidade de praças, auditórios e ruas por onde andei e onde compartilhei das emoções dos mortais que, agora, me imortalizam. (LIMA, 1994, p.235)

Permanece nas linhas o caráter divino, a percepção sobre o serviço prestado como uma condição ou determinação para o tornar-se acadêmico, ao mesmo tempo que confere ao discurso o tom gratificante e congratulatório de uma atividade “acima das outras”. O discurso de Ronaldo Cunha Lima pede, por exemplo, para a comparação de um “poeta” ocupando uma cadeira de “poeta”, no caso o acadêmico que o antecedeu, Celso Novais, ao mesmo tempo em que grassam referências a outros poetas e escritores da literatura nacional e mundial. Também fica impressa na caracterização ou na razão de a Academia o receber o personagem multifacetado, tal como seu antecessor Celso Novais, conforme descrito por Amaury Vasconcelos ao citar os dois: “Ambos tribunos e literatos, aplaudidos nas praças e nos auditórios” (VASCONCELOS, 1994, p.297).

Ao fim, resta que um dos fatores que configura a “*communitas*”, tal como Turner (1974) a descreve, é a ideia de “relações sociais integradas” por um sentimento compartilhado em processos sociais rituais, porém com articulação “mental” em símbolos, representações, imagens e pessoas. Atenta-se, no referido texto, que é para as dimensões “estruturais”, cognitivas e simbólicas da *communitas* que os imortais, ao elaborar o discurso de posse, pensam. A necessidade de integridade ética, nacional, sagrada e simbólica move não somente os homens, mas, como descreve Ariano Villar Suassuna, em seu discurso de posse: “não cultuamos as cinzas dos antepassados, mas sim a chama imortal que os animava”.

À guisa de conclusão

O silêncio entre os quadros

Foram duas as cerimônias presenciadas dentro do ritual de sucessão, que compreende a homenagem póstuma, a eleição e a posse do acadêmico. A primeira delas, observei a homenagem póstuma a Joacil de Brito Pereira. A segunda, a eleição do desembargador Marcos Cavalcanti para a mesma cátedra de número 17 que era de Joacil Pereira, não sendo possível observar a posse do escolhido devido o fato de ter sido marcada para um momento posterior ao de entrega deste trabalho.

Em ambos os momentos lembro-me de uma característica em comum: o silêncio. Um silêncio quando, em plena homenagem póstuma, o atual presidente, Damião Cavalcanti, convoca a adentrar a sala, em um minuto de silêncio, o próprio Joacil Pereira. Algo semelhante a uma moção pelo acadêmico falecido, sendo obrigatória para a realização a “presença” espiritual deste. No segundo momento, a contagem dos votos que deram a Marcos Cavalcanti o lugar antes ocupado por Joacil Pereira.

Em ambos os momentos não estavam presentes apenas acadêmicos. Era visível a cobertura da imprensa, entre fotógrafos e jornalistas à espera de uma palavra ou da próxima imagem histórica entre os presentes. No público, não apenas jornalistas, mas presidentes de entidades oficiais, a exemplo da Fundação José Américo, Instituto Histórico e Geográfico, além de juízes, políticos, advogados, jornalistas e, claro, os representantes dos três poderes. A bandeira da Academia Paraibana de Letras, a bandeira do Brasil e a da Paraíba, presentes no auditório e nos principais momentos da sexagenária instituição.

Há um silêncio que governa a presença dos quadros. Este silêncio pude acompanhar nas várias vezes a que me dirigi à APL com o intuito de pesquisar nos arquivos, a Pasta dos Mortos, e me sentava na grande mesa central em que são apostos todos os quadros dos acadêmicos falecidos. Como em um interrogatório, ficava eu ao centro, fotografando recortes de jornais, lendo minutas e detalhes sobre a composição da instituição, enquanto me observavam, silenciosamente, os senhores em terno e gravata, representação castiça de trajetórias e sucessões narradas em biografias e memórias. Em um silêncio que, às primeiras visitas, era incômodo porque reflexo de uma série de preconceitos e opiniões, agora se

transmudava em um silêncio sutil, emparedado pelo entendimento de como a imortalidade pode ser vista das postas para fora e delas para dentro. A imortalidade que se busca representar e fazer historicamente nas trajetórias, sucessões e tradições revistas e reinventadas ano a ano.

Percorremos um caminho na reconstituição de trajetórias em sintonia com uma noção de estrutura através da instituição que molda os acadêmicos e por eles é moldada, ano a ano, com um legado histórico de disposições estruturadas e estruturantes, pelas práticas contínuas, afeita a ordem de pauta das gerações e subordinada, de tal maneira, a um legado que, em maior ou menor medida, foi questionado a seu modo pelos acadêmicos que passaram, os mesmos bustos que espreitam e silenciam histórias na chamada sala dos imortais. Os quadros guardam, pois, histórias de trajetórias que caminharam rumo à instituição com motivos pregressos a ela, concordando ou não com a tradição, reinventando-a nos limites estruturais e rituais que lhes foi dado. O universo das práticas não obedece a uma lógica que não seja a dela própria, por mais que se tentasse racionalizar o propósito concreto de determinadas ações, isto é, alguns intelectuais “ainda não entendiam” a presença ou não de uns e outros dentro da Academia Paraibana, o que demonstra entre eles o próprio jogo de interesses.

A tradição das sucessões faz-se obedecendo à lógica das práticas cristalizadas, muito embora tais práticas encontrem nos interstícios de “falhas” na estrutura sua liberdade criativa de, invertendo os planos, inovar, construir um novo universo e posições até então não pensadas dentro do campo para uma efetiva mudança na tradição. Nas trajetórias estudadas, Ronaldo Cunha Lima “construiu”, para si, o próprio busto, um personagem sobre quem outros irão escrever. Joacil Pereira, intelectual orgânico, demorou-se em repetir a tradição do intelectual orgânico dedicado à preservação do respeito às instituições, das obras ensaísticas e biográficas sobre os “heróis” da Paraíba, dedicado também às lides do que Silvio Romero outrora concebeu como uma “evolução do pensamento”, das “capacidades intelectuais de um povo”.

Em uma trajetória, o boêmio que não era mais o boêmio que encontrou as portas fechadas para a Casa de Machado de Assis, mas o escritor-cidadão que, no inverso de toda a produção acadêmica da APL, dedicou toda a sua obra à poesia, gênero pouco praticado entre os acadêmicos da instituição. Não publicando ensaios extensos sobre personalidades, fez-se ele próprio uma personalidade personificada e, não por menos, verificou a lacuna que possuía em seus feitos e se especializou na vida e obra de um personagem que já o acompanhava

desde os anos de juventude: Augusto dos Anjos. Não é de se estranhar caso diga aqui que Augusto dos Anjos foi, junto à ação pública de um escritor-cidadão, trovador pelos brasis afora, um dos fatores mais importantes para a entrada de Ronaldo Cunha Lima para a APL.

Joacil Pereira, entretanto, caso tenha inovado, fê-lo por vias sutis, tendo em vista ter planejado cada entrada sua nas instituições culturais do Estado: primeiro no IHGP, depois na APL. Repetiu a tradição das obras ensaísticas, memorialísticas e historiográficas exaltando a Paraíba e seus personagens. Foi admirado, exaltado como o “líder cultural” do século, aproximou a APL dos âmbitos do judiciário e legislativo como presidente por 10 anos, e posicionou seu quadro no salão dos imortais pelos feitos prestados como escritor-cidadão, intelectual cívico e um patriota longe de sua própria terra, tendo em vista que o próprio Joacil é potiguar e também ocupou uma vaga na Academia Potiguar de Letras.

Aproxima ambos o legado histórico de práticas continuadas pela Academia Paraibana. Se em um sobressaiu-se mais a personagem, em outro se sobressaiu a obra deixada. Em Ronaldo, o líder político com dotes culturais patriotas e paraibanos, capaz de render discursos em versos a todas as cidades da Paraíba que visitou; em Joacil, todavia, a oportunidade de fazer um livro reunindo ou publicando cada um dos discursos sobre personalidades da Paraíba, entre homenagens que recebia, quase nunca deixando de fora a chance de publicar, aproveitando todos os canais que possuía para manter-se produzindo e lançando obras sobre as personalidades que admirava, às instituições patrióticas do judiciário e legislativo, ao fazer intelectual posto em serviço do Estado, da pátria e da Paraíba.

Ambos preencheram vagas que lhes foi destinada pela trajetória como líderes de grêmios, participantes da vida social e política pelos anos que seguiram a fundação da Academia Paraibana e, a seu modo, contribuíram com um intelectualismo cívico, seja em ações impressas nos discursos, seja em bibliografias que, mais do que tudo, pertençam e estejam situadas dentro do território da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. As prerrogativas para inserção de membros na Academia Paraibana de Letras, como se pôde ver ao longo deste texto, estão circunscritas à regra: 1) trajetória reconhecida de militância estudantil, cultural, política e social nos grêmios, associações literárias, políticas e vida social dentro da Paraíba; 2) a preservação de ideais, escritos ou ações em nome do nacionalismo, paraibanidade e símbolos de valor sentimental em exaltação à terra, seus personagens e aspectos representativos da sociedade e também das instituições pátrias, sobretudo as instâncias estatais do judiciário, legislativo e executivo; 3) o intelectualismo cívico encarado como fator

de mudança social, ou antes missão civilizatória, ao empreender dentro do território paraibano uma “missão redentora” aos intelectuais que visam a redimir a Paraíba do “atraso” educacional e intelectual; 4) a ação pública voltada para o reconhecimento de suas atividades, desde os júris até a exposição pública de discursos em cidades, na ocasião do recebimento de comendas e títulos, em palestras sobre temas de sua produção bibliográfica e correlacionada à atuação como intelectual cívico e, sobretudo, patriota; 5) por fim, a sintonização de sua conduta e regramento das ações ao universo “cortês” e intensamente regrado propiciado pelo convívio com setores da elite econômica, política e cultural, evitando ao máximo as polêmicas, atos extremados, “palavreado” de baixo calão, perda do controle das emoções, “animosidades”, moldando sua obra intelectual e seu comportamento público a partir dos princípios que regem a “evolução” intelectual e civilizatória que se pretende ter a partir daqueles que, mais do que tudo, devem ser os “heróis” de uma civilização a ser representada.

Em comum entre as trajetórias de Ronaldo e Joacil, estão alguns dos aspectos que historicamente acompanharam acadêmicos tanto na Academia Paraibana de Letras como na Academia Brasileira: 1) o sentimento de apartação da ação pública vista como ação política e o empreendimento de uma atividade cívica mais voltada para o intelecto do que para a ação, isto é, homens de ação não contentes com suas atividades práticas enquanto administradores ou representantes públicos do Estado voltando-se para a atividade como homens de letras enquanto último recursos para uma verdadeira “contribuição” para com a nação, o Brasil ou a Paraíba; e, claro, (2) um refúgio para a consagração definitiva como escritores, poetas ou intelectuais, tendo em vista a Academia Paraibana propiciar um ambiente livre de disputas por reconhecimento, sendo ela própria o reconhecimento que, para um intelectual cívico, pretende-se ter, haja vista a “pureza” de um “campo acadêmico” longe das disputas relacionadas ao campo político e cultural que fazem a tônica do jogo por reconhecimento e consagração fora dela.

O silêncio que governa os quadros também é o silêncio dos acadêmicos. Tais acadêmicos muitas vezes tiveram na APL o último recurso disponível para uma efetiva consagração dentro do campo intelectual, tendo em vista a dificuldade imensa de concebê-lo enquanto um campo autônomo, livre de influências políticas e econômicas, para a realidade brasileira. Parte dos preconceitos que este pesquisador relativizou em si foi a partir da necessidade “pessoal” de estes acadêmicos adentrar este meio: a oportunidade de “descanso” para exercer suas atividades intelectuais; a promoção de suas próprias atividades como

intelectuais-juizes, intelectuais-desembargadores e demais personalidades públicas para conseguir cargos até então inatingíveis; a perspectiva de um escritor-cidadão que, não galgando os patamares de um reconhecimento nacional ou local, podem ver-se “livres” de críticas e especulações de sua obra, dividindo uma mesma casa com o “espírito” de intelectuais como José Lins do Rego e José Américo de Almeida; ver-se, finalmente, distante de uma “obrigação” em contribuir com algum ideal pátrio ou nacionalista para sua terra enquanto administrador público para, agora, também contribuir, talvez até melhor, como “intelectual público”.

A dimensão humana das necessidades, tradições, oportunidades e chances buscou ser refletida e compreendida neste trabalho. Nele, para além de entender os silêncios que governam as paredes no prédio do século 18 em que a sede da Academia Paraibana de Letras se localiza, entendeu-se um silêncio compreensivo, um afago para as lides acadêmicas em torno de um propósito, um porto-seguro para aqueles que fizeram de sua vida uma “luta” pela Paraíba ou pelo Brasil, e também os que buscam na instituição a oportunidade de promoção de seus “dotes intelectuais”.

Ora, tendo em vista que, ao final da vida, tais intelectuais também se dedicaram às lides da memória, em uma busca “heróica” de empreender e narrar um passado de atribulações, conquistas, vitórias e derrotas em torno de sua própria figura, a exemplo mesmo de Ronaldo Cunha Lima e Joacil Pereira, é preciso saber ouvir também o canto do cisne:

a redação das memórias coincide com seu afastamento do cenário político, o que ocorre quase sempre muito tempo depois de se verem no ostracismo intelectual. José Maria Bello, Fernando de Azevedo, Cândido Motta Filho, José Américo de Almeida, Cassiano Ricardo etc. se situam entre os praticantes dessa variante nostálgica, espécie de canto do cisne com que pretendem dar o fecho de “uma vida inteira dedicada à causa pública” (MICELI, 2001, p.85).

Desta forma, enredados em torno do paladino de uma vida dedicada à causa pública, em livros, ações, discursos, cargos, títulos e comendas, a vida intelectual é uma via de mão dupla, tendo no Brasil a conquista de uma série de provações para o reconhecimento, e inclusive uma instituição em que, à medida do possível, reúne os ideais de pertencimento seguros para o exercício de uma causa pública. Igualmente, é preciso ter conhecimento de que, antes de um intelectual escolher a Academia, o voto primeiro dela será, sobretudo, pela tradição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. Os limites da auto-análise. *Revista de Sociologia e Política* [online]. 2006, n.26, pp. 125-129.
- BASTOS, E. R., BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no. 4, 2010, pp. 889 a 919.
- BRANDÃO, Nilvanda Dantas. Trajetória intelectual de José Américo: contribuições para o pensamento social brasileiro. 2012. 232f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.-C. & PASSERON, J.-C.. A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas. Petrópolis : Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3ª. Ed.. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e abusos da história oral. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 183-191.
- _____. Meditações pascalianas. Tradução Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. O Poder Simbólico. 15a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____. Esboço de auto-análise (sic). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.
- _____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996b.
- _____. A Economia das Trocas Simbólicas. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOTELHO, André. Anatomia do Medalhão. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.17, n.50, 2002, p.163-166.
- _____. A Pequena história da literatura Brasileira: provocação ao modernismo. Tempo soc. [online]. 2011, vol.23, n.2
- _____. Letras em busca da nação: impasses de uma história literária modernista. Trapézio, Campinas, v. 3/4, p. 37-68, 2003.
- _____. Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880 / Antonio Candido. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- CUNHA, Olivina Carneiro da. Associações de Outrora, in Revista do IHGP n°10, 1946, p.93.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. C. Drama social, nota sobre um tema de Victor Turner. Caderno de campo, São Paulo, n. 16, ano 16, p. 127-138, dezembro, 2007.
- DURKHEIM, E. “Capítulo 1” e “Capítulo 4”. In: _____. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.
- DAWSEY, J. “Victor Turner e a antropologia da experiência”. Revista Cadernos de Campo. USP, n. 13, 2005.
- DAWSEY, J. “Schechner, teatro e antropologia”. In: Cadernos de Campo, n. 20. Revista dos alunos PPGAS/USP; janeiro/dez/2011.
- DAMATTA, R. Individualidade e liminaridade: considerações sobre os ritos de passagem e a modernidade. Mana, Rio de Janeiro, 2000.
- DIAS, Margarida M. S.. A produção historiográfica e as histórias da Paraíba na produção do

- Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. (Conferência). In: ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.
- DIAS, Margarida M. S.. Intrepida ab origine. O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.
- DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu. Lisboa, Edições 70 (col. Perspectivas do Homem, n.o 39), s.d. (trad. por Sônia Pereira da Silva, Purity and Danger [1966]).
- DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 2007.
- ELIAS, Norbert, O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes, tradução brasileira de Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, vol. 1, 2011.
- _____, A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____, *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- EL FAR, Alessandra. A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924). Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FANINI, M. A. Fardos e Fardões: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003). 2009. 387f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- GAUDÊNCIO, B. R. A. Da Academia ao Bar: Círculos Intelectuais, Cultura Impressa e Repercussões do Modernismo em Campina Grande - PB (1913-1953). 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOPES, J. P. A nação (i)mortal: identidade nacional e política na Academia Brasileira de Letras (1931-1943). 188f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- MACHADO NETO, A. L. Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo, Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais à brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: Lutas e resistências. 10a. ed. João Pessoa: A União, 2007.
- MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 9, no 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.
- NEEDELL, Jeffrey D. Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913) / João Paulo Coelho de Souza Rodrigues. – 2ª. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Cecult, 2003.
- SCHECHNER, R. “Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral”. In: Cadernos de Campo, n. 20. Revista dos alunos PPGAS/USP; janeiro/dez/2011.
- SEVCENKO, N. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, c1983.
- SILVA, Vanderlan Francisco da. Crepúsculo antropológico. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2009.
- TURNER, V.. “Liminaridade e communitas”. In: _____. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974 [1969].
- _____. (1987). “The Anthropology of Performance”. In: Victor Turner (comp.), The

- Anthropology of Performance, PAJ Publications, New York.
- _____. (2005). "Betwixt and between: o período liminar nos "ritos de passagem"". In: _____. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. (Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto). Niterói: EduFF.
- _____. "Liminal to liminoid, in play, flow and ritual". An essay in comparative anthropology of performance. In: From ritual to theatre. (Tradução: Herbert Rodrigues/PPGSA/USP). Turner, 1982.
- VAN GENNEP, A. "Capítulos I, II e III". In: _____. Os ritos de passagem. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. História & modernismo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- WACQUANT, L. Esclarecer o Habitus. In: Sociologia. Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, n. 14, 2004, p. 35-41.
- WACQUANT, L. Mapear o campo artístico. In: Sociologia, Problemas e Práticas, n.o 48, 2005, pp. 117-123.
- WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais [1904]. In: Max Weber: sociologia. (Gabriel Cohn org.). São Paulo : Ática, 1982.
- WEBER, Max. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H., WRIGHT MILLS, C.. Max Weber – Ensaios de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- WOODWARD, K. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BIBLIOGRAFIAS E DISCURSOS DOS ACADÊMICOS

- PEREIRA, Joacil de Brito. A vida e o tempo – Volume 1. João Pessoa: A União, 1996.
- PEREIRA, Joacil de Brito. "Um estadista do império e da república (Gama e Mello)". In: _____. O lume da palavra. João Pessoa: Ideia, 2010.
- PEREIRA, Joacil de Brito. "Discurso de posse do novo Presidente da Academia Paraibana de Letras, em 18/09/98". In: Revista da Academia Paraibana de Letras. Ano LI, n. 13, (Maio. 1999). João Pessoa: APL, 1999.
- PEREIRA, Joacil de Brito. Discurso de recepção ao acadêmico Ariano Villar Suassuna. In: Manuel Batista de Medeiros. Coletânea de discursos com notas bibliográficas de discursos de paraibanos na Academia Brasileira de Letras. João Pessoa: Unipê, 1999, p. 185.
- LIMA, Ronaldo Cunha. "Discurso de posse". In: Revista da Academia Paraibana de Letras. Ano XLVI, n. 11, (set. 1994). João Pessoa: APL, 1994.
- LIMA, Ronaldo Cunha. Eu, nas entrelinhas / Ronaldo Cunha Lima. João Pessoa: Forma Editorial / Gráfica JB, 2004.

BIBLIOGRAFIAS, DISCURSOS E REVISTAS (BIBLIOTECA ÁLVARO DE CARVALHO)

- BATISTA, Juarez da Gama. "O homem: a saga e a vida". In: PEREIRA, Joacil de Brito. Juarez da Gama Batista: a vida e a obra. João Pessoa: Ideia, 1998. p.29-38.
- FARIAS, Antonio Juarez. Discurso de posse na APL. In: Revista da Academia Paraibana de Letras. Ano 1, n. 1, (1949)-ano, 57, n. 22, (jan./jun. 2006). João Pessoa: APL, 1949-2006.
- GUIMARÃES, L. H. História da Academia Paraibana de Letras. João Pessoa: A União, 2001.
- MARIZ, Celso. Figuras e Fatos. João Pessoa, A União, 1976, p.158.
- MARTINS, Eduardo. Instituições paraibanas de cultura – 1880-1941, in: Revista da Academia Paraibana de Letras, 1978,nº8, p.175.

- MARTINS, Eduardo. Memória histórica da Academia Paraibana de Letras (1941-1978). Revista da Academia Paraibana de Letras. João Pessoa, n. 9, set. 1984. p. 215-230.
- MENEZES, José Rafael de. Joacil de Britto Pereira – Série Histórica “Paraíba Nomes do Século”. Número 40. João Pessoa: A União, 2000.
- SUASSUNA, Ariano Villar. Discurso de posse na APL. In: Manuel Batista de Medeiros. Coletânea de discursos com notas bibliográficas de discursos de paraibanos na Academia Brasileira de Letras. João Pessoa: Unipê, 1999, p. 185.
- VASCONCELOS, Amaury. “Discurso de saudação”. In: Revista da Academia Paraibana de Letras. Ano XLVI, n. 11, (set. 1994). João Pessoa: APL, 1994.
- Estatuto da Academia Paraibana de Letras. In: Revista da Academia Paraibana de Letras. Ano 1, n. 1, (1949)-ano, 57, n. 20, (jan./jun. 2000). João Pessoa: APL, 1949-2000.
- Revista da Academia Paraibana de Letras, nº9, pp.215/216

JORNAIS – ACERVO ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS

- Jornal O Norte, 15 de Janeiro de 2009.
- A União, 11 de agosto de 2007.
- Correio da Paraíba, 11 de Março de 1994.
- Jornal de Domingo, 25 de julho de 1993.
- A União, 11 de Março de 1994.
- Correio, 11 de Março de 1994.
- A União, 12 de Março de 1994.
- Correio da Paraíba, 30 de Maio de 1999.
- Correio da Paraíba, 25 de Março de 2000.
- Correio da Paraíba, 13 de Junho de 1999.
- A União, 06 de Junho de 2000.

SITES CONSULTADOS

- <http://www.encyclopediaordeste.com.br>
- <http://www.senado.gov.br>
- <http://www.osebocultural.com.br/>

ACERVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADAS

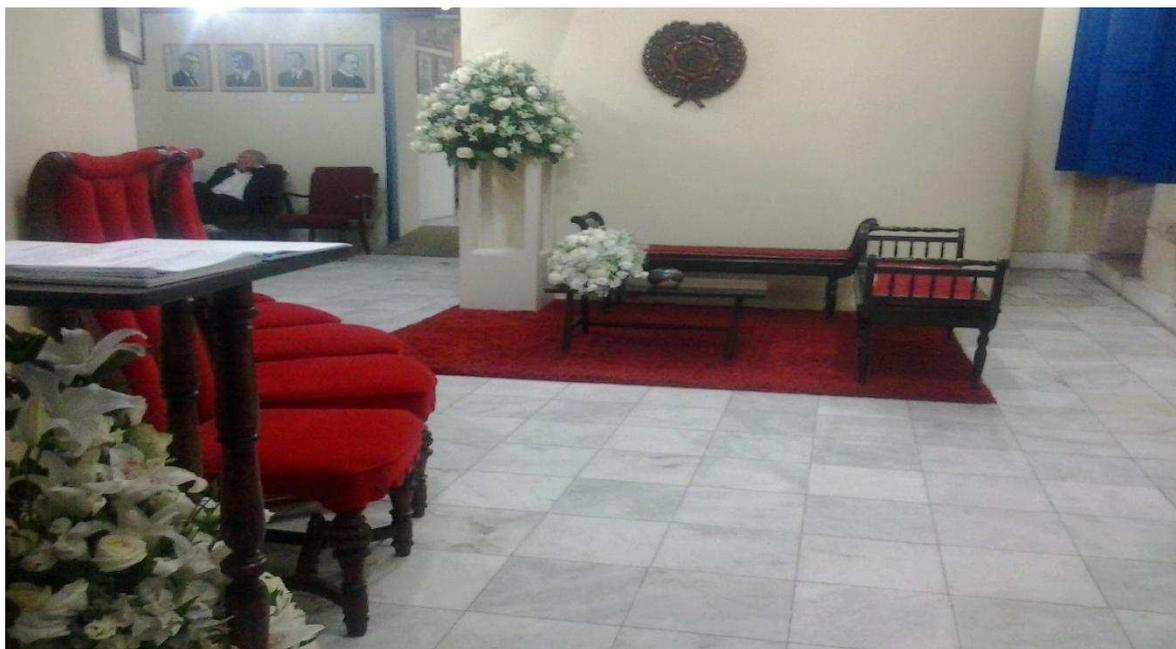
- Biblioteca Álvaro de Carvalho – ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS
- Biblioteca Lúcio de Mendonça – ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
- Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos – IFCS – UFRJ
- Biblioteca da Universidade Federal de Campina Grande
- Biblioteca “Central” da Universidade Federal da Paraíba
- Arquivos dos acadêmicos “Ronaldo Cunha Lima (Cadeira 14)” e “Joacil de Brito Pereira (Cadeira 17)” - ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS

ANEXOS I



ENTRADA DA ACADEMIA PARAIBANA

(FOTO: clickpb)



SALA PRINCIPAL
(HOMENAGEM PÓSTUMA A JOACIL PEREIRA)



“JARDIM DOS ACADEMOS”



GALERIA DOS IMORTAIS

ANEXOS II



JORNAL O NORTE, 27 DE MAIO DE 1993



JORNAL DE DOMINGO, 25 DE JULHO DE 1993



JORNAL A UNIÃO, 11 DE MARÇO DE 1994



JORNAL CORREIO, 11 DE MARÇO DE 1994



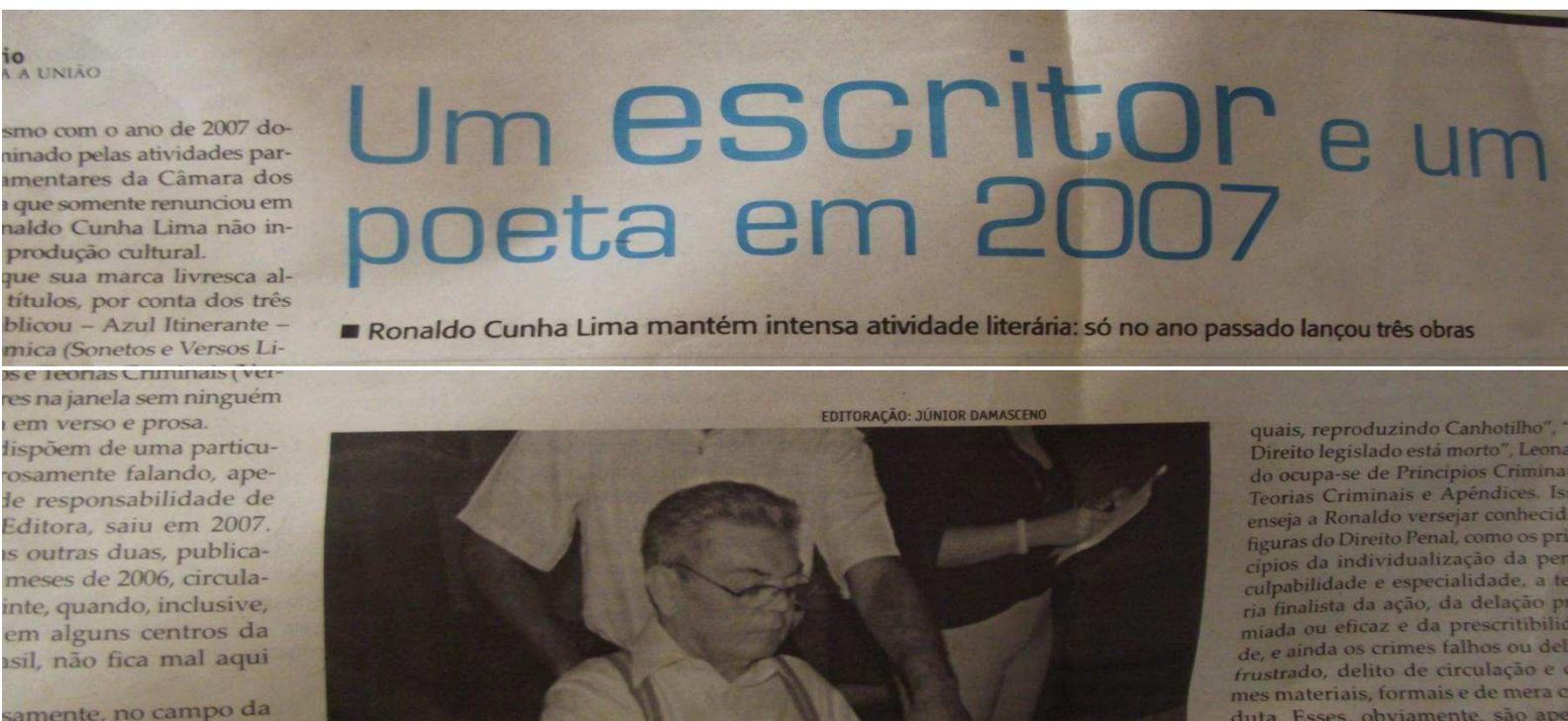
JORNAL A UNIÃO, 12 DE MARÇO DE 1994



CORREIO DAS ARTES, 16 DE MAIO DE 2004



JORNAL A UNIÃO, 12 DE AGOSTO DE 2007



JORNAL A UNIÃO, 2007